



PREFEITURA DE TANGARÁ DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

Avenida Brasil – n.º 2350-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-000
Telefone: (65) 3311-4800 – E-mail: aatal@tangaradaserra.mt.gov.br

Projeto de Lei Ordinária: **180/2022**

| | |
|----------------|---|
| EMENTA | DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI Nº 5.722, DE 16 DE MAIO DE 2022 QUE ATUALIZADA A PROJEÇÃO DA RECEITA CORRENTE E DE CAPITAL PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 À 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. |
| AUTORIA | EXECUTIVO MUNICIPAL |

| | |
|--|--|
| AUTUAÇÃO | |
| Ao nono dia do mês de setembro do ano de 2022 . | |

Assinado por 1 pessoa: VANDER ALBERTO MASSON
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/0B45-3C5C-E9AE-915C> e informe o código 0B45-3C5C-E9AE-915C





PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
ESTADO DE MATO GROSSO
ASSESSORIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
Avenida Brasil – nº 2351-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-000
Telefone: (65) 3311-4800 – E-mail: aatal@tangaradaserra.mt.gov.br

MENSAGEM DE PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 180/2022.

Tangará da Serra, 09 de setembro de 2022.

Excelentíssimo Senhor
Vereador **FÁBIO DA SILVA BRITO**
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
TANGARÁ DA SERRA

PROTOCOLO
CÂMARA

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Com os nossos cumprimentos, vimos perante esse Ínclito Poder Legislativo, encaminhar a inclusa propositura de Lei que **DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI Nº 5.722, DE 16 DE MAIO DE 2022 QUE ATUALIZADA A PROJEÇÃO DA RECEITA CORRENTE E DE CAPITAL PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 À 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A presente proposta de projeto de lei trata da alteração do relatório das Receitas Previstas e Projetadas para os exercícios de 2022 a 2025, em atendimento as diretrizes do STN – Secretaria do Tesouro Nacional, e TCE – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, que realizou a alteração dos Códigos e Especificação da Receita para o exercício de 2023, conforme Portaria nº 1.446, de 14 de junho de 2022, anexo ao projeto.

Modificar a especificação da seguinte natureza de receita:

| | |
|----------------------|--|
| 1.7.1.1.51.2.0.00.00 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – Cotas Extraordinárias |
|----------------------|--|

Trata-se também da inclusão do valor e criação da receita de Cota de 1% (um por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de setembro de cada ano, conforme Emenda Constitucional nº 112, de 27 de outubro de 2021, anexo ao projeto.

Inclusão na receita:

| | | |
|----------------------|--|----------------|
| 1.7.1.1.51.2.0.00.00 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – Cotas Extraordinárias | R\$ 587.352,47 |
|----------------------|--|----------------|



PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
ESTADO DE MATO GROSSO
ASSESSORIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO

Avenida Brasil – nº 2351-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-000
Telefone: (65) 3311-4800 – E-mail: aatal@tangaradaserra.mt.gov.br

O presente projeto visa também a alteração do valor na receita 2422.99.0.00.00.00.00 – Outras transferências de convênios do estado, essa alteração visa a inclusão dos valores decorrentes da assinatura dos Termos de Convênio nº 1881-2022/SINFRA e 1722/2022/SINFRA já assinados, e das Propostas Cadastradas nº 1882/2022 e nº 1720/2022 já sinalizadas que virão, firmados com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA, que tem como objeto a realização de obras de conservação de vias urbanas com microrrevestimento, esses convênios atenderam os Setores S, W (1º Etapa), W (2º Etapa) e Setor N, conforme documentos anexo ao projeto.

Contando com o apoio costumeiro dos nobres pares e reiterando protestos de estima e apreço, solicitamos apreciação do presente projeto, em regime de **URGÊNCIA SIMPLES**.

Respeitosamente,

VANDER ALBERTO MASSON
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
ESTADO DE MATO GROSSO**

ASSESSORIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO

Avenida Brasil – nº 2351-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-000
Telefone: (65) 3311-4800 – E-mail: aatal@tangaradaserra.mt.gov.br

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º 180, DE 09 DE SETEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI Nº 5.722, DE 16 DE MAIO DE 2022 QUE ATUALIZADA A PROJEÇÃO DA RECEITA CORRENTE E DE CAPITAL PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 À 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica alterada a Lei nº 5.722, de 16 de maio de 2022 que projetada a Receita Corrente e de Capital para o período de 2023 a 2026 e, reestima a Receita Corrente e Receita de Capital para o corrente exercício, de acordo com o § 3 do Artigo 12 da Lei Complementar Nº 101/00 – Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

Art. 2º Fica reestimada a receita corrente para o exercício 2022 em R\$ R\$ 396.831.163,18 (trezentos e noventa e seis milhões, oitocentos e trinta e um mil, cento e sessenta e três reais e dezoito centavos) e um valor de R\$ 408.653.147,83 (quatrocentos e oito milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, cento e quarenta e sete reais e oitenta e três centavos) para o exercício financeiro de 2023.

Parágrafo Único Compõem esta Lei o Relatório de Receitas Previstas, Projetadas e Realizadas e o Relatório de Evolução da Receita.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **nove** dias do mês de **setembro** do ano de dois mil e vinte e dois, 46º Aniversário de Emancipação Político-administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
ESTADO DE MATO GROSSO
TABELA II – EVOLUÇÃO DA RECEITA 2018/2026 (ADMINISTRAÇÃO DIRETA/INDIRETA)
RELATÓRIO SÉRIE HISTÓRICA – PROJEÇÃO ATUAL

| Código | Descrição | Realizado | Realizado | Realizado | Realizado | 2022 | | Previsto | Previsto | Previsto | Previsto |
|-------------------------|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | PREVISTO | REESTIMATIVA | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| 1000.00.0.0.00.00.00.00 | RECEITAS CORRENTES | 297.587.680,70 | 331.915.544,57 | 387.941.784,37 | 474.987.865,03 | 396.831.163,18 | 396.831.163,17 | 408.653.147,83 | 419.221.095,44 | 430.088.042,29 | 440.140.794,85 |
| 1100.00.0.0.00.00.00.00 | IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 62.288.331,18 | 67.098.491,53 | 68.754.831,90 | 104.277.506,54 | 85.753.155,62 | 85.753.155,62 | 87.661.431,87 | 89.853.123,15 | 92.099.355,33 | 94.401.743,26 |
| 1110.00.0.0.00.00.00.00 | IMPOSTOS | 56.239.597,34 | 59.858.638,20 | 62.606.840,77 | 95.432.981,18 | 78.889.449,92 | 78.889.449,92 | 79.851.767,25 | 81.848.061,43 | 83.894.262,97 | 85.991.619,54 |
| 1112.00.0.0.00.00.00.00 | IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO | 25.733.456,79 | 27.459.944,31 | 27.235.909,64 | 43.862.963,22 | 35.398.069,67 | 35.398.069,67 | 36.823.551,50 | 37.744.140,29 | 38.687.743,79 | 39.654.937,39 |
| 1112.50.0.0.00.00.00.00 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA | 19.934.376,65 | 20.822.588,34 | 19.568.215,37 | 29.010.133,36 | 24.535.760,60 | 24.535.760,60 | 25.908.693,41 | 26.556.410,75 | 27.220.321,01 | 27.900.829,04 |
| 1112.50.0.1.00.00.00.00 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – PRINCIPAL | 13.003.720,21 | 14.772.428,69 | 13.967.545,73 | 16.070.166,00 | 17.105.431,56 | 17.105.431,56 | 17.434.747,81 | 17.870.616,51 | 18.317.381,92 | 18.775.316,47 |
| 1112.50.0.3.00.00.00.00 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – DÍVIDA ATIVA | 5.417.313,74 | 4.898.913,83 | 4.337.894,75 | 11.979.842,42 | 5.893.917,08 | 5.893.917,08 | 7.211.503,39 | 7.391.790,97 | 7.576.585,75 | 7.766.000,39 |
| 1112.50.0.5.00.00.00.00 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – MULTAS | 108.938,41 | 44.238,26 | 60.036,56 | 24.383,58 | 87.810,42 | 87.810,42 | 32.168,13 | 32.972,33 | 33.796,64 | 34.641,56 |
| 1112.50.0.6.00.00.00.00 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – JUROS | 0,00 | 29.703,04 | 68.423,13 | 31.372,48 | 109.257,67 | 109.257,67 | 42.366,53 | 43.425,69 | 44.511,34 | 45.624,12 |
| 1112.50.0.7.00.00.00.00 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – MULTAS D.A. | 1.404.404,29 | 881.420,36 | 91.342,12 | 82.483,19 | 105.866,78 | 105.866,78 | 108.833,59 | 111.554,43 | 114.343,29 | 117.201,87 |
| 1112.50.0.8.00.00.00.00 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – JUROS D.A. | 0,00 | 195.884,16 | 1.042.973,08 | 821.885,69 | 1.233.477,09 | 1.233.477,09 | 1.079.073,96 | 1.106.050,81 | 1.133.702,08 | 1.162.044,63 |
| 1112.53.0.1.00.00.00.00 | IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS | 5.799.080,14 | 6.637.355,97 | 7.667.694,27 | 14.852.829,86 | 10.862.309,07 | 10.862.309,07 | 10.914.858,09 | 11.187.729,54 | 11.467.422,78 | 11.754.108,35 |
| 1113.00.0.0.00.00.00.00 | IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA | 9.888.807,38 | 11.506.107,00 | 13.146.606,26 | 14.167.551,06 | 16.665.394,30 | 16.665.394,30 | 15.918.589,86 | 16.316.554,61 | 16.724.468,47 | 17.142.580,18 |
| 1113.03.1.0.00.00.00.00 | IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO | 9.564.336,70 | 11.096.009,90 | 12.725.050,70 | 13.634.137,98 | 16.088.794,31 | 16.088.794,31 | 15.321.432,06 | 15.704.467,86 | 16.097.079,56 | 16.499.506,55 |
| 1113.03.1.1.00.00.00.00 | IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO – PRINCIPAL | 9.564.336,70 | 11.096.009,90 | 11.882.543,87 | 11.808.806,63 | 14.479.914,87 | 14.479.914,87 | 13.271.336,26 | 13.603.119,67 | 13.943.197,66 | 14.291.777,60 |
| 1113.03.1.1.02.00.00.00 | IRRF-TRABALHO- PRINCIPAL -ATIVOS/INAT.PODER LEGISLATIVO – PRINCIPAL | 0,00 | 0,00 | 372.687,22 | 742.248,01 | 723.995,75 | 723.995,75 | 836.061,18 | 856.962,71 | 878.386,78 | 900.346,45 |
| 1113.03.1.1.03.00.00.00 | IRRF-TRABALHO- PRINCIPAL- INATIVOS PAGOS PELO RPPS – PRINCIPAL | 0,00 | 0,00 | 446.958,36 | 1.015.933,51 | 804.439,72 | 804.439,72 | 1.138.678,64 | 1.167.145,61 | 1.196.324,25 | 1.226.232,35 |
| 1113.03.1.1.05.00.00.00 | IRRF-TRABALHO- PRINCIPAL-PENSIONISTAS PAGOS PELO RPPS – PRINCIPAL | 0,00 | 0,00 | 22.861,25 | 67.149,83 | 80.443,97 | 80.443,97 | 75.355,98 | 77.239,88 | 79.170,88 | 81.150,15 |
| 1113.03.4.0.00.00.00.00 | IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS | 324.470,68 | 410.097,10 | 421.555,56 | 533.413,08 | 576.599,99 | 576.599,99 | 597.157,80 | 612.086,75 | 627.388,91 | 643.073,64 |
| 1113.03.4.1.01.00.00.00 | IRRF - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS – EXECUTIVO - PRINCIPAL | 324.470,68 | 410.097,10 | 421.555,56 | 532.071,16 | 574.870,19 | 574.870,19 | 595.576,14 | 610.465,54 | 625.727,18 | 641.370,36 |
| 1113.03.4.1.02.00.00.00 | IRRF - RETIDO NA FONTE – OUTROS RENDIMENTOS LEGISLATIVO – PRINCIPAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.341,92 | 1.729,80 | 1.729,80 | 1.581,66 | 1.621,20 | 1.661,73 | 1.703,27 |
| 1114.51.0.0.00.00.00.00 | IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS | 20.617.333,17 | 20.892.586,89 | 22.224.324,87 | 37.402.466,90 | 26.825.985,95 | 26.825.985,95 | 27.109.625,89 | 27.787.366,54 | 28.482.050,70 | 29.194.101,97 |
| 1114.51.1.1.01.00.00.00 | IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – PRINCIPAL | 15.207.000,36 | 12.668.148,13 | 14.884.716,49 | 19.682.471,02 | 17.020.366,87 | 17.020.366,87 | 17.190.958,57 | 17.620.732,53 | 18.061.250,85 | 18.512.782,12 |
| 1114.51.1.1.02.00.00.00 | IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – SIMPLES NACIONAL - PRINCIPAL | 4.590.800,37 | 7.259.389,55 | 6.530.736,40 | 9.571.748,99 | 8.768.922,53 | 8.768.922,53 | 7.944.077,25 | 8.142.679,18 | 8.346.246,16 | 8.554.902,31 |
| 1114.51.1.3.01.00.00.00 | IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – DÍVIDA ATIVA | 764.366,78 | 608.829,75 | 497.877,56 | 7.800.638,95 | 673.140,55 | 673.140,55 | 1.632.510,68 | 1.673.323,45 | 1.715.156,53 | 1.758.035,45 |
| 1114.51.1.5.01.00.00.00 | IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – MULTAS | 25.051,60 | 127.150,53 | 15.216,72 | 29.454,21 | 22.144,12 | 22.144,12 | 29.578,50 | 30.317,96 | 31.075,91 | 31.852,11 |
| 1114.51.1.5.02.00.00.00 | IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – MULTAS – SIMPLES NACIONAL | 0,00 | 0,00 | 51.042,72 | 1.670,06 | 71.861,08 | 71.861,08 | 27.305,57 | 27.988,21 | 28.687,91 | 29.405,11 |
| 1114.51.1.6.01.00.00.00 | IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – JUROS | 0,00 | 0,00 | 11.931,44 | 48.615,13 | 18.233,33 | 18.233,33 | 30.881,03 | 31.653,06 | 32.444,38 | 33.254,49 |
| 1114.51.1.6.02.00.00.00 | IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – JUROS – SIMPLES NACIONAL | 0,00 | 0,00 | 6.918,46 | 7.225,21 | 9.546,01 | 9.546,01 | 9.861,38 | 10.107,91 | 10.360,61 | 10.619,63 |
| 1114.51.1.7.01.00.00.00 | ISSQN - MULTA – DÍVIDA ATIVA – PRINCIPAL | 30.114,06 | 110.769,02 | 44.956,78 | 43.928,21 | 60.265,91 | 60.265,91 | 58.143,34 | 59.596,92 | 61.086,85 | 62.614,02 |
| 1114.51.1.8.01.00.00.00 | ISSQN – JUROS – DÍVIDA ATIVA – PRINCIPAL | 0,00 | 118.299,91 | 180.928,30 | 216.715,12 | 181.505,55 | 181.505,55 | 186.309,57 | 190.967,31 | 195.741,49 | 200.635,03 |
| 1120.00.0.0.00.00.00.00 | TAXAS | 5.440.341,77 | 6.590.140,94 | 5.633.785,80 | 8.094.972,18 | 6.237.738,31 | 6.237.738,31 | 7.178.865,87 | 7.358.493,00 | 7.542.359,43 | 7.730.822,46 |
| 1121.00.0.0.00.00.00.00 | TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA | 3.103.522,87 | 3.585.653,20 | 3.027.092,61 | 3.489.674,81 | 3.045.946,75 | 3.045.946,75 | 3.415.650,75 | 3.501.197,51 | 3.588.631,54 | 3.678.251,27 |
| 1121.01.0.1.00.00.00.00 | TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO – PRINCIPAL | 1.919.833,32 | 1.701.797,85 | 1.730.415,44 | 1.846.655,03 | 1.609.732,61 | 1.609.732,61 | 1.827.630,35 | 1.873.321,11 | 1.920.154,14 | 1.968.157,99 |
| 1121.01.0.1.02.00.00.00 | Taxa de Lic. p/ Func. de Estab. Com., indúst. e prest. de se | 706.198,70 | 838.354,24 | 781.044,83 | 858.862,92 | 892.358,77 | 892.358,77 | 890.640,85 | 912.906,87 | 935.729,54 | 959.122,98 |
| 1121.01.0.1.03.00.00.00 | Taxa de Publicidade Comercial | 146.034,50 | 160.411,61 | 150.020,85 | 158.507,65 | 160.501,11 | 160.501,11 | 164.372,43 | 168.481,74 | 172.693,78 | 177.012,33 |
| 1121.01.0.1.04.00.00.00 | Taxa de apreensão e depósitos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 187,49 | 0,00 | 0,00 | 236,38 | 242,29 | 248,35 | 254,56 |
| 1121.01.0.1.05.00.00.00 | Taxa de funcion. de estabelec. em horário especial | 40.343,64 | 70.760,04 | 54.448,48 | 46.790,77 | 59.760,62 | 59.760,62 | 61.852,24 | 63.398,55 | 64.983,51 | 66.600,00 |
| 1121.01.0.1.06.00.00.00 | Taxa de licença para execução de obras | 297.288,58 | 391.235,34 | 449.731,77 | 584.476,09 | 493.481,89 | 493.481,89 | 511.740,72 | 524.534,24 | 537.647,59 | 551.088,00 |



| | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| 1121.01.0.1.07.00.00.00 | Taxa de Licenciamento e Parecer Técnico Ambiental | 385.844,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1121.01.0.1.08.00.00.00 | Taxa p/ exercício do com. Ambulante ou eventual | 2.808,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1121.01.0.1.09.00.00.00 | Taxa p/ perm. em local de bancas de jornais e revistas | 7.967,69 | 0,00 | 0,00 | 366,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1121.01.0.1.10.00.00.00 | Taxa de expediente | 333.347,64 | 235.413,19 | 291.862,00 | 194.202,70 | 0,00 | 0,00 | 195.023,19 | 199.898,77 | 204.896,24 | 210.018,64 |
| 1121.01.0.1.11.00.00.00 | Taxas de licença para ocupação do solo nas vias e lograd. | 0,00 | 5.623,43 | 3.307,51 | 3.260,69 | 3.630,22 | 3.630,22 | 3.764,54 | 3.858,65 | 3.955,12 | 4.054,00 |
| 1121.01.0.1.12.00.00.00 | Taxas insp. controle e fisc. 15% remoção de veic – princ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1121.01.0.3.00.00.00.00 | TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO – DÍVIDA ATIVA | 355.374,03 | 298.999,30 | 190.228,00 | 352.505,82 | 210.551,94 | 210.551,94 | 218.342,36 | 223.800,92 | 229.395,94 | 235.130,84 |
| 1121.01.0.3.01.00.00.00 | s/ alvará - dívida ativa | 85.823,75 | 112.548,02 | 98.513,87 | 159.259,79 | 110.829,57 | 110.829,57 | 114.930,26 | 117.803,52 | 120.748,60 | 123.767,32 |
| 1121.01.0.3.02.00.00.00 | S/ outras dívidas - dívida ativa | 269.550,28 | 175.930,86 | 88.640,84 | 193.246,03 | 99.722,37 | 99.722,37 | 103.412,10 | 105.997,40 | 108.647,34 | 111.363,52 |
| 1121.01.0.3.03.00.00.00 | Taxas inspeção, controle e fiscalização- d. ativa (vig.sanitá | 0,00 | 10.520,42 | 3.073,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1121.01.0.5.00.00.00.00 | TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO – MULTA | 142.993,87 | 8.883,68 | 5.521,54 | 11.680,12 | 6.212,03 | 6.212,03 | 6.441,32 | 6.757,84 | 6.830,88 | 6.905,70 |
| 1121.01.0.5.01.00.00.00 | Taxas inspeção, controle e fiscalização – multas(alvará) | 27.118,51 | 5.146,30 | 2.376,28 | 1.408,13 | 2.673,47 | 2.673,47 | 2.772,39 | 2.841,70 | 2.912,74 | 2.985,56 |
| 1121.01.0.5.02.00.00.00 | Taxas inspeção, controle e fiscalização - multas (outros) | 115.875,36 | 2.627,77 | 2.895,70 | 10.271,99 | 3.257,81 | 3.257,81 | 3.378,35 | 3.605,43 | 3.606,43 | 3.607,43 |
| 1121.01.0.5.03.00.00.00 | Taxas inspeção, controle e fiscalização - multas(vig. sanit) | 0,00 | 1.109,61 | 249,56 | 0,00 | 280,75 | 280,75 | 290,58 | 310,71 | 311,71 | 312,71 |
| 1121.01.0.6.00.00.00.00 | TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO – JUROS | 0,00 | 16.187,73 | 7.358,44 | 3.122,93 | 8.069,03 | 8.069,03 | 3.716,97 | 3.809,89 | 3.905,14 | 4.002,77 |
| 1121.01.0.6.01.00.00.00 | Taxas inspeção, controle e fiscalização - juros (alvará) | 0,00 | 10.170,12 | 3.955,44 | 1.535,79 | 4.341,61 | 4.341,61 | 1.696,43 | 1.738,84 | 1.782,31 | 1.826,87 |
| 1121.01.0.6.02.00.00.00 | Taxas inspeção, controle e fiscalização - juros (outros) | 0,00 | 4.353,34 | 3.126,68 | 1.587,14 | 3.431,93 | 3.431,93 | 1.714,12 | 1.756,97 | 1.800,90 | 1.845,92 |
| 1121.01.0.6.03.00.00.00 | Taxas inspeção, controle e fiscalização - juros(vig.sanit) | 0,00 | 1.664,27 | 276,32 | 0,00 | 295,49 | 295,49 | 306,42 | 314,08 | 321,93 | 329,98 |
| 1121.01.0.7.00.00.00.00 | TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO – DÍVIDA ATIVA – MULTAS | 0,00 | 74.114,84 | 69.775,78 | 96.618,84 | 76.513,19 | 76.513,19 | 79.344,18 | 81.327,78 | 83.360,98 | 85.445,00 |
| 1121.01.0.7.01.00.00.00 | Taxas inspeção, controle e fiscalização - d. ativa-(alvará) | 0,00 | 2.680,42 | 2.942,04 | 2.056,42 | 3.229,13 | 3.229,13 | 3.348,61 | 3.432,33 | 3.518,13 | 3.606,09 |
| 1121.01.0.7.02.00.00.00 | Taxas inspeção, controle e fisc.- d. ativa – (outros) – mult | 0,00 | 71.259,92 | 66.767,94 | 94.562,42 | 73.284,06 | 73.284,06 | 75.995,57 | 77.895,46 | 79.842,85 | 81.838,92 |
| 1121.01.0.7.03.00.00.00 | Taxas inspeção, controle e fiscalização -d. ativa-(vig.sanit | 0,00 | 174,50 | 65,80 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1121.01.0.8.00.00.00.00 | TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO – DÍVIDA ATIVA – JUROS | 0,00 | 163.437,82 | 44.122,55 | 34.186,60 | 32.387,38 | 32.387,38 | 36.175,25 | 37.079,63 | 38.006,62 | 38.956,79 |
| 1121.01.0.8.01.00.00.00 | Taxas inspeção, controle e fisc.a. div. ativ-(alvará) – juros | 0,00 | 24.306,42 | 30.748,52 | 21.887,98 | 22.278,44 | 22.278,44 | 23.102,74 | 23.680,31 | 24.272,32 | 24.879,12 |
| 1121.01.0.8.02.00.00.00 | Taxas inspeção, controle e fisc..d. ativa - juros- (outros) | 0,00 | 139.131,40 | 13.374,03 | 12.298,62 | 10.108,94 | 10.108,94 | 13.072,51 | 13.399,32 | 13.734,31 | 14.077,66 |
| 1121.01.0.8.03.00.00.00 | Taxas inspeção, controle e fisc..d. ativa - juros- (vig.sanit) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1121.04.0.0.00.00.00.00 | TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL – PRINCIPAL | 0,00 | 609.136,14 | 276.181,11 | 291.611,02 | 267.973,00 | 267.973,00 | 281.907,61 | 288.955,30 | 296.179,18 | 303.583,66 |
| 1121.04.0.1.00.00.00.00 | TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - PRINCIPAL | 0,00 | 557.083,84 | 240.831,69 | 279.581,84 | 264.334,33 | 264.334,33 | 278.079,72 | 285.031,71 | 292.157,51 | 299.461,44 |
| 1121.04.0.3.00.00.00.00 | TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - DÍVIDA ATIVA | 0,00 | 9.174,71 | 32.034,42 | 9.626,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1121.04.0.5.00.00.00.00 | TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - MULTAS | 0,00 | 39.852,33 | 425,60 | 369,35 | 467,12 | 467,12 | 491,41 | 503,70 | 516,29 | 529,19 |
| 1121.04.0.6.00.00.00.00 | TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - JUROS DE MORA | 0,00 | 815,75 | 293,22 | 468,34 | 321,82 | 321,82 | 338,56 | 347,02 | 355,70 | 364,59 |
| 1121.04.0.7.00.00.00.00 | TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - MULTAS DA DÍVIDA | 0,00 | 909,61 | 338,84 | 172,66 | 371,90 | 371,90 | 391,24 | 401,02 | 411,05 | 421,32 |
| 1121.04.0.8.00.00.00.00 | TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - DÍVIDA ATIVA - J | 0,00 | 1.299,90 | 2.257,34 | 1.392,83 | 2.477,83 | 2.477,83 | 2.606,68 | 2.671,85 | 2.738,64 | 2.801,11 |
| 1121.50.0.0.00.00.00.00 | TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA | 685.321,65 | 713.095,84 | 703.489,75 | 853.294,45 | 834.507,57 | 834.507,57 | 962.092,71 | 986.145,03 | 1.010.798,65 | 1.036.065,52 |
| 1121.50.0.1.01.00.00.00 | taxa fiscalização vigilância sanitária-saúde - principal | 685.321,65 | 713.095,84 | 691.191,33 | 602.166,20 | 765.599,07 | 765.599,07 | 713.471,48 | 731.308,27 | 749.590,97 | 768.330,75 |
| 1121.50.0.1.02.00.00.00 | taxa fiscalização vigilância sanitária-animal - principal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 227.538,78 | 50.883,22 | 50.883,22 | 228.498,94 | 234.211,41 | 240.066,70 | 246.063,37 |
| 1121.50.0.3.01.00.00.00 | taxa fiscalização vigilância sanitária-saúde - dívida ativa | 0,00 | 0,00 | 7.499,28 | 18.257,33 | 13.926,47 | 13.926,47 | 14.601,99 | 14.967,04 | 15.341,22 | 15.721,45 |
| 1121.50.0.5.01.00.00.00 | taxa fiscalização vigilância sanitária-saúde - multas | 0,00 | 0,00 | 816,84 | 1.035,91 | 938,99 | 938,99 | 1.074,24 | 1.101,10 | 1.128,62 | 1.156,24 |
| 1121.50.0.5.02.00.00.00 | taxa fiscalização vigilância sanitária-animal - multas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1121.50.0.6.01.00.00.00 | taxa fiscalização vigilância sanitária-saúde - juros | 0,00 | 0,00 | 1.522,85 | 1.652,93 | 1.505,91 | 1.505,91 | 1.714,09 | 1.756,94 | 1.800,87 | 1.841,99 |
| 1121.50.0.6.02.00.00.00 | taxa fiscalização vigilância sanitária-animal – juros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1121.50.0.7.01.00.00.00 | taxa fiscalização vigilância sanitária saúde-multas dívida | 0,00 | 0,00 | 142,59 | 266,88 | 159,89 | 159,89 | 276,75 | 283,67 | 290,76 | 298,03 |
| 1121.50.0.8.01.00.00.00 | taxa fiscalização vigilância sanitária-saúde - juros dívida | 0,00 | 0,00 | 2.316,86 | 2.367,62 | 1.494,02 | 1.494,02 | 2.455,22 | 2.516,60 | 2.579,52 | 2.640,00 |
| 1122.00.0.0.00.00.00.00 | TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 2.336.818,90 | 3.004.487,74 | 2.606.693,19 | 4.605.297,37 | 3.191.791,56 | 3.191.791,56 | 3.763.215,12 | 3.857.295,50 | 3.953.727,89 | 4.052.571,08 |
| 1122.01.0.0.00.00.00.00 | TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 2.283.459,14 | 3.004.487,74 | 2.606.693,19 | 4.596.131,17 | 3.165.701,96 | 3.165.701,96 | 3.753.083,60 | 3.846.910,69 | 3.943.083,46 | 4.041.660,54 |
| 1122.01.0.1.01.00.00.00 | Taxa de cemitérios | 62.895,30 | 74.851,83 | 88.568,39 | 134.268,77 | 97.211,73 | 97.211,73 | 102.179,67 | 104.734,16 | 107.352,52 | 110.036,33 |
| 1122.01.0.1.02.00.00.00 | Taxa de serviços de conservação de pavimentação | 1.678.834,64 | 85,47 | 51.490,59 | 1.119.445,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1122.01.0.1.03.00.00.00 | Taxa de fiscalização e prev. e combate a incêndio | 332.162,87 | 399.911,96 | 348.559,21 | 500.169,11 | 382.571,59 | 382.571,59 | 401.077,85 | 411.104,80 | 421.382,42 | 431.916,98 |
| 1122.01.0.1.04.00.00.00 | Taxa de embarque/terminal rodoviário | 209.566,33 | 326.965,81 | 131.428,71 | 282.450,00 | 144.253,55 | 144.253,55 | 154.704,20 | 158.571,81 | 162.536,10 | 166.599,50 |
| 1122.01.0.1.05.00.00.00 | Taxas prestação serviços - emolumentos – principal | 0,00 | 21.377,41 | 19.787,56 | 14.292,28 | 21.719,26 | 21.719,26 | 15.094,04 | 15.471,39 | 15.858,18 | 16.254,00 |
| 1122.01.0.1.06.00.00.00 | Taxas serviços-vistoria aut. emplacamento taxi -principal | 0,00 | 59,10 | 0,00 | 224,63 | 134,89 | 134,89 | 229,62 | 235,36 | 241,24 | 247,00 |



| | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 1122.01.0.1.07.00.00.00 | Taxas pela prestação serviços - principal (outros serviços) | 0,00 | 1.524.367,51 | 1.304.899,81 | 805.688,96 | 1.699.278,87 | 1.699.278,87 | 1.291.836,95 | 1.324.132,87 | 1.357.236,20 | 1.391.167,10 |
| 1122.01.0.3.01.00.00.00 | Taxas pela prestação serviços - dívida ativa(ordinário) | 0,00 | 554.068,48 | 492.420,72 | 427.823,26 | 636.247,70 | 636.247,70 | 515.961,88 | 528.860,93 | 542.082,45 | 555.634,51 |
| 1122.01.0.3.02.00.00.00 | Taxa de serviços de conservação de pavimentação – dívida ativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.052.507,73 | 0,00 | 0,00 | 1.091.450,52 | 1.118.736,78 | 1.146.705,20 | 1.175.372,83 |
| 1122.01.0.3.03.00.00.00 | Taxas pela prestação serviços - dívida ativa (FUNREBOM) | 0,00 | 1.203,59 | 560,51 | 116.779,61 | 25.378,30 | 25.378,30 | 29.699,15 | 30.441,63 | 31.202,67 | 31.982,74 |
| 1122.01.0.5.01.00.00.00 | Taxas pela prestação serviços - multas(ordinário) | 0,00 | 3.187,98 | 7.295,59 | 215,42 | 6.540,17 | 6.540,17 | 223,39 | 228,97 | 234,70 | 240,57 |
| 1122.01.0.5.02.00.00.00 | Taxa de serviços de conservação de pavimentação – multas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.300,50 | 0,00 | 0,00 | 3.422,62 | 3.508,19 | 3.595,89 | 3.685,79 |
| 1122.01.0.5.03.00.00.00 | Taxas pela prestação serviços - multas (FUNREBOM) | 0,00 | 599,41 | 1.933,40 | 795,70 | 1.555,28 | 1.555,28 | 825,14 | 845,77 | 866,91 | 888,59 |
| 1122.01.0.6.01.00.00.00 | Taxas pela prestação serviços - juros (ordinário) | 0,00 | 4.627,62 | 8.778,45 | 356,25 | 9.323,93 | 9.323,93 | 701,24 | 718,77 | 736,74 | 755,16 |
| 1122.01.0.6.02.00.00.00 | Taxa de serviços de conservação de pavimentação – juros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.556,41 | 0,00 | 0,00 | 4.725,00 | 4.843,13 | 4.964,20 | 5.088,31 |
| 1122.01.0.6.03.00.00.00 | taxas pela prestação serviços - juros (funrebom) | 0,00 | 890,42 | 2.092,58 | 1.073,74 | 2.176,19 | 2.176,19 | 1.113,47 | 1.141,31 | 1.169,84 | 1.199,09 |
| 1122.01.0.7.01.00.00.00 | taxas pela prestação serviços - d. - multas (ordinário) | 0,00 | 6.702,46 | 15.687,79 | 5.389,59 | 11.550,48 | 11.550,48 | 5.816,96 | 5.962,38 | 6.111,44 | 6.264,23 |
| 1122.01.0.7.02.00.00.00 | Taxa de serviços de conservação de pavimentação – d.a. multas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.144,19 | 0,00 | 0,00 | 5.334,53 | 5.467,89 | 5.604,59 | 5.744,71 |
| 1122.01.0.7.03.00.00.00 | taxas pela prestação serviços - d. - multas (funrebom) | 0,00 | 11,82 | 53,38 | 840,13 | 397,39 | 397,39 | 871,21 | 892,99 | 915,32 | 938,20 |
| 1122.01.0.8.01.00.00.00 | taxas pela prestação serviços - d.ativa - juros (ordinário) | 0,00 | 85.075,03 | 132.385,66 | 56.895,78 | 125.463,65 | 125.463,65 | 61.537,94 | 63.076,39 | 64.653,30 | 66.269,63 |
| 1122.01.0.8.02.00.00.00 | Taxa de serviços de conservação de pavimentação – d.a. juros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 59.008,80 | 0,00 | 0,00 | 61.192,13 | 62.721,93 | 64.289,98 | 65.897,23 |
| 1122.01.0.8.03.00.00.00 | taxas pela prestação serviços - d.ativa - juros (funrebom) | 0,00 | 501,84 | 750,84 | 4.904,62 | 1.898,98 | 1.898,98 | 5.086,09 | 5.213,24 | 5.343,57 | 5.477,16 |
| 1122.02.0.0.00.00.00.00 | EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS | 53.359,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1122.02.0.1.00.00.00.00 | EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - PRINCIPAL | 53.359,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1122.52.0.0.00.00.00.00 | TAXA DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.166,20 | 26.089,60 | 26.089,60 | 10.131,52 | 10.384,81 | 10.644,43 | 10.910,54 |
| 1122.52.0.1.00.00.00.00 | TAXA DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV) - PRINCIPAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.166,20 | 26.089,60 | 26.089,60 | 10.131,52 | 10.384,81 | 10.644,43 | 10.910,54 |
| 1130.00.0.0.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA | 608.392,07 | 649.712,39 | 514.205,33 | 749.553,18 | 625.967,39 | 625.967,39 | 630.798,75 | 646.568,72 | 662.732,94 | 679.301,26 |
| 1131.53.0.0.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMEN | 608.392,07 | 649.712,39 | 514.205,33 | 749.553,18 | 625.967,39 | 625.967,39 | 630.798,75 | 646.568,72 | 662.732,94 | 679.301,26 |
| 1131.53.0.1.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – PRINCIPAL | 215.294,13 | 182.732,42 | 8.072,86 | 9.881,00 | 15.688,71 | 15.688,71 | 11.708,80 | 12.001,52 | 12.301,56 | 12.609,10 |
| 1131.53.0.2.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - MULTAS E JUROS DE MORA | 2.497,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1131.53.0.3.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – DÍVIDA ATIVA | 219.275,37 | 413.469,95 | 377.703,52 | 675.456,02 | 451.801,24 | 451.801,24 | 533.321,20 | 546.654,23 | 560.320,59 | 574.328,60 |
| 1131.53.0.4.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – MULTAS E JUROS D.A . | 171.325,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1131.53.0.5.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – MULTAS | 0,00 | 1.729,44 | 129,96 | 14,15 | 413,60 | 413,60 | 18,61 | 19,08 | 19,55 | 20,04 |
| 1131.53.0.6.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – JUROS DE MORA | 0,00 | 17.271,72 | 2.130,01 | 285,50 | 2.716,89 | 2.716,89 | 372,03 | 381,33 | 390,86 | 400,64 |
| 1131.53.0.7.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – MULTAS D.ATIVA | 0,00 | 2.586,59 | 6.109,51 | 3.288,26 | 6.693,04 | 6.693,04 | 4.355,31 | 4.464,19 | 4.575,80 | 4.690,19 |
| 1131.53.0.8.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – JUROS D.ATIVA | 0,00 | 31.922,27 | 120.059,47 | 60.628,25 | 148.653,91 | 148.653,91 | 81.022,80 | 83.048,37 | 85.124,58 | 87.252,69 |
| 1200.00.0.0.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÕES | 12.219.705,62 | 13.017.295,19 | 16.104.322,30 | 18.242.103,15 | 20.460.372,19 | 20.460.372,19 | 19.565.517,97 | 20.388.516,70 | 21.248.783,44 | 22.148.084,54 |
| 1215.00.0.0.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEM | 7.818.999,65 | 8.231.473,44 | 9.880.299,59 | 12.061.121,03 | 12.365.216,16 | 12.365.216,16 | 13.354.431,05 | 14.022.152,61 | 14.723.260,24 | 15.459.423,26 |
| 1215.01.1.0.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO | 7.723.346,76 | 8.107.653,12 | 9.566.645,48 | 11.326.293,54 | 11.599.166,37 | 11.599.166,37 | 12.550.078,77 | 13.177.582,72 | 13.836.461,85 | 14.528.284,95 |
| 1215.01.1.1.01.00.00.00 | CPSSS do servidor civil ativo - executivo | 6.764.422,48 | 7.046.284,76 | 8.672.580,88 | 10.601.818,11 | 10.765.826,63 | 10.765.826,63 | 11.668.176,75 | 12.251.585,59 | 12.864.164,87 | 13.507.379,92 |
| 1215.01.1.1.02.00.00.00 | CPSSS do servidor civil ativo - legislativo | 251.074,24 | 245.668,14 | 296.447,50 | 315.269,26 | 359.211,86 | 359.211,86 | 300.058,79 | 315.061,73 | 330.814,82 | 347.355,66 |
| 1215.01.1.1.03.00.00.00 | CPSSS do servidor civil ativo - SAMAE | 207.200,80 | 258.409,59 | 326.756,30 | 385.772,89 | 454.258,10 | 454.258,10 | 544.224,89 | 571.436,14 | 600.007,94 | 630.008,34 |
| 1215.01.1.1.04.00.00.00 | CPSSS do servidor civil ativo - SERRAPREV | 6.912,05 | 9.726,16 | 15.435,00 | 18.823,13 | 19.869,78 | 19.869,78 | 37.618,34 | 39.499,26 | 41.474,22 | 43.547,93 |
| 1215.01.1.1.05.00.00.00 | CPSSS do servidor civil ativo - facultativa | 0,00 | 0,00 | 3.490,54 | 4.610,15 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1215.01.1.1.06.00.00.00 | CPSSS do servidor civil ativo - para RPPS - BEN. TEMP. | 493.737,19 | 547.564,47 | 251.935,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1215.01.2.0.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL INATIVO | 93.571,84 | 109.945,11 | 304.397,82 | 695.150,13 | 735.230,75 | 735.230,75 | 771.992,29 | 810.591,90 | 851.121,50 | 893.677,57 |
| 1215.01.2.1.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL INATIVO - PRINCIPAL | 93.571,84 | 109.945,11 | 304.397,82 | 695.150,13 | 735.230,75 | 735.230,75 | 771.992,29 | 810.591,90 | 851.121,50 | 893.677,57 |
| 1215.01.3.0.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS | 2.081,05 | 13.875,21 | 9.256,29 | 39.677,36 | 30.819,04 | 30.819,04 | 32.359,99 | 33.977,99 | 35.676,89 | 37.460,74 |
| 1215.01.3.1.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS - PRINCIPAL | 2.081,05 | 13.875,21 | 9.256,29 | 39.677,36 | 30.819,04 | 30.819,04 | 32.359,99 | 33.977,99 | 35.676,89 | 37.460,74 |
| 1241.00.0.0.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 4.400.705,97 | 4.785.821,75 | 6.224.022,71 | 6.180.982,12 | 8.095.156,03 | 8.095.156,03 | 6.211.086,92 | 6.366.364,09 | 6.525.523,20 | 6.688.661,28 |
| 1241.50.0.1.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÃO - SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – PRINCIPAL | 4.400.705,97 | 4.782.080,31 | 6.224.022,71 | 6.180.982,12 | 8.095.156,03 | 8.095.156,03 | 6.211.086,92 | 6.366.364,09 | 6.525.523,20 | 6.688.661,28 |
| 1241.50.0.6.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÃO - SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – JUROS | 0,00 | 3.741,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1300.00.0.0.00.00.00.00 | RECEITA PATRIMONIAL | 5.908.620,83 | 3.550.761,49 | 2.712.698,23 | 9.281.828,67 | 2.574.844,30 | 2.574.844,30 | 3.349.516,02 | 3.517.296,43 | 3.682.410,51 | 3.855.443,25 |
| 1311.01.1.0.00.00.00.00 | ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS | 129.540,62 | 119.645,02 | 117.979,32 | 159.235,45 | 134.945,96 | 134.945,96 | 135.271,17 | 138.652,95 | 142.119,27 | 145.672,26 |
| 1311.01.1.1.01.00.00.00 | aluguéis de centros esportivos municipais | 0,00 | 11,40 | 3,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1311.01.1.1.03.00.00.00 | aluguéis do terminal rodoviário | 129.540,62 | 114.334,53 | 110.020,26 | 156.032,96 | 121.821,07 | 121.821,07 | 127.330,97 | 130.514,24 | 133.777,10 | 137.121,99 |
| 1311.01.1.3.02.00.00.00 | aluguéis e arrendamentos rodoviária - dívida ativa | 0,00 | 3.944,18 | 6.662,40 | 2.785,94 | 11.208,00 | 11.208,00 | 5.923,96 | 6.072,06 | 6.223,86 | 6.379,26 |



| | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 1311.01.1.5.02.00.00.00 | aluguéis e arrendamentos rodoviária - multas | 0,00 | 310,79 | 131,29 | 108,21 | 154,55 | 154,55 | 162,56 | 166,62 | 170,79 | 175,06 |
| 1311.01.1.6.02.00.00.00 | aluguéis e arrendamentos rodoviária - juros | 0,00 | 249,65 | 252,92 | 54,09 | 335,56 | 335,56 | 352,95 | 361,78 | 370,82 | 380,09 |
| 1311.01.1.7.02.00.00.00 | aluguéis e arrendamentos rodoviária - dívida ativa - multas | 0,00 | 77,77 | 133,04 | 39,57 | 215,55 | 215,55 | 226,72 | 232,39 | 238,20 | 244,15 |
| 1311.01.1.8.02.00.00.00 | aluguéis e arrend. rodoviária - dívida ativa - juros de mora | 0,00 | 716,70 | 775,49 | 214,68 | 1.211,23 | 1.211,23 | 1.274,01 | 1.305,86 | 1.338,50 | 1.371,97 |
| 1320.00.0.0.00.00.00.00 | VALORES MOBILIÁRIOS | 5.779.080,21 | 3.431.116,47 | 2.594.718,91 | 9.122.593,22 | 2.439.898,34 | 2.439.898,34 | 3.214.244,85 | 3.378.643,48 | 3.540.291,24 | 3.709.771,00 |
| 1321.01.0.0.00.00.00.00 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS | 3.009.109,67 | 3.213.393,61 | 2.084.331,99 | 9.096.042,84 | 2.408.186,15 | 2.408.186,15 | 3.190.192,98 | 3.354.115,31 | 3.515.274,87 | 3.684.254,22 |
| 1321.04.0.0.00.00.00.00 | REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SO | 2.648.428,12 | 201.113,94 | 494.594,88 | 4.458,32 | 13.125,00 | 13.125,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| 1321.04.0.1.01.00.00.00 | REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA - RPPS | 2.648.428,12 | 201.113,94 | 494.594,88 | 4.458,32 | 13.125,00 | 13.125,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| 1321.05.0.0.00.00.00.00 | JUROS DE TÍTULOS DE RENDA | 121.542,42 | 16.608,92 | 15.792,04 | 22.092,06 | 18.587,19 | 18.587,19 | 19.051,87 | 19.528,17 | 20.016,37 | 20.516,78 |
| 1321.05.0.1.01.00.00.00 | TÍTULOS DE RESP. DO GOV. FEDERAL - NÃO VINC. | 121.542,42 | 16.608,92 | 15.792,04 | 22.092,06 | 18.587,19 | 18.587,19 | 19.051,87 | 19.528,17 | 20.016,37 | 20.516,78 |
| 1360.00.0.0.00.00.00.00 | CESSÃO DE DIREITOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1361.01.1.1.01.00.00.00 | CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS - PODER | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1600.00.0.0.00.00.00.00 | RECEITA DE SERVIÇOS | 23.894.522,25 | 27.765.269,65 | 26.838.029,66 | 27.743.959,33 | 29.987.044,39 | 29.987.044,39 | 28.427.110,55 | 29.137.788,31 | 29.866.233,04 | 30.612.888,84 |
| 1611.00.0.0.00.00.00.00 | SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS | 23.894.522,25 | 27.765.269,65 | 26.838.029,66 | 27.743.959,33 | 29.987.044,39 | 29.987.044,39 | 28.427.110,55 | 29.137.788,31 | 29.866.233,04 | 30.612.888,84 |
| 1611.01.0.0.00.00.00.00 | SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS | 23.565.005,33 | 26.243.790,68 | 26.494.836,65 | 27.243.399,23 | 29.610.147,05 | 29.610.147,05 | 28.053.449,88 | 28.754.786,12 | 29.473.655,79 | 30.210.497,17 |
| 1611.01.0.1.01.00.00.00 | SERVIÇOS DE VENDAS DE EDITAIS | 4.500,00 | 350,00 | 50,00 | 50,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1611.01.0.1.02.00.00.00 | Consumo de Água -Samae | 15.201.995,01 | 16.841.847,30 | 16.998.345,36 | 16.878.449,26 | 18.789.688,27 | 18.789.688,27 | 17.496.826,22 | 17.934.246,87 | 18.382.603,05 | 18.842.168,12 |
| 1611.01.0.1.03.00.00.00 | Serviços de Esgoto Sanitário | 2.661.858,32 | 2.945.873,53 | 2.994.378,60 | 3.067.935,07 | 3.300.637,10 | 3.300.637,10 | 3.082.189,52 | 3.159.244,26 | 3.238.225,37 | 3.319.181,00 |
| 1611.01.0.1.04.00.00.00 | Serviços de Coleta, Transp.e Dest. Resíduos | 5.517.488,11 | 6.227.032,56 | 6.253.515,24 | 7.042.534,61 | 7.226.325,69 | 7.226.325,69 | 7.218.597,97 | 7.399.062,92 | 7.584.039,50 | 7.773.640,48 |
| 1611.01.0.1.05.00.00.00 | Serviços de Ligação e Religação de Água | 179.163,89 | 228.687,29 | 248.547,45 | 254.430,29 | 293.495,99 | 293.495,99 | 255.836,17 | 262.232,07 | 268.787,87 | 275.507,57 |
| 1611.02.0.0.00.00.00.00 | INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS | 53.180,00 | 1.226.466,20 | 46.123,20 | 203.122,40 | 47.276,28 | 47.276,28 | 67.879,21 | 69.576,19 | 71.315,60 | 73.098,48 |
| 1611.02.0.1.01.00.00.00 | receita de teste seletivo/concurso | 53.180,00 | 1.226.466,20 | 46.123,20 | 203.122,40 | 47.276,28 | 47.276,28 | 67.879,21 | 69.576,19 | 71.315,60 | 73.098,48 |
| 1611.03.0.0.00.00.00.00 | SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO | 276.336,92 | 295.012,77 | 297.069,81 | 297.437,70 | 329.621,06 | 329.621,06 | 305.781,46 | 313.426,00 | 321.261,65 | 329.293,19 |
| 1611.03.0.1.01.00.00.00 | Serviços Ambientais - FERBH - Samae | 276.336,92 | 295.012,77 | 297.069,81 | 297.437,70 | 329.621,06 | 329.621,06 | 305.781,46 | 313.426,00 | 321.261,65 | 329.293,19 |
| 1700.00.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 188.648.328,25 | 215.915.256,83 | 269.882.303,90 | 310.234.679,12 | 253.647.400,05 | 253.647.400,04 | 265.510.696,55 | 272.046.020,61 | 278.763.068,22 | 284.587.768,56 |
| 1710.00.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES | 65.267.991,11 | 72.243.530,08 | 117.551.566,46 | 99.945.361,03 | 81.747.831,53 | 81.747.831,52 | 82.750.220,50 | 85.251.901,79 | 87.834.465,57 | 89.421.319,97 |
| 1711.00.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNI | 38.475.810,30 | 42.085.720,90 | 43.179.190,75 | 58.598.287,27 | 50.200.257,68 | 50.200.257,67 | 51.415.100,40 | 53.340.692,10 | 55.734.482,87 | 57.127.844,94 |
| 1711.51.0.0.00.00.00.00 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM | 35.339.174,09 | 38.059.968,73 | 38.485.448,28 | 51.312.605,58 | 43.502.993,14 | 43.502.993,13 | 45.616.420,62 | 47.397.045,33 | 49.642.244,93 | 50.883.301,05 |
| 1711.51.1.0.00.00.00.00 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA ME | 32.489.170,63 | 35.025.799,68 | 35.303.094,97 | 47.399.781,03 | 40.088.689,63 | 40.088.689,63 | 41.242.689,10 | 42.273.756,33 | 43.330.600,24 | 44.413.868,24 |
| 1711.51.2.0.00.00.00.00 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS – COTAS EXTRAORD | 2.850.003,46 | 3.034.169,05 | 3.182.353,31 | 3.912.824,55 | 3.414.303,51 | 3.414.303,50 | 4.373.731,52 | 5.123.289,00 | 6.311.644,69 | 6.469.438,81 |
| 1711.51.2.1.01.00.00.00 | COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA – DEZEMBRO | 1.442.563,06 | 1.545.636,55 | 1.589.482,25 | 2.077.590,27 | 1.705.853,72 | 1.705.853,71 | 1.842.978,54 | 1.889.053,00 | 1.837.017,87 | 1.882.943,32 |
| 1711.51.2.1.02.00.00.00 | COTA-PARTE DO FPM - 1% COTA – JULHO | 1.407.440,40 | 1.488.532,50 | 1.592.871,06 | 1.835.234,28 | 1.708.449,79 | 1.708.449,79 | 1.943.400,51 | 1.991.985,52 | 1.839.813,56 | 1.885.808,90 |
| 1711.51.2.1.03.00.00.00 | COTA-PARTE DO FPM – 1% COTA – SETEMBRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 587.352,47 | 1.242.250,48 | 2.634.813,26 | 2.700.684,59 |
| 1711.52.0.0.00.00.00.00 | COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL | 3.136.636,21 | 4.025.752,17 | 4.693.742,47 | 7.285.681,69 | 6.697.264,54 | 6.697.264,54 | 5.798.679,78 | 5.943.646,77 | 6.092.237,94 | 6.244.541,69 |
| 1712.00.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO | 1.283.718,22 | 1.411.817,78 | 4.373.170,34 | 2.623.815,08 | 2.657.241,79 | 2.657.241,79 | 2.524.845,72 | 2.654.729,90 | 2.721.098,15 | 2.789.125,60 |
| 1712.50.0.0.00.00.00.00 | COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECU | 293.862,62 | 396.748,46 | 384.962,42 | 317.592,36 | 472.714,17 | 472.714,17 | 419.397,35 | 496.645,32 | 509.061,45 | 521.787,99 |
| 1712.50.0.1.00.00.00.00 | COTA-PARTE DA COMP. FIN. PELA EXP. DE REC. HIDRICOS | 293.862,62 | 396.748,46 | 384.962,42 | 317.592,36 | 472.714,17 | 472.714,17 | 419.397,35 | 496.645,32 | 509.061,45 | 521.787,99 |
| 1712.51.0.0.00.00.00.00 | COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECU | 448.836,56 | 474.680,23 | 3.420.709,16 | 1.389.960,10 | 1.495.868,82 | 1.495.868,82 | 1.395.825,40 | 1.430.721,04 | 1.466.489,06 | 1.503.151,29 |
| 1712.51.0.1.00.00.00.00 | COTA-PARTE DA COMP. FIN. PELA EXP. DE REC. MINERAIS | 448.836,56 | 474.680,23 | 3.420.709,16 | 1.389.960,10 | 1.495.868,82 | 1.495.868,82 | 1.395.825,40 | 1.430.721,04 | 1.466.489,06 | 1.503.151,29 |
| 1712.52.0.0.00.00.00.00 | COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓL | 541.019,04 | 540.389,09 | 567.498,76 | 916.262,62 | 688.658,80 | 688.658,80 | 709.622,97 | 727.363,54 | 745.547,63 | 764.186,82 |
| 1712.52.4.1.00.00.00.00 | COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL | 541.019,04 | 540.389,09 | 567.498,76 | 916.262,62 | 688.658,80 | 688.658,80 | 709.622,97 | 727.363,54 | 745.547,63 | 764.186,82 |
| 1713.00.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS | 20.022.792,96 | 20.376.178,81 | 31.423.876,22 | 30.502.888,50 | 20.358.044,47 | 20.358.044,47 | 20.737.821,05 | 20.737.821,05 | 20.737.821,05 | 20.737.821,05 |
| 1713.50.1.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – ATENÇÃO PRIMÁRIA | 7.697.068,81 | 6.721.902,56 | 9.644.941,56 | 10.593.403,34 | 8.484.593,75 | 8.484.593,75 | 8.840.160,80 | 8.840.160,80 | 8.840.160,80 | 8.840.160,80 |
| 1713.50.1.1.01.00.00.00 | pab - piso da atenção básica fixo | 0,00 | 2.549.231,96 | 565.869,81 | 51.442,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1713.50.1.1.02.00.00.00 | Atenção Primária em Saúde – Inc. Financeiro. Capacitação Pondera | 0,00 | 2.305.344,60 | 5.904.730,66 | 5.884.700,02 | 5.466.347,75 | 5.466.347,75 | 5.454.214,80 | 5.454.214,80 | 5.454.214,80 | 5.454.214,80 |
| 1713.50.1.1.03.00.00.00 | ACS – Agentes Comunitários de Saúde | 0,00 | 1.368.986,00 | 1.596.950,00 | 1.733.650,00 | 1.753.050,00 | 1.753.050,00 | 1.712.750,00 | 1.712.750,00 | 1.712.750,00 | 1.712.750,00 |
| 1713.50.1.1.04.00.00.00 | Programa de saúde bucal – ações estratégicas | 0,00 | 278.340,00 | 381.015,00 | 313.984,00 | 323.796,00 | 323.796,00 | 323.796,00 | 323.796,00 | 323.796,00 | 323.796,00 |

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tangeradassera.1doc.com.br/verificacao/0B45-3C5C-E9AE-915C> e informe o código 0B45-3C5C-E9AE-915C



| | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| 1713.50.1.1.05.00.00.00 | Programa de saúde bucal – próteses | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 |
| 1713.50.1.1.06.00.00.00 | Incentivo financeiro da aps – desempenho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 851.400,00 | 851.400,00 | 851.400,00 | 851.400,00 | 851.400,00 | 851.400,00 | 851.400,00 | 851.400,00 |
| 1713.50.1.1.07.00.00.00 | nasf - núcleo de apoio à saúde da família | 0,00 | 220.000,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1713.50.1.1.08.00.00.00 | incremento temporário do pab-emenda parlamentar individual | 0,00 | 0,00 | 350.000,00 | 1.050.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1713.50.1.1.09.00.00.00 | transf.prog.saúde na escola ações prevenção covid19 port1857 | 0,00 | 0,00 | 181.942,00 | 5.825,65 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1713.50.1.1.10.00.00.00 | transf união ações estrat. apoio à gestação,pré-natal e puer (Por. 731/21) | 0,00 | 0,00 | 173.755,00 | 177.735,58 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1713.50.1.1.11.00.00.00 | transf. enfrent.covid-19 atenção primária em saúde (Port. 894/21) | 0,00 | 0,00 | 146.080,00 | 388.431,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1713.50.1.1.12.00.00.00 | transf. ações de rast. e monitoramento covid 19 port 2358/20 | 0,00 | 0,00 | 156.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1713.50.1.1.13.00.00.00 | transferência recursos pré-natal da rede cegonha | 0,00 | 0,00 | 9.275,09 | 13.087,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1713.50.1.1.14.00.00.00 | transferência recursos programa saúde na escola port.2141/20 | 0,00 | 0,00 | 35.514,00 | 33.146,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1713.50.1.1.15.00.00.00 | inc.fin.p/ atend as pessoas com obesidade,diabetes e hiperte | 0,00 | 0,00 | 104.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1713.50.1.1.16.00.00.00 | incentivo fin. fed. para saúde bucal covid-19 port 3008/20 | 0,00 | 0,00 | 19.310,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1713.50.1.1.17.00.00.00 | Transf. SUS FED Manut. At. Primária – Informatização APS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 408.000,00 | 408.000,00 | 408.000,00 | 408.000,00 | 408.000,00 |
| 1713.50.2.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS Ações | 10.502.218,09 | 11.711.547,47 | 14.010.933,77 | 17.834.115,79 | 9.809.761,60 | 9.809.761,60 | 9.856.719,13 | 9.856.719,13 | 9.856.719,13 | 9.856.719,13 | 9.856.719,13 |
| 1713.50.2.1.01.00.00.00 | leto financeiro | 0,00 | 9.680.170,49 | 7.596.715,24 | 7.669.801,31 | 7.658.947,12 | 7.658.947,12 | 7.705.904,65 | 7.705.904,65 | 7.705.904,65 | 7.705.904,65 | 7.705.904,65 |
| 1713.50.2.1.02.00.00.00 | samu - serviços de atendimento móvel de urgência | 0,00 | 1.750.612,50 | 1.921.237,50 | 1.870.050,00 | 1.870.050,00 | 1.870.050,00 | 1.870.050,00 | 1.870.050,00 | 1.870.050,00 | 1.870.050,00 | 1.870.050,00 |
| 1713.50.2.1.03.00.00.00 | caps - saúde mental | 0,00 | 280.764,48 | 280.764,48 | 280.764,48 | 280.764,48 | 280.764,48 | 280.764,48 | 280.764,48 | 280.764,48 | 280.764,48 | 280.764,48 |
| 1713.50.2.1.04.00.00.00 | custeio enfrentamento covid-19 port. 480/2020 – Trat. infecção | 0,00 | 0,00 | 346.170,60 | 1.110.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1713.50.2.1.05.00.00.00 | custeio enfrentamento covid-19 port.1236/20 uti (Port.559/21) | 0,00 | 0,00 | 1.152.000,00 | 2.400.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1713.50.2.1.06.00.00.00 | transferência custeio uti covid-19 port. nº 2530/20 -Port. 897/21 – 1059/21. 1453/21 . 1816 | 0,00 | 0,00 | 1.872.000,00 | 3.984.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1713.50.2.1.07.00.00.00 | Custeio Enfrentamento COVID-19 - Port. 774/2020 – mac + Port.2999/21 | 0,00 | 0,00 | 813.740,95 | 519.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1713.50.2.1.08.00.00.00 | Transf. Rec. Incentivo CAPS Covid-19 - Port. 3350/2020 | 0,00 | 0,00 | 28.305,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1713.50.3.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS Ações | 1.266.625,50 | 1.353.911,18 | 1.346.394,68 | 1.423.244,33 | 1.427.564,08 | 1.427.564,08 | 1.428.816,08 | 1.428.816,08 | 1.428.816,08 | 1.428.816,08 | 1.428.816,08 |
| 1713.50.3.1.01.00.00.00 | fns - aids/hepatite | 0,00 | 113.121,91 | 123.405,72 | 123.405,72 | 123.405,72 | 123.405,72 | 123.405,72 | 123.405,72 | 123.405,72 | 123.405,72 | 123.405,72 |
| 1713.50.3.1.02.00.00.00 | piso de vigilância e promoção da saúde - pfvps | 0,00 | 459.730,87 | 366.920,56 | 356.412,01 | 354.131,76 | 354.131,76 | 354.131,76 | 354.131,76 | 354.131,76 | 354.131,76 | 354.131,76 |
| 1713.50.3.1.03.00.00.00 | vigilância sanitária | 0,00 | 61.058,40 | 70.118,40 | 63.426,60 | 63.426,60 | 63.426,60 | 64.678,60 | 64.678,60 | 64.678,60 | 64.678,60 | 64.678,60 |
| 1713.50.3.1.04.00.00.00 | ace - agentes de combate às endemias | 0,00 | 720.000,00 | 785.950,00 | 880.000,00 | 886.600,00 | 886.600,00 | 886.600,00 | 886.600,00 | 886.600,00 | 886.600,00 | 886.600,00 |
| 1713.50.4.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS Ações | 540.880,56 | 588.817,60 | 965.600,70 | 636.125,04 | 636.125,04 | 636.125,04 | 612.125,04 | 612.125,04 | 612.125,04 | 612.125,04 | 612.125,04 |
| 1713.50.4.1.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS Ações | 540.880,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1713.50.4.1.01.00.00.00 | farmácia básica | 0,00 | 588.817,60 | 642.125,04 | 636.125,04 | 636.125,04 | 636.125,04 | 612.125,04 | 612.125,04 | 612.125,04 | 612.125,04 | 612.125,04 |
| 1713.50.4.1.02.00.00.00 | transf.rec.enfrent covid-19 medic. saúde mental port2516/20 | 0,00 | 0,00 | 323.475,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1713.50.5.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS Ações | 16.000,00 | 0,00 | 97.000,00 | 16.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1713.50.5.1.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS – Gestão SUS | 16.000,00 | 0,00 | 97.000,00 | 16.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1713.50.9.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS Ações | 0,00 | 0,00 | 4.032.116,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1713.50.9.1.01.00.00.00 | custeio enfrentamento covid-19 (port. ms 1666/2020) | 0,00 | 0,00 | 4.032.116,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1713.51.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS - | 0,00 | 0,00 | 1.326.889,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1713.51.1.1.02.00.00.00 | aux. financeiro união covid-19-saúde (lc 173/2020 art 5º i) | 0,00 | 0,00 | 1.326.889,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1714.00.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIME | 4.479.779,50 | 5.788.122,28 | 4.558.537,84 | 4.696.472,75 | 5.070.486,72 | 5.070.486,72 | 4.776.770,94 | 4.896.190,21 | 5.018.594,97 | 5.144.059,34 | 5.144.059,34 |
| 1714.50.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO | 3.013.460,41 | 4.291.571,39 | 3.007.626,71 | 3.270.853,57 | 3.610.316,85 | 3.610.316,85 | 3.362.790,90 | 3.446.860,67 | 3.533.032,19 | 3.621.357,99 | 3.621.357,99 |
| 1714.50.0.1.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL | 3.013.460,41 | 4.291.571,39 | 3.007.626,71 | 3.270.853,57 | 3.610.316,85 | 3.610.316,85 | 3.362.790,90 | 3.446.860,67 | 3.533.032,19 | 3.621.357,99 | 3.621.357,99 |
| 1714.51.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEI | 8.540,00 | 8.100,00 | 2.880,00 | 6.840,00 | 5.904,00 | 5.904,00 | 6.868,86 | 7.040,58 | 7.216,60 | 7.397,01 | 7.397,01 |
| 1714.51.0.1.00.00.00.00 | Programa Dinheiro na Escola – PDDE | 8.540,00 | 8.100,00 | 2.880,00 | 6.840,00 | 5.904,00 | 5.904,00 | 6.868,86 | 7.040,58 | 7.216,60 | 7.397,01 | 7.397,01 |
| 1714.52.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO | 1.301.104,00 | 1.251.234,00 | 1.416.351,20 | 1.380.957,60 | 1.375.647,21 | 1.375.647,21 | 1.332.200,40 | 1.365.505,41 | 1.399.643,05 | 1.434.634,12 | 1.434.634,12 |
| 1714.52.0.1.01.00.00.00 | Merenda escolar - PNAE - Ensino Fundamental | 594.142,00 | 546.192,00 | 597.383,60 | 632.343,80 | 589.229,45 | 589.229,45 | 604.539,38 | 619.652,86 | 635.144,19 | 651.022,79 | 651.022,79 |
| 1714.52.0.1.02.00.00.00 | Merenda escolar - PNAE – EJA | 2.688,00 | 3.648,00 | 4.294,40 | 9.644,80 | 8.985,15 | 8.985,15 | 8.076,24 | 8.278,15 | 8.485,10 | 8.697,23 | 8.697,23 |
| 1714.52.0.1.03.00.00.00 | Merenda escolar – PNAE - creche | 413.662,00 | 403.604,00 | 480.686,80 | 296.368,60 | 455.184,71 | 455.184,71 | 415.714,00 | 426.106,85 | 436.759,52 | 447.678,61 | 447.678,61 |
| 1714.52.0.1.04.00.00.00 | Merenda escolar - PNAE - pré escola | 227.902,00 | 227.370,00 | 272.283,00 | 395.604,00 | 275.558,26 | 275.558,26 | 244.897,10 | 251.019,53 | 257.295,02 | 263.727,39 | 263.727,39 |
| 1714.52.0.1.05.00.00.00 | Merenda escolar – PNAE - indígena | 44.160,00 | 49.750,00 | 44.679,80 | 34.636,80 | 31.488,00 | 31.488,00 | 43.392,00 | 44.476,80 | 45.588,72 | 46.728,34 | 46.728,34 |
| 1714.52.0.1.06.00.00.00 | Merenda escolar – PNAE - atend. educ. especializado | 18.550,00 | 20.670,00 | 17.023,60 | 12.359,60 | 15.201,64 | 15.201,64 | 15.581,68 | 15.971,22 | 16.370,50 | 16.779,77 | 16.779,77 |
| 1714.53.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO T | 156.675,09 | 162.455,84 | 131.679,93 | 37.821,58 | 78.618,66 | 78.618,66 | 74.910,78 | 76.783,55 | 78.703,14 | 80.670,22 | 80.670,22 |
| 1714.53.0.1.01.00.00.00 | Transporte escolar – PNATE – ens. fundamental | 156.675,09 | 162.455,84 | 131.679,93 | 37.821,58 | 78.618,66 | 78.618,66 | 65.200,14 | 66.830,14 | 68.500,90 | 70.213,92 | 70.213,92 |
| 1714.53.0.1.02.00.00.00 | Transporte escolar – PNATE – educação infantil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.710,64 | 9.953,41 | 10.202,24 | 10.457,30 | 10.457,30 |
| 1714.99.0.0.00.00.00.00 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLV | 0,00 | 74.761,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1714.99.0.1.01.00.00.00 | PAR - Plano de Ação Articula - Educação | 0,00 | 74.761,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |



| | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------|---|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 1714.99.0.1.02.00.00.00 | Brasil Carinhoso | 0,00 | 487,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1716.00.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA | 405.025,05 | 750.376,78 | 1.719.345,85 | 430.315,79 | 800.219,23 | 800.219,23 | 513.503,15 | 840.289,29 | 840.289,29 | 840.289,29 | 840.289,29 |
| 1716.50.0.1.01.00.00.00 | recursos do pac i - piso de alta complexidade i | 10.000,00 | 20.000,00 | 73.061,55 | 50.387,14 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 |
| 1716.50.0.1.02.00.00.00 | recursos do acepeti - prog. de erradicação do trabalho infan | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1716.50.0.1.03.00.00.00 | recursos do pf mc | 12.500,00 | 27.200,00 | 101.626,95 | 62.983,92 | 61.898,52 | 61.898,52 | 62.983,92 | 150.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 |
| 1716.50.0.1.04.00.00.00 | recursos do igd/suas - gestão smas | 32.833,12 | 21.664,08 | 0,00 | 13.926,00 | 32.496,12 | 32.496,12 | 13.926,00 | 32.496,12 | 32.496,12 | 32.496,12 | 32.496,12 |
| 1716.50.0.1.05.00.00.00 | recursos do pt mc - apae | 1.881,05 | 5.643,15 | 13.743,28 | 9.478,07 | 22.572,60 | 22.572,60 | 22.752,60 | 22.572,60 | 22.572,60 | 22.572,60 | 22.572,60 |
| 1716.50.0.1.06.00.00.00 | recursos igd/pbf - bolsa família | 100.573,41 | 129.004,60 | 122.540,23 | 91.907,35 | 120.273,84 | 120.273,84 | 91.907,35 | 120.273,84 | 120.273,84 | 120.273,84 | 120.273,84 |
| 1716.50.0.1.07.00.00.00 | recursos do pbv iii - piso básico variável | 9.000,00 | 45.000,00 | 16.015,95 | 0,00 | 54.000,00 | 54.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1716.50.0.1.08.00.00.00 | recursos do paif - pbf | 48.000,00 | 240.000,00 | 166.136,04 | 129.352,48 | 183.383,90 | 183.383,90 | 129.352,48 | 129.352,48 | 129.352,48 | 129.352,48 | 129.352,48 |
| 1716.50.0.1.09.00.00.00 | recursos do bpc | 3.160,00 | 1.960,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1716.50.0.1.10.00.00.00 | piso básico variável scfv - peti/projovem/idoso | 81.941,47 | 176.822,95 | 118.026,10 | 72.280,83 | 120.874,25 | 120.874,25 | 72.280,80 | 120.874,25 | 120.874,25 | 120.874,25 | 120.874,25 |
| 1716.50.0.1.11.00.00.00 | programa 1º infância no suas | 105.136,00 | 83.082,00 | 78.648,00 | 0,00 | 144.720,00 | 144.720,00 | 60.300,00 | 144.720,00 | 144.720,00 | 144.720,00 | 144.720,00 |
| 1716.50.0.1.12.00.00.00 | ações de enfrentamento ao covid-19 no suas portaria 369/2020 | 0,00 | 0,00 | 325.620,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1716.50.0.1.13.00.00.00 | inc temp bloco da proteção social especial covid19 port 378/ | 0,00 | 0,00 | 170.667,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1716.50.0.1.14.00.00.00 | inc temp bloco da protsocial básica enf. covid19 port.378/20 | 0,00 | 0,00 | 353.260,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1716.50.0.1.15.00.00.00 | aux.financieiro união covid-19-a.social(lc 173/2020 art 5º i) | 0,00 | 0,00 | 180.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1719.00.0.0.00.00.00.00 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO | 600.865,08 | 1.831.313,53 | 32.297.445,46 | 3.093.581,64 | 2.661.581,64 | 2.661.581,64 | 2.782.179,24 | 2.782.179,24 | 2.782.179,24 | 2.782.179,24 | 2.782.179,24 |
| 1719.51.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DO ICMS – DESONERAÇÃO – L.C. Nº 8 | 170.722,08 | 0,00 | 2.589.005,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1719.51.0.1.01.00.00.00 | transf financ do icms – desoneração – l.c. n. 87/96 - princi | 170.722,08 | 0,00 | 1.553.403,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1719.51.0.1.02.00.00.00 | transf financ do icms – desoneração – l.c. n. 87/96 - saude | 0,00 | 0,00 | 388.350,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1719.51.0.1.03.00.00.00 | transf financ do icms – desoneração – l.c. n. 87/96 - educaç | 0,00 | 0,00 | 647.251,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1719.58.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIA OBRIGATORIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº | 221.730,80 | 0,00 | 0,00 | 2.661.581,64 | 2.661.581,64 | 2.661.581,64 | 2.782.179,24 | 2.782.179,24 | 2.782.179,24 | 2.782.179,24 | 2.782.179,24 |
| 1719.58.0.1.00.00.00.00 | TRANSF. DA UNIÃO LC 176/2020 (PLP 133/2020) | 221.730,80 | 0,00 | 0,00 | 2.661.581,64 | 2.661.581,64 | 2.661.581,64 | 2.782.179,24 | 2.782.179,24 | 2.782.179,24 | 2.782.179,24 | 2.782.179,24 |
| 1719.99.0.0.00.00.00.00 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDAD | 208.412,20 | 1.831.313,53 | 29.708.439,62 | 432.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1719.99.0.1.00.00.00.00 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDAD | 208.412,20 | 1.831.313,53 | 29.708.439,62 | 432.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1719.99.0.1.01.00.00.00 | fex - auxílio financeiro para fomento exportações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1719.99.0.1.02.00.00.00 | excedente da cessão onerosa do pré-sal | 0,00 | 1.831.313,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1719.99.0.1.03.00.00.00 | auxilio financeiro da união-livre (mp 938/2020) | 0,00 | 0,00 | 1.819.855,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1719.99.0.1.04.00.00.00 | auxilio financeiro união-livre(lc 173/2020, art. 5º, ii) | 0,00 | 0,00 | 27.187.449,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1719.99.0.1.05.00.00.00 | transf. união covid-19-cultura (lei 14017/2020-aldir blanc) | 0,00 | 0,00 | 701.135,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1719.99.0.1.06.00.00.00 | OUTRAS TRANSF. UNIÃO - PRINCIPAL – DEFESA CIVIL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 432.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1720.00.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS E | 77.638.313,44 | 92.798.472,27 | 96.030.175,51 | 126.054.151,10 | 108.291.999,67 | 108.291.999,67 | 110.917.403,24 | 113.163.368,47 | 115.465.482,83 | 117.825.158,94 | 119.146.490,00 |
| 1721.00.0.0.00.00.00.00 | PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL | 58.904.652,31 | 67.723.230,67 | 71.568.083,17 | 97.018.670,83 | 83.391.750,81 | 83.391.750,81 | 86.285.251,49 | 88.442.382,78 | 90.653.442,35 | 92.919.778,41 | 95.146.490,00 |
| 1721.50.0.0.00.00.00.00 | COTA-PARTE DO ICMS | 46.706.459,10 | 54.239.959,93 | 59.014.706,53 | 82.325.955,75 | 70.679.142,74 | 70.679.142,74 | 73.517.425,42 | 75.355.361,06 | 77.239.245,08 | 79.170.226,21 | 81.146.490,00 |
| 1721.51.0.0.00.00.00.00 | COTA-PARTE DO IPVA | 11.637.140,52 | 13.015.077,20 | 12.122.228,13 | 14.129.834,69 | 12.219.708,31 | 12.219.708,31 | 12.271.933,03 | 12.578.731,36 | 12.893.199,64 | 13.215.524,83 | 13.535.581,79 |
| 1721.52.0.0.00.00.00.00 | COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS | 279.654,37 | 302.902,04 | 286.055,33 | 464.898,13 | 366.084,23 | 366.084,23 | 390.174,88 | 399.929,25 | 409.927,48 | 420.174,47 | 431.490,00 |
| 1721.53.0.0.00.00.00.00 | COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMI | 281.398,32 | 165.291,50 | 145.093,18 | 97.982,26 | 126.815,53 | 126.815,53 | 105.718,16 | 108.361,11 | 111.070,14 | 113.846,00 | 116.490,00 |
| 1721.53.0.1.00.00.00.00 | COTA-PARTE DA CIDE – PRINCIPAL | 281.398,32 | 165.291,50 | 145.093,18 | 97.982,26 | 126.815,53 | 126.815,53 | 105.718,16 | 108.361,11 | 111.070,14 | 113.846,00 | 116.490,00 |
| 1722.52.0.0.00.00.00.00 | COTA-PARTE ROYALTIES – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO | 39.493,27 | 42.469,40 | 34.265,17 | 35.158,91 | 40.133,78 | 40.133,78 | 40.427,11 | 41.437,79 | 42.473,73 | 43.535,58 | 44.690,00 |
| 1722.52.0.1.01.00.00.00 | Outras Transferências dos Estados - FEP | 39.493,27 | 42.469,40 | 34.265,17 | 35.158,91 | 40.133,78 | 40.133,78 | 40.427,11 | 41.437,79 | 42.473,73 | 43.535,58 | 44.690,00 |
| 1723.50.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS | 14.168.550,64 | 20.275.715,77 | 20.291.095,90 | 24.411.660,12 | 20.671.563,72 | 20.671.563,72 | 19.536.364,56 | 19.536.364,56 | 19.536.364,56 | 19.536.364,56 | 19.536.364,56 |
| 1723.50.0.1.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS - | 14.168.550,64 | 20.275.715,77 | 20.291.095,90 | 24.411.660,12 | 20.671.563,72 | 20.671.563,72 | 19.536.364,56 | 19.536.364,56 | 19.536.364,56 | 19.536.364,56 | 19.536.364,56 |
| 1723.50.0.1.01.00.00.00 | micro regionalização – hemoterapia | 0,00 | 85.000,00 | 55.000,00 | 110.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 |
| 1723.50.0.1.02.00.00.00 | micro regionalização-reabilitação | 0,00 | 25.500,00 | 16.500,00 | 33.000,00 | 18.000,00 | 18.000,00 | 18.000,00 | 18.000,00 | 18.000,00 | 18.000,00 | 18.000,00 |
| 1723.50.0.1.03.00.00.00 | pasca/ prog. interiorização do trabalho em saúde | 0,00 | 44.128,00 | 130.020,00 | 191.484,00 | 141.840,00 | 141.840,00 | 141.840,00 | 141.840,00 | 141.840,00 | 141.840,00 | 141.840,00 |
| 1723.50.0.1.05.00.00.00 | PSF | 0,00 | 1.550.400,00 | 1.161.600,00 | 2.688.000,00 | 1.267.200,00 | 1.267.200,00 | 1.267.200,00 | 1.267.200,00 | 1.267.200,00 | 1.267.200,00 | 1.267.200,00 |
| 1723.50.0.1.06.00.00.00 | saúde bucal | 0,00 | 196.000,00 | 154.000,00 | 350.000,00 | 168.000,00 | 168.000,00 | 168.000,00 | 168.000,00 | 168.000,00 | 168.000,00 | 168.000,00 |
| 1723.50.0.1.07.00.00.00 | samu | 0,00 | 1.100.531,19 | 763.262,50 | 902.037,50 | 832.650,00 | 832.650,00 | 832.650,00 | 832.650,00 | 832.650,00 | 832.650,00 | 832.650,00 |
| 1723.50.0.1.08.00.00.00 | paf - prog. assistência farmacêutica | 0,00 | 329.876,58 | 262.570,18 | 549.770,35 | 294.933,72 | 294.933,72 | 289.462,56 | 289.462,56 | 289.462,56 | 289.462,56 | 289.462,56 |



| | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 1723.50.0.1.09.00.00.00 | cofinanciamento uti - unidade terapia intensiva | 0,00 | 16.790.280,00 | 17.616.143,22 | 16.545.394,34 | 17.744.940,00 | 17.744.940,00 | 16.615.212,00 | 16.615.212,00 | 16.615.212,00 | 16.615.212,00 |
| 1723.50.0.1.10.00.00.00 | transferência saúde hanseníase estado - fms | 0,00 | 120.000,00 | 110.000,00 | 130.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 |
| 1723.50.0.1.11.00.00.00 | Micro-Saúde Mental | 0,00 | 34.000,00 | 22.000,00 | 44.000,00 | 24.000,00 | 24.000,00 | 24.000,00 | 24.000,00 | 24.000,00 | 24.000,00 |
| 1723.50.0.1.12.00.00.00 | TRANSF. ESTADO SAÚDE COVID LEITOS BC-Port. 138/21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 500.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1723.50.0.1.13.00.00.00 | TRANSF. ESTADO CUSTEIO ENFR. Convid. Port. 187/21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1723.50.0.1.14.00.00.00 | TRANSF. ESTADO SAÚDE COVID LEITOS BC-Port. 138/21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 180.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1723.50.0.1.15.00.00.00 | TRANSF. ESTADO COFIN. Custeio Mensal UTI COVID | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.195.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1723.50.0.1.16.00.00.00 | TRANSF. FES INCREMENTO CUSTEIO MAC – Emenda Parl. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 285.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1723.50.0.1.17.00.00.00 | TRANSF. ESTADO PROGRAMAS DE SAÚDE - Cirurgias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 457.773,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1724.51.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAM | 1.424.158,27 | 2.052.403,06 | 782.541,60 | 782.541,60 | 802.105,14 | 802.105,14 | 1.408.574,88 | 1.408.574,88 | 1.408.574,88 | 1.408.574,88 |
| 1724.51.0.1.01.00.00.00 | Transf.conv.transporte escolar - principal | 1.424.158,27 | 2.052.403,06 | 782.541,60 | 782.541,60 | 802.105,14 | 802.105,14 | 1.408.574,88 | 1.408.574,88 | 1.408.574,88 | 1.408.574,88 |
| 1729.00.0.0.00.00.00.00 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL | 3.101.458,95 | 2.704.653,37 | 3.354.189,67 | 3.806.119,64 | 3.386.446,22 | 3.386.446,22 | 3.646.785,20 | 3.734.608,46 | 3.824.627,31 | 3.916.896,62 |
| 1729.51.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL | 4.019,46 | 104.602,06 | 234.856,61 | 134.049,56 | 133.106,21 | 133.106,21 | 133.854,71 | 133.854,71 | 133.854,71 | 133.854,71 |
| 1729.51.0.1.01.00.00.00 | outras transferências dos estados – Fupis | 4.019,46 | 2.602,06 | 256,61 | 1.449,56 | 506,21 | 506,21 | 1.254,71 | 1.254,71 | 1.254,71 | 1.254,71 |
| 1729.51.0.1.02.00.00.00 | outras transferências dos estados – Cofinanciamento fmas | 0,00 | 102.000,00 | 234.600,00 | 132.600,00 | 132.600,00 | 132.600,00 | 132.600,00 | 132.600,00 | 132.600,00 | 132.600,00 |
| 1729.99.0.0.00.00.00.00 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF | 3.097.439,49 | 2.600.051,31 | 3.119.333,06 | 3.672.070,08 | 3.253.340,01 | 3.253.340,01 | 3.512.930,49 | 3.600.753,75 | 3.690.772,60 | 3.783.041,91 |
| 1729.99.0.1.01.00.00.00 | Fundo de transporte e habitação- FETHAB - Transporte Escolar | 938.651,74 | 1.093.720,49 | 704.172,61 | 746.361,28 | 491.052,62 | 491.052,62 | 749.510,75 | 768.248,52 | 787.454,73 | 807.141,10 |
| 1729.99.0.1.02.00.00.00 | COTA-PARTE DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB - PRINC | 2.158.787,75 | 1.506.330,82 | 2.415.160,45 | 2.612.508,80 | 2.762.287,39 | 2.762.287,39 | 2.763.419,74 | 2.832.505,23 | 2.903.317,86 | 2.975.900,81 |
| 1729.99.0.1.03.00.00.00 | OUTRAS TRANSF CONVÊNIO ESTADO – Turismo e Cultura | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 313.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1730.00.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES | 123.671,94 | 111.998,16 | 126.022,09 | 258.489,52 | 135.971,09 | 135.971,09 | 135.971,09 | 135.971,09 | 135.971,09 | 135.971,09 |
| 1739.99.0.1.01.00.00.00 | Bolsas de sangue e hemocomponentes | 123.671,94 | 111.998,16 | 126.022,09 | 258.489,52 | 135.971,09 | 135.971,09 | 135.971,09 | 135.971,09 | 135.971,09 | 135.971,09 |
| 1741.00.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS | 100.000,00 | 198.000,00 | 812.780,27 | 344.987,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 |
| 1741.99.0.1.01.00.00.00 | Doações em benefício de idosos – PJ - principal | 100.000,00 | 198.000,00 | 617.780,27 | 324.987,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 |
| 1741.99.0.1.02.00.00.00 | Transf. corrente enfrentamento COVID-19 doação SLC Agrícola | 0,00 | 0,00 | 195.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1741.99.0.1.03.00.00.00 | DOAÇÕES EM BENEFÍCIO DE CRIANÇAS e Adoles. PJ – FMDCA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1750.00.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS | 45.518.351,76 | 50.563.256,32 | 54.993.709,60 | 82.287.252,23 | 63.371.597,76 | 63.371.597,76 | 71.244.983,66 | 73.026.108,25 | 74.851.760,96 | 76.723.054,98 |
| 1751.50.0.1.01.01.00.00 | Transf.recur.FUNDEB – FPM - principal (Fundeb 70%) | 6.777.068,56 | 7.348.111,17 | 7.127.514,81 | 11.871.010,29 | 9.359.231,27 | 9.359.231,27 | 11.921.103,05 | 12.219.130,63 | 12.524.608,89 | 12.837.724,11 |
| 1751.50.0.1.01.02.00.00 | Transf.recur.FUNDEB – FPM - principal (Fundeb 30%) | 4.518.075,70 | 4.898.740,78 | 4.751.676,27 | 5.087.575,70 | 4.011.099,11 | 4.011.099,11 | 5.109.044,17 | 5.236.770,27 | 5.367.689,53 | 5.501.881,77 |
| 1751.50.0.1.02.01.00.00 | Transf.recur.Fundeb – ICMS - principal (Fundeb 70%) | 18.519.161,98 | 20.734.881,34 | 23.648.601,14 | 42.203.467,66 | 32.040.738,52 | 32.040.738,52 | 34.900.900,64 | 35.773.423,16 | 36.667.758,73 | 37.584.452,70 |
| 1751.50.0.1.02.02.00.00 | Transf.recur.Fundeb – ICMS - principal (Fundeb 30%) | 12.346.107,98 | 13.823.254,23 | 15.765.733,73 | 18.087.200,22 | 13.731.745,08 | 13.731.745,08 | 14.957.528,85 | 15.331.467,07 | 15.714.753,75 | 16.107.622,99 |
| 1751.50.0.1.03.01.00.00 | Transf.recur.Fundeb – LC 87/96 - principal (Fundeb 70%) | 66.629,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1751.50.0.1.03.02.00.00 | Transf.recur.Fundeb – LC 87/96 - principal (Fundeb 30%) | 44.419,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1751.50.0.1.04.01.00.00 | Transf.recur.Fundeb -ITR- Incra - principal (Fundeb 70%) | 354.035,32 | 397.735,53 | 434.956,95 | 657.461,99 | 724.646,12 | 724.646,12 | 660.236,24 | 676.742,15 | 693.660,70 | 711.002,22 |
| 1751.50.0.1.04.02.00.00 | Transf.recur.Fundeb -ITR-Incra - principal (Fundeb 30%) | 236.023,55 | 265.157,02 | 289.971,11 | 281.769,31 | 310.562,62 | 310.562,62 | 282.958,39 | 290.032,35 | 297.283,16 | 304.715,24 |
| 1751.50.0.1.05.01.00.00 | Transf.recur.Fundeb -IPVA- principal (Fundeb 70%) | 1.326.025,96 | 1.547.013,77 | 1.435.661,71 | 2.121.968,74 | 1.655.607,29 | 1.655.607,29 | 1.787.593,74 | 1.832.283,58 | 1.878.090,67 | 1.925.041,44 |
| 1751.50.0.1.05.02.00.00 | Transf.recur.Fundeb -IPVA - principal (Fundeb 30%) | 884.017,31 | 1.031.342,51 | 957.106,19 | 909.414,19 | 709.545,98 | 709.545,98 | 766.111,60 | 785.264,39 | 804.896,00 | 825.018,40 |
| 1751.50.0.1.06.01.00.00 | Transf.recur.Fundeb -ITCMD - principal (Fundeb 70%) | 128.350,49 | 167.338,93 | 207.798,23 | 460.422,06 | 348.194,59 | 348.194,59 | 369.933,67 | 379.182,01 | 388.661,56 | 398.370,10 |
| 1751.50.0.1.06.02.00.00 | Transf.recur.Fundeb – ITCMD - principal (Fundeb 30%) | 85.566,99 | 111.559,28 | 138.531,87 | 197.323,51 | 149.226,25 | 149.226,25 | 148.543,00 | 152.256,58 | 156.062,99 | 159.961,56 |
| 1751.50.0.1.07.01.00.00 | Transf.recur.Fundeb – IPI exp. - principal (Fundeb 70%) | 139.720,94 | 142.873,06 | 141.694,70 | 286.747,10 | 231.700,65 | 231.700,65 | 238.721,22 | 244.689,25 | 250.806,48 | 257.076,64 |
| 1751.50.0.1.07.02.00.00 | Transf.recur.Fundeb – IPI exp. - principal (Fundeb 30%) | 93.147,30 | 95.248,70 | 94.462,89 | 122.891,46 | 99.300,28 | 99.300,28 | 102.309,09 | 104.866,82 | 107.488,49 | 110.175,70 |
| 1790.00.0.0.00.00.00.00 | DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – PF | 0,00 | 0,00 | 368.049,97 | 1.344.438,24 | 0,00 | 0,00 | 362.118,06 | 368.671,01 | 375.387,79 | 382.272,88 |
| 1791.99.0.1.01.00.00.00 | Doações em benefício de crianças e adolescentes - PF - PRINC | 0,00 | 0,00 | 368.034,97 | 524.401,08 | 0,00 | 0,00 | 262.118,06 | 268.671,01 | 275.387,79 | 282.272,88 |
| 1791.99.0.1.02.00.00.00 | OUTRAS TRANSF. PESSOA FÍSICA- AO FUNDO DA CULTURA | 0,00 | 0,00 | 15,00 | 200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1791.99.0.1.03.00.00.00 | Doações em benefício de idosos – PF - principal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 819.837,16 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 |
| 1900.00.0.0.00.00.00.00 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 4.628.172,57 | 4.568.469,88 | 3.649.598,38 | 5.207.788,22 | 4.408.346,63 | 4.408.346,63 | 4.138.874,87 | 4.278.350,23 | 4.428.191,75 | 4.534.866,40 |
| 1911.00.0.0.00.00.00.00 | MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS | 645.154,34 | 1.309.503,14 | 787.838,94 | 763.393,23 | 905.435,41 | 905.435,41 | 579.183,88 | 593.663,48 | 608.505,06 | 623.717,69 |
| 1911.01.0.0.00.00.00.00 | MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA – PRINCIPAL | 592.660,36 | 1.285.340,07 | 715.868,60 | 666.290,95 | 863.141,86 | 863.141,86 | 501.154,61 | 513.683,48 | 526.525,56 | 539.688,40 |
| 1911.01.0.1.00.00.00.00 | MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA – PRINCIPAL | 592.660,36 | 1.256.786,55 | 689.474,37 | 550.883,06 | 844.751,88 | 844.751,88 | 458.644,76 | 470.110,88 | 481.863,65 | 493.910,00 |



| | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 1911.01.0.1.01.00.00.00 | Multas previstas em leg. especif-principal (outras) | 0,00 | 0,00 | 422,07 | 916,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1911.01.0.1.02.00.00.00 | Multas previstas legis. especif. fundecon- principal | 0,00 | 0,00 | 44.694,00 | 80.334,90 | 6.150,00 | 6.150,00 | 6.500,00 | 6.662,50 | 6.829,06 | 6.999,79 |
| 1911.01.0.1.03.00.00.00 | Multas previstas em leg. especifica (trânsito) - principal | 345.577,44 | 841.431,75 | 618.098,54 | 449.196,24 | 564.693,83 | 564.693,83 | 451.091,74 | 462.369,03 | 473.928,26 | 485.776,47 |
| 1911.01.0.1.04.00.00.00 | multas previstas em legis. especifica(vig.sanitária)-princ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.001,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1911.01.0.1.06.00.00.00 | multas e penalidades administrativas – FMDCA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.352,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1911.01.0.1.07.00.00.00 | outras multas | 39.489,44 | 33.401,76 | 16.259,76 | 80,74 | 11.789,99 | 11.789,99 | 1.053,02 | 1.079,35 | 1.106,33 | 1.133,99 |
| 1911.01.0.1.08.00.00.00 | doações ao fundo munic. dos direitos da criança e do adolesc | 207.593,48 | 381.953,04 | 10.000,00 | 0,00 | 262.118,06 | 262.118,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1911.01.0.3.00.00.00.00 | MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - DÍVIDA ATIVA | 0,00 | 14.861,83 | 4.735,13 | 81.854,83 | 5.112,57 | 5.112,57 | 22.272,62 | 22.829,44 | 23.400,17 | 23.985,18 |
| 1911.01.0.3.01.00.00.00 | Multas previstas em leg.especif.- dívida ativa (outras) | 0,00 | 12.756,53 | 3.379,97 | 81.470,57 | 2.466,20 | 2.466,20 | 19.626,25 | 20.116,91 | 20.619,83 | 21.135,32 |
| 1911.01.0.3.02.00.00.00 | Multas previstas em leg. especif. fundecon - dívida ativa | 0,00 | 2.105,30 | 1.355,16 | 0,00 | 2.646,37 | 2.646,37 | 2.646,37 | 2.712,53 | 2.780,34 | 2.849,85 |
| 1911.01.0.3.04.00.00.00 | multas previstas em legis. especifica(vig.sanitária)- dívida ativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 384,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1911.01.0.5.00.00.00.00 | MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - MULTAS | 0,00 | 13.573,90 | 10.500,39 | 19.101,07 | 6.745,01 | 6.745,01 | 15.325,29 | 15.708,42 | 16.101,13 | 16.503,66 |
| 1911.01.0.5.01.00.00.00 | multas previstas em legislação específica - multas (outros) | 0,00 | 13.573,90 | 0,39 | 24,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1911.01.0.5.02.00.00.00 | multas previstas em leg. especifica fundecon- multas | 0,00 | 0,00 | 10.500,00 | 19.076,11 | 6.745,01 | 6.745,01 | 15.325,29 | 15.708,42 | 16.101,13 | 16.503,66 |
| 1911.01.0.6.00.00.00.00 | MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - JUROS DE MORA | 0,00 | 0,00 | 7,92 | 343,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1911.01.0.6.01.00.00.00 | juros previstas em legislação específica - juros(outros) | 0,00 | 0,00 | 0,77 | 38,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1911.01.0.6.02.00.00.00 | juros previstas em leg. especifica fundecon - juros | 0,00 | 0,00 | 7,15 | 305,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1911.01.0.7.00.00.00.00 | MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA | 0,00 | 77,43 | 11.010,16 | 9.689,98 | 6.368,68 | 6.368,68 | 617,41 | 632,85 | 648,67 | 664,88 |
| 1911.01.0.7.01.00.00.00 | multas previstas em leg. especif.- div.ativa multas(outras) | 0,00 | 77,43 | 3.510,16 | 553,44 | 6.368,68 | 6.368,68 | 617,41 | 632,85 | 648,67 | 664,88 |
| 1911.01.0.7.02.00.00.00 | multas previstas leg. espec.- div.ativa. fundecon - multas | 0,00 | 0,00 | 7.500,00 | 9.135,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1911.01.0.7.04.00.00.00 | multas previstas em legis. espec. div. Ativa (vig.sanitária)- multas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1911.01.0.8.00.00.00.00 | MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - JUROS DA DÍVIDA ATIVA | 0,00 | 40,36 | 140,63 | 4.418,41 | 163,72 | 163,72 | 4.294,53 | 4.401,89 | 4.511,94 | 4.624,74 |
| 1911.01.0.8.01.00.00.00 | multas previstas em leg. especif.- div.ativa juros(outros) | 0,00 | 40,36 | 98,49 | 4.276,48 | 163,72 | 163,72 | 4.294,53 | 4.401,89 | 4.511,94 | 4.624,74 |
| 1911.01.0.8.02.00.00.00 | multas previstas em leg.espec.- div.ativa. fundecon- juros | 0,00 | 0,00 | 42,14 | 135,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1911.01.0.8.04.00.00.00 | multas previstas em legis. espec. div. ativa(vig.sanitária)- multas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1911.04.0.0.00.00.00.00 | MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21.920,24 | 0,00 | 0,00 | 17.891,40 | 18.338,69 | 18.797,15 | 19.267,08 |
| 1911.04.0.1.00.00.00.00 | MULTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITO DIFUSO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21.920,24 | 0,00 | 0,00 | 17.891,40 | 18.338,69 | 18.797,15 | 19.267,08 |
| 1911.06.1.0.00.00.00.00 | MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS | 52.493,98 | 24.163,07 | 21.970,34 | 15.421,16 | 5.393,55 | 5.393,55 | 15.560,98 | 15.950,00 | 16.348,75 | 16.757,47 |
| 1911.06.1.1.01.00.00.00 | multas administrativas por danos ambientais - principal | 0,00 | 24.051,48 | 21.799,12 | 15.294,85 | 5.105,64 | 5.105,64 | 15.359,39 | 15.743,37 | 16.136,96 | 16.540,38 |
| 1911.06.1.1.02.00.00.00 | multas do bosque | 2.895,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1911.06.1.1.03.00.00.00 | multas ambientais | 49.598,11 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1911.06.1.5.01.00.00.00 | multas administrativas por danos ambientais - multas | 0,00 | 42,23 | 57,69 | 6,17 | 53,11 | 53,11 | 61,00 | 62,53 | 64,09 | 65,69 |
| 1911.06.1.6.01.00.00.00 | multas administrativas por danos ambientais - juros | 0,00 | 69,36 | 113,53 | 120,14 | 234,80 | 234,80 | 140,59 | 144,10 | 147,71 | 151,40 |
| 1911.06.2.0.00.00.00.00 | MULTAS JUDICIAIS POR DANOS AMBIENTAIS | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 54.660,00 | 36.900,00 | 36.900,00 | 44.576,89 | 45.691,31 | 46.833,60 | 48.004,93 |
| 1911.06.2.1.01.00.00.00 | multas judiciais por danos ambientais - principal | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 54.660,00 | 36.900,00 | 36.900,00 | 44.576,89 | 45.691,31 | 46.833,60 | 48.004,93 |
| 1911.09.0.1.01.00.00.00 | MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS – PRINCIPAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.100,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1911.09.0.1.01.01.00.00 | multas e juros previstos em contratos – principal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.100,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1920.00.0.0.00.00.00.00 | INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS | 663.139,67 | 432.488,89 | 313.921,07 | 428.938,85 | 399.587,39 | 399.587,39 | 400.004,20 | 409.979,30 | 419.056,62 | 382.473,96 |
| 1921.00.0.0.00.00.00.00 | INDENIZAÇÕES | 28.555,25 | 0,00 | 3.217,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1921.99.0.1.01.00.00.00 | indenização por dano moral coletivo ao consumidor | 28.555,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1921.99.0.1.02.00.00.00 | outras indenizações - principal | 0,00 | 0,00 | 3.217,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1922.00.0.0.00.00.00.00 | RESTITUIÇÕES | 420.345,60 | 140.819,98 | 31.349,55 | 45.152,49 | 33.466,82 | 33.466,82 | 54.913,31 | 56.261,14 | 57.642,68 | 59.056,74 |
| 1922.01.1.0.00.00.00.00 | RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS | 25.828,08 | 92.747,38 | 9.876,77 | 18.558,47 | 32.466,82 | 32.466,82 | 29.448,44 | 30.184,65 | 30.939,27 | 31.712,75 |
| 1922.01.1.1.01.00.00.00 | demais rest. - f. m dos direitos da criança e do adolescente | 0,00 | 35.801,10 | 0,00 | 54,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1922.01.1.1.02.00.00.00 | DEMAIS RESTITUIÇÕES - DO FMAS | 25.828,08 | 56.946,28 | 9.876,77 | 18.503,88 | 32.466,82 | 32.466,82 | 29.448,44 | 30.184,65 | 30.939,27 | 31.712,75 |
| 1922.03.0.0.00.00.00.00 | RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS | 0,00 | 2.191,69 | 0,00 | 3.677,05 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1922.03.0.1.01.00.00.00 | demais restit proc. admin. compen. Previdenciária nº 075/201 | 0,00 | 2.191,69 | 0,00 | 3.677,05 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1922.50.0.0.00.00.00.00 | RESTITUIÇÕES DE RECURSOS RECEBIDOS DO SUS | 163.650,49 | 23.237,46 | 0,00 | 15.486,81 | 0,00 | 0,00 | 24.464,87 | 25.076,49 | 25.703,41 | 26.345,99 |
| 1922.50.0.1.01.00.00.00 | demais restituições - f m s - recursos vinculados teto | 4.380,00 | 1.620,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1922.50.0.1.02.00.00.00 | DEMAIS RESTITUIÇÕES - DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 159.270,49 | 21.617,46 | 0,00 | 15.486,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1922.50.0.1.03.00.00.00 | restituições Rec. SUS FMS-MAC PRINCIPAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.912,71 | 9.135,53 | 9.363,92 | 9.594,44 |
| 1922.50.0.1.04.00.00.00 | DEMAIS RESTITUIÇÕES - DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.552,16 | 15.940,96 | 16.339,49 | 16.741,55 |

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tangradaseria.1doc.com.br/verificacao/0B45-3C5C-E9AE-915C> e informe o código 0B45-3C5C-E9AE-915C



| | | | | | | | | | | | |
|-------------------------|---|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 1922.51.0.0.00.00.00.00 | RESTITUIÇÕES DE RECURSOS DO FUNDEB | 230.867,03 | 22.643,45 | 21.472,78 | 7.430,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1922.51.0.1.01.00.00.00 | restituição pelo pagamento indevido fundeb 60% - principal | 138.520,22 | 3.575,66 | 0,00 | 6.153,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1922.51.0.1.02.00.00.00 | restituição pelo pagamento indevido fundeb 40% - principal | 92.346,81 | 19.067,79 | 21.472,78 | 1.276,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1922.99.0.0.00.00.00.00 | OUTRAS RESTITUIÇÕES | 160.267,80 | 287.404,74 | 279.353,57 | 383.786,36 | 366.120,57 | 366.120,57 | 345.090,89 | 353.718,16 | 361.413,94 | 323.415,22 |
| 1922.99.0.1.00.00.00.00 | OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL | 160.267,80 | 191.051,22 | 0,00 | 11.207,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1922.99.0.1.01.00.00.00 | restituição pelo pagamento indevido - rec. ordin.- principal | 0,00 | 24.371,60 | 212,16 | 912,69 | 753,83 | 753,83 | 632,71 | 648,53 | 664,74 | 681,36 |
| 1922.99.0.1.04.00.00.00 | restituição pelo pagamento indevido fms- principal | 0,00 | 1.684,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1922.99.0.1.05.00.00.00 | demais restituições - principal (casa) | 0,00 | 0,00 | 29.075,38 | 7.016,46 | 29.397,10 | 29.397,10 | 12.481,42 | 12.793,46 | 13.113,29 | 13.441,12 |
| 1922.99.0.1.06.00.00.00 | demais restituições - principal (outras) | 0,00 | 0,00 | 179.761,34 | 190.105,19 | 218.398,11 | 218.398,11 | 185.713,64 | 190.356,48 | 195.115,39 | 199.993,28 |
| 1922.99.0.1.07.00.00.00 | DEMAIS RESTITUIÇÕES -DO SAMAE | 0,00 | 9.618,83 | 2.837,60 | 3.512,08 | 3.346,74 | 3.346,74 | 2.849,57 | 2.920,81 | 2.993,83 | 3.068,68 |
| 1922.99.0.2.01.00.00.00 | OUTRAS RESTITUIÇÕES - MULTAS E JUROS DE MORA | 0,00 | 19.452,92 | 29.701,42 | 11.774,02 | 43.675,81 | 43.675,81 | 44.767,71 | 45.886,90 | 45.886,90 | 0,00 |
| 1922.99.0.2.01.01.00.00 | DEMAIS RESTITUIÇÕES - MULTAS E JUROS (CASA) | 0,00 | 19.449,89 | 29.574,71 | 11.727,82 | 43.675,81 | 43.675,81 | 44.767,71 | 45.886,90 | 45.886,90 | 0,00 |
| 1922.99.0.2.01.02.00.00 | DEMAIS RESTITUIÇÕES - MULTAS E JUROS(OUTRAS) | 0,00 | 3,03 | 126,71 | 46,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1922.99.0.3.00.00.00.00 | OUTRAS RESTITUIÇÕES - DÍVIDA ATIVA | 0,00 | 38.957,98 | 25.093,99 | 148.046,52 | 55.109,10 | 55.109,10 | 86.656,51 | 88.822,92 | 91.043,50 | 93.319,58 |
| 1922.99.0.3.01.00.00.00 | Restituições Determinadas pelo TCE – Dívida Ativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 486,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1922.99.0.3.02.00.00.00 | RESTITUIÇÃO DE AUXÍLIOS - DÍVIDA ATIVA (CASA) | 0,00 | 36.505,76 | 12.476,75 | 143.755,35 | 37.894,21 | 37.894,21 | 78.445,68 | 80.406,82 | 82.416,99 | 84.477,42 |
| 1922.99.0.3.03.00.00.00 | RESTITUIÇÃO DE AUXÍLIOS - DÍVIDA ATIVA(OUTRAS) | 0,00 | 2.452,22 | 12.617,24 | 3.804,41 | 17.214,89 | 17.214,89 | 8.210,83 | 8.416,10 | 8.626,50 | 8.842,17 |
| 1922.99.0.4.01.00.00.00 | OUTRAS RESTITUIÇÕES - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA | 0,00 | 2.267,22 | 12.671,68 | 11.206,22 | 15.439,88 | 15.439,88 | 11.989,33 | 12.289,06 | 12.596,29 | 12.911,20 |
| 1922.99.0.4.01.01.00.00 | RESTITUIÇÃO DE AUXÍLIOS-DÍVIDA ATIVA-MULTAS E JUROS (CASA) | 0,00 | 2.266,81 | 6.127,99 | 9.147,19 | 5.692,57 | 5.692,57 | 7.669,82 | 7.861,57 | 8.058,10 | 8.259,56 |
| 1922.99.0.4.01.02.00.00 | RESTITUIÇÃO DE AUXÍLIOS- DÍVIDA ATIVA-MULTAS E JUROS(OUTRAS) | 0,00 | 0,41 | 6.543,69 | 2.059,03 | 9.747,31 | 9.747,31 | 4.319,51 | 4.427,50 | 4.538,19 | 4.651,64 |
| 1922.99.0.5.00.00.00.00 | RESTITUIÇÕES DETERMINADAS PELO TCE – MULTAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1922.99.0.5.01.00.00.00 | restituições determinadas pelo tce – multas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1922.99.0.6.00.00.00.00 | RESTITUIÇÕES DETERMINADAS PELO TCE - JUROS DE MORA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1922.99.0.6.01.00.00.00 | restituições determinadas pelo tce - juros de mora | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1922.99.0.7.00.00.00.00 | RESTITUIÇÕES DETERMINADAS PELO TCE - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1922.99.0.7.01.00.00.00 | restituições determinadas pelo tce - multas da dívida ativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1922.99.0.8.00.00.00.00 | RESTITUIÇÕES DETERMINADAS PELO TCE - JUROS DA DÍVIDA ATIVA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1922.99.0.8.01.00.00.00 | restituições determinadas pelo tce - juros da dívida ativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1923.02.0.0.00.00.00.00 | RESSARCIMENTO DE CUSTOS | 53.971,02 | 4.264,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1923.02.0.1.01.00.00.00 | demais restituições - posto de correio comunitário | 53.971,02 | 4.264,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1990.00.0.0.00.00.00.00 | DEMAIS RECEITAS CORRENTES | 3.319.878,56 | 2.826.477,85 | 2.547.838,37 | 4.015.456,14 | 3.103.323,83 | 3.103.323,83 | 3.159.686,79 | 3.274.707,45 | 3.400.630,07 | 3.528.674,75 |
| 1999.03.0.0.00.00.00.00 | COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES P | 1.681.826,15 | 1.541.141,73 | 1.366.013,43 | 1.475.685,18 | 1.486.800,00 | 1.486.800,00 | 1.561.140,00 | 1.636.197,00 | 1.721.156,85 | 1.807.214,89 |
| 1999.03.0.1.01.00.00.00 | Comp financeiras entre o RGPS E RPPS - PRINCIPAL | 1.681.826,15 | 1.541.141,73 | 1.366.013,43 | 1.475.685,18 | 1.486.800,00 | 1.486.800,00 | 1.561.140,00 | 1.636.197,00 | 1.721.156,85 | 1.807.214,89 |
| 1999.12.2.0.00.00.00.00 | ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA | 506.766,42 | 271.548,18 | 331.900,66 | 1.622.267,24 | 633.331,87 | 633.331,87 | 745.036,03 | 763.661,93 | 782.753,48 | 802.322,32 |
| 1999.12.2.1.00.00.00.00 | ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA - PRINCIPAL | 506.766,42 | 271.548,18 | 331.900,66 | 1.622.267,24 | 633.331,87 | 633.331,87 | 745.036,03 | 763.661,93 | 782.753,48 | 802.322,32 |
| 1999.99.0.0.00.00.00.00 | OUTRAS RECEITAS | 1.131.285,99 | 1.013.787,94 | 849.924,28 | 917.503,72 | 983.191,96 | 983.191,96 | 853.510,76 | 874.848,52 | 896.719,74 | 919.137,74 |
| 1999.99.2.1.00.00.00.00 | OUTRAS RECEITAS – PRIMÁRIAS | 1.131.285,99 | 1.013.787,94 | 849.924,28 | 916.704,76 | 983.191,96 | 983.191,96 | 853.510,76 | 874.848,52 | 896.719,74 | 919.137,74 |
| 1999.99.2.1.01.00.00.00 | receitas eventuais | 0,00 | 1.079,79 | 0,00 | 458,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1999.99.2.1.03.00.00.00 | diversas receitas do samae | 626.134,94 | 607.749,84 | 426.547,48 | 347.507,38 | 445.365,12 | 445.365,12 | 428.347,41 | 439.056,09 | 450.032,50 | 461.283,11 |
| 1999.99.2.1.04.00.00.00 | sobre receitas diversas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1999.99.2.1.05.00.00.00 | multas e juros - samae | 479.078,81 | 404.958,31 | 423.376,80 | 563.678,98 | 537.826,84 | 537.826,84 | 425.163,35 | 435.792,43 | 446.687,24 | 457.854,33 |
| 1999.99.2.1.06.00.00.00 | Multas e Juros de Outros Tributos | 26.072,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1999.99.2.1.07.00.00.00 | MULTAS DE SENTENÇAS judiciais – FMDCA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.060,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1999.99.3.1.00.00.00.00 | OUTRAS RECEITAS - FINANCEIRAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 798,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1999.99.3.1.01.00.00.00 | OUTRAS RECEITAS FINANCEIRAS- C. monetária de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 798,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2000.00.0.0.00.00.00.00 | RECEITAS DE CAPITAL | 6.472.164,40 | 9.895.896,25 | 4.971.128,16 | 3.794.726,33 | 63.071.453,92 | 63.071.453,92 | 73.229.610,46 | 13.425.000,00 | 13.758.125,00 | 14.099.578,33 |
| 2100.00.0.0.00.00.00.00 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 1.555,34 | 4.649,87 | 5.332.552,76 | 5.332.552,76 | 15.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2112.52.0.1.00.00.00.00 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO | 0,00 | 0,00 | 1.555,34 | 4.649,87 | 5.332.552,76 | 5.332.552,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2112.52.0.1.01.00.00.00 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO - | 0,00 | 0,00 | 1.555,34 | 4.649,87 | 5.332.552,76 | 5.332.552,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2112.53.0.1.00.00.00.00 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |



| | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 2112.53.0.1.01.00.00.00 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2200.00.0.0.00.00.00.00 | ALIENAÇÃO DE BENS | 0,00 | 788.452,91 | 61.030,62 | 639.565,78 | 6.000.000,00 | 6.000.000,00 | 6.000.000,00 | 6.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2213.01.0.1.01.00.00.00 | ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL - EXC RPPS | 0,00 | 788.452,91 | 61.030,62 | 326.215,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2213.01.0.1.01.01.00.00 | ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL - EXC RPPS | 0,00 | 217.927,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2213.01.0.1.01.02.00.00 | ALIEN. BENS MÓVEIS E SEMOV-PRINCIPAL-EXCETO RPPS (ED. BÁSICA | 0,00 | 137.538,00 | 0,00 | 326.215,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2213.01.0.1.01.03.00.00 | ALIEN. BENS MÓVEIS E SEMOV.- PRINCIPAL-EXC RPPS (PROGR SAÚDE | 0,00 | 356.337,14 | 61.030,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2213.01.0.1.04.00.00.00 | Alienação de Bens Móveis - SAMAE | 0,00 | 76.650,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2221.01.0.1.00.00.00.00 | ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PRINCIPAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 313.350,01 | 6.000.000,00 | 6.000.000,00 | 6.000.000,00 | 6.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2221.01.0.1.01.00.00.00 | ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PRINCIPAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 274.724,54 | 6.000.000,00 | 6.000.000,00 | 6.000.000,00 | 6.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2221.01.0.1.02.00.00.00 | ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EDUCAÇÃO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 38.625,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2400.00.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 6.472.164,40 | 9.107.443,34 | 4.908.542,20 | 3.150.510,68 | 51.738.901,16 | 51.738.901,16 | 52.229.610,46 | 13.425.000,00 | 13.758.125,00 | 14.099.578,13 | 14.099.578,13 |
| 2410.00.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES | 4.286.731,57 | 7.828.966,50 | 4.026.667,60 | 2.214.979,03 | 41.238.901,16 | 41.238.901,16 | 25.012.359,58 | 13.325.000,00 | 13.658.125,00 | 13.999.578,13 | 13.999.578,13 |
| 2411.51.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS | 1.750.387,14 | 120.000,00 | 297.636,20 | 964.979,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2411.51.1.1.01.00.00.00 | transf. de rec do sus - atenção básica - principal | 1.750.387,14 | 0,00 | 64.750,00 | 225.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2411.51.2.1.00.00.00.00 | transf. de recursos do bloco media e alta compl. | 0,00 | 120.000,00 | 232.886,20 | 739.979,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2412.50.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO | 421.831,40 | 530.958,80 | 0,00 | 0,00 | 6.900.000,00 | 6.900.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2412.50.2.1.01.00.00.00 | transf de convê da união destina a progr educação - principa | 421.831,40 | 530.958,80 | 0,00 | 0,00 | 6.900.000,00 | 6.900.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2413.50.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2413.50.0.1.00.00.00.00 | transf. de rec. do fundo nacional de assistência social | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2414.52.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE S | 1.324.388,03 | 1.010.400,49 | 376.952,34 | 0,00 | 23.335.605,31 | 23.335.605,31 | 19.789.209,00 | 13.325.000,00 | 13.658.125,00 | 13.999.578,13 | 13.999.578,13 |
| 2414.52.0.1.01.00.00.00 | convênio tc 0350853-18/2011 - ampl. do sist. de esgotamento | 1.324.388,03 | 1.010.400,49 | 376.952,34 | 0,00 | 16.562.089,63 | 16.562.089,63 | 13.000.000,00 | 13.325.000,00 | 13.658.125,00 | 13.999.578,13 | 13.999.578,13 |
| 2414.52.0.1.02.00.00.00 | convênio – ampliação da estação de tratamento de água | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.773.515,68 | 6.773.515,68 | 6.789.209,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2414.99.0.1.00.00.00.00 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES | 790.125,00 | 6.067.607,21 | 3.352.079,06 | 1.250.000,00 | 11.003.295,85 | 11.003.295,85 | 5.223.150,58 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2414.99.0.1.01.00.00.00 | convênios diversos entre união e município | 790.125,00 | 6.067.607,21 | 3.352.079,06 | 250.000,00 | 1.091.704,88 | 1.091.704,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2414.99.0.1.02.00.00.00 | outras transferências de convênios da união - meio ambiente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.652.152,05 | 2.652.152,05 | 2.417.139,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2414.99.0.1.03.00.00.00 | outras transferências de convênios da união - infraestrutura | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.259.438,92 | 7.259.438,92 | 2.530.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2414.99.0.1.04.00.00.00 | outras transf. especiais união-emenda parlamentar individual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | 276.011,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2414.99.0.1.05.00.00.00 | outras transf. especiais união – emenda parlamentar bancada | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 750.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2420.00.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADE | 2.185.432,83 | 1.278.476,84 | 881.874,60 | 935.531,65 | 10.500.000,00 | 10.500.000,00 | 27.217.250,88 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 |
| 2421.50.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS | 80.000,00 | 0,00 | 44.472,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2421.50.0.1.01.00.00.00 | transferências de recursos do sistema único de saúde - sus - | 80.000,00 | 0,00 | 44.472,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2422.50.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SA | 0,00 | 0,00 | 287.402,00 | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2422.50.0.1.01.01.00.00 | transf. do estado para invest. do sus- mac - principal | 0,00 | 0,00 | 287.402,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2422.50.0.1.01.02.00.00 | transf sus estado - invest vigilância sanitária (emenda ind) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2422.51.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO - PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO | 0,00 | 167.375,63 | 0,00 | 0,00 | 5.000.000,00 | 5.000.000,00 | 6.747.797,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2422.51.0.1.01.01.00.00 | transf. de convênios dos estados destinadas a Educação | 0,00 | 167.375,63 | 0,00 | 0,00 | 5.000.000,00 | 5.000.000,00 | 6.747.797,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2422.54.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO - INFRAESTRUTURA EM TRANSPORTE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 143.345,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2422.54.0.1.01.00.00.00 | convênio entre estado e município- aeroporto | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 143.345,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2422.99.0.0.00.00.00.00 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTI | 851.432,83 | 811.101,21 | 0,00 | 0,00 | 5.000.000,00 | 5.000.000,00 | 20.226.107,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2422.99.0.1.01.01.00.00 | convênios diversos entre estado e município | 851.432,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000.000,00 | 5.000.000,00 | 381.870,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2422.99.0.1.01.02.00.00 | outras transferências estado-principal (SINFRA) | 0,00 | 811.101,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19.844.237,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2422.99.0.1.01.03.00.00 | outras transf. Do estado - emenda parlamentar individual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2441.50.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS DESTINADOS A | 0,00 | 0,00 | 550.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2441.50.0.1.01.01.00.00 | transf. capital enfrentamento COVID-19 PJ (045854053) | 0,00 | 0,00 | 550.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2441.51.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS DESTI | 1.254.000,00 | 300.000,00 | 0,00 | 735.531,65 | 500.000,00 | 500.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 |
| 2441.51.0.1.01.01.00.00 | outras transferências de instituições privadas - principal | 1.254.000,00 | 300.000,00 | 0,00 | 735.531,65 | 500.000,00 | 500.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 100.000,00 |
| 7000.00.0.0.00.00.00.00 | RECEITAS CORRENTES (INTRA) | 12.796.762,24 | 15.037.172,65 | 16.747.871,46 | 14.194.609,07 | 17.763.074,11 | 17.763.074,11 | 20.926.131,07 | 21.952.383,01 | 23.029.289,83 | 24.159.525,10 | 24.159.525,10 |
| 7200.00.0.0.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÕES (INTRA) | 12.796.762,24 | 15.037.172,65 | 16.747.871,46 | 14.194.609,07 | 16.967.046,75 | 16.967.046,75 | 20.118.009,07 | 21.123.909,50 | 22.180.104,98 | 23.289.110,23 | 23.289.110,23 |
| 7215.01.1.0.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO (INTRA) | 12.796.762,24 | 15.037.172,65 | 16.747.871,46 | 14.194.609,07 | 16.967.046,75 | 16.967.046,75 | 20.118.009,07 | 21.123.909,50 | 22.180.104,98 | 23.289.110,23 | 23.289.110,23 |
| 7215.01.1.1.01.01.00.00 | executivo | 8.005.147,33 | 9.522.057,11 | 10.709.576,10 | 7.742.600,30 | 7.928.843,21 | 7.928.843,21 | 10.345.084,83 | 10.862.339,07 | 11.405.456,02 | 11.975.728,82 | 11.975.728,82 |
| 7215.01.1.1.01.02.00.00 | legislativo | 279.512,58 | 321.592,83 | 382.435,19 | 230.499,92 | 275.302,77 | 275.302,77 | 241.547,26 | 253.624,62 | 266.305,85 | 279.621,75 | 279.621,75 |
| 7215.01.1.1.01.03.00.00 | samae | 261.099,14 | 349.565,99 | 461.614,62 | 286.788,70 | 342.981,85 | 342.981,85 | 490.084,09 | 514.588,29 | 540.317,71 | 567.333,69 | 567.333,69 |
| 7215.01.1.1.01.04.00.00 | serraprev | 6.571,90 | 13.078,39 | 0,00 | 0,00 | 14.103,94 | 14.103,94 | 33.776,96 | 35.465,80 | 37.239,09 | 39.101,05 | 39.101,05 |
| 7215.01.1.1.01.05.00.00 | ccps patronal - facultativa | 0,00 | 0,00 | 3.944,98 | 3.364,76 | 10.107,35 | 10.107,35 | 10.612,72 | 11.143,35 | 11.700,52 | 12.285,00 | 12.285,00 |

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tangradaseira.1doc.com.br/verificacao/0B45-3C5C-E9AE-915C> e informe o código 0B45-3C5C-E9AE-915C



| | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 7215.01.1.1.01.06.00.00 | custo especial - facultativa | 0,00 | 2.243,91 | 466,94 | 2.054,80 | 6.692,05 | 6.692,05 | 7.026,65 | 7.377,99 | 7.746,88 | 8.134,23 |
| 7215.01.1.1.01.07.00.00 | Contribuição Servidor- Salário Família - Executivo | 777,39 | 9.853,53 | 8.211,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 7215.01.1.1.01.09.00.00 | cont. prev. amortiz. def. atuarial - executivo | 3.969.535,26 | 4.494.795,01 | 3.193.656,10 | 4.057.835,94 | 5.116.262,14 | 5.116.262,14 | 6.217.009,17 | 6.527.859,62 | 6.854.252,60 | 7.196.965,24 |
| 7215.01.1.1.01.10.00.00 | cont. prev. amortiz. def. atuarial - legislativo | 140.329,42 | 151.504,70 | 105.146,34 | 175.649,97 | 200.132,28 | 200.132,28 | 184.321,81 | 193.537,90 | 203.214,79 | 213.375,53 |
| 7215.01.1.1.01.11.00.00 | cont. prev. amortiz. def. atuarial - samae | 130.230,69 | 166.645,46 | 157.520,35 | 181.658,31 | 218.150,86 | 218.150,86 | 319.075,68 | 335.029,46 | 351.780,94 | 369.369,98 |
| 7215.01.1.1.01.12.00.00 | cont. prev. amortiz. def. atuarial - serraprev | 3.558,53 | 5.835,72 | 5.456,58 | 10.703,92 | 11.070,30 | 11.070,30 | 20.356,36 | 21.374,18 | 22.442,89 | 23.565,03 |
| 7215.01.1.1.01.13.00.00 | Contribuição Patronal – Taxa Administrativa – Executivo | 0,00 | 0,00 | 1.700.000,00 | 1.490.000,00 | 2.843.400,00 | 2.843.400,00 | 2.125.226,43 | 2.231.487,75 | 2.343.062,14 | 2.460.215,24 |
| 7215.01.1.1.01.14.00.00 | Contribuição Patronal – Taxa Administrativa – Legislativo | 0,00 | 0,00 | 19.843,01 | 13.452,45 | | 0,00 | 64.392,80 | 67.612,44 | 70.993,07 | 74.542,72 |
| 7215.01.1.1.01.15.00.00 | Contribuição Patronal – Taxa Administrativa – Samae | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 59.494,31 | 62.469,03 | 65.592,48 | 68.872,10 |
| 7600.00.0.0.00.00.00.00 | RECEITA DE SERVIÇOS (INTRA) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 796.027,36 | 796.027,36 | 808.122,00 | 828.473,51 | 849.184,85 | 870.414,87 |
| 7611.01.0.0.00.00.00.00 | SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS (INTRA) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 796.027,36 | 796.027,36 | 808.122,00 | 828.473,51 | 849.184,85 | 870.414,87 |
| 7611.01.0.1.01.01.00.00 | SERVIÇOS AMBIENTAIS - EXECUTIVO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.887,60 | 11.887,60 | 12.000,00 | 12.300,00 | 12.607,05 | 12.922,69 |
| 7611.01.0.1.01.02.00.00 | SERVIÇOS AMBIENTAIS - LEGISLATIVO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10,52 | 10,52 | 15,00 | 15,38 | 15,76 | 16,15 |
| 7611.01.0.1.01.03.00.00 | SERVIÇOS AMBIENTAIS - SERRAPREV | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21,04 | 21,04 | 25,00 | 25,63 | 26,27 | 26,92 |
| 7611.01.0.1.02.01.00.00 | CONSUMO DE ÁGUA - EXECUTIVO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 114.983,60 | 114.983,60 | 115.000,00 | 117.875,00 | 120.821,88 | 123.842,42 |
| 7611.01.0.1.02.02.00.00 | CONSUMO DE ÁGUA – LEGISLATIVO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 755,00 | 773,88 | 793,22 | 813,05 |
| 7611.01.0.1.02.03.00.00 | CONSUMO DE ÁGUA - SERRAPREV | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 727,98 | 727,98 | 750,00 | 768,75 | 787,97 | 807,67 |
| 7611.01.0.1.03.01.00.00 | SERVIÇOS DE ESGOTO SANITÁRIO - EXECUTIVO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 475.504,00 | 475.504,00 | 480.000,00 | 492.000,00 | 504.300,00 | 516.907,50 |
| 7611.01.0.1.03.02.00.00 | SERVIÇOS DE ESGOTO SANITÁRIO - LEGISLATIVO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 423,96 | 423,96 | 430,00 | 440,75 | 451,77 | 463,06 |
| 7611.01.0.1.03.03.00.00 | SERVIÇOS DE ESGOTO SANITÁRIO - SERRAPREV | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 436,58 | 436,58 | 450,00 | 461,25 | 472,78 | 484,60 |
| 7611.01.0.1.04.01.00.00 | SERVIÇOS DE COLETA, TRANSP. E DEST. RESÍDUOS - EXECUTIVO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 190.201,60 | 190.201,60 | 191.000,00 | 195.775,00 | 200.669,38 | 205.686,11 |
| 7611.01.0.1.04.02.00.00 | SERVIÇOS DE COLETA, TRANSP. E DEST. RESÍDUOS - LEGISLATIVO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.447,55 | 1.447,55 | 1.500,00 | 1.537,50 | 1.575,94 | 1.615,34 |
| 7611.01.0.1.04.03.00.00 | SERVIÇOS DE COLETA, TRANSP. E DEST. RESÍDUOS - SERRAPREV | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 382,93 | 382,93 | 400,00 | 410,00 | 420,25 | 430,76 |
| 7611.01.0.2.02.01.00.00 | MULTAS E JUROS – EXECUTIVO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.795,00 | 6.088,37 | 6.240,58 | 6.396,60 |
| 7611.01.0.2.02.02.00.00 | MULTAS E JUROS – LEGISLATIVO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| 7611.01.0.2.02.03.00.00 | MULTAS E JUROS – SERRAPREV | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| 8000.00.0.0.00.00.00.00 | RECEITAS DE CAPITAL (INTRA) | 2.149.977,12 | 2.299.645,45 | 2.181.270,12 | 2.486.134,16 | 2.525.371,20 | 2.525.371,20 | 2.610.281,83 | 2.699.437,98 | 2.793.051,95 | 2.891.346,61 |
| 8999.99.0.0.00.00.00.00 | OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL (INTRA) | 2.149.977,12 | 2.299.645,45 | 2.181.270,12 | 2.486.134,16 | 2.525.371,20 | 2.525.371,20 | 2.610.281,83 | 2.699.437,98 | 2.793.051,95 | 2.891.346,61 |
| 8999.99.0.1.01.01.00.00 | amortização de dívida previdenciária a receber - pm | 1.103.931,12 | 827.158,68 | 0,00 | 0,00 | 827.158,68 | 827.158,68 | 827.158,68 | 827.158,68 | 827.158,68 | 827.158,68 |
| 8999.99.0.1.01.02.00.00 | atualização/ajustes monetários em dívida confessada - pm | 827.158,68 | 1.290.080,67 | 1.354.111,44 | 1.658.975,48 | 1.698.212,52 | 1.698.212,52 | 1.783.123,15 | 1.872.279,30 | 1.965.893,27 | 2.064.187,93 |
| 8999.99.0.1.01.03.00.00 | Parcelamento Dif. Alíquota 12/2011 - Lei 4324/2014 | 181.756,32 | 151.463,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 8999.99.0.1.01.04.00.00 | Parcelamento FAPEN Dif.Valor Parc. Termo 217/2011 | 37.131,00 | 30.942,50 | 827.158,68 | 827.158,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 9000.00.0.0.00.00.00.00 | (R) DEDUÇÕES DA RECEITA | -19.060.335,79 | -21.535.052,73 | -22.519.039,34 | -30.617.774,58 | -28.192.539,88 | -28.192.539,88 | -28.082.641,22 | -28.784.707,22 | -29.504.324,90 | -30.241.931,03 |
| 9100.00.0.0.00.00.00.00 | (R) RENÚNCIA | -232.311,05 | -314.274,07 | -319.913,60 | -413.376,69 | -2.182.361,98 | -2.182.361,98 | -1.971.991,18 | -2.021.290,95 | -2.071.823,22 | -2.123.616,80 |
| 9190.00.0.0.00.10.00.00 | DEDUÇÃO DO IPTU | -232.311,05 | -314.274,07 | -265.529,19 | -333.403,17 | -1.850.000,00 | -1.850.000,00 | -1.650.602,61 | -1.691.867,67 | -1.734.164,36 | -1.777.516,37 |
| 9190.00.0.0.00.20.00.00 | IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -199.518,03 | -199.518,03 | -198.451,97 | -203.413,26 | -208.498,60 | -213.711,06 |
| 9190.00.0.0.00.30.00.00 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - DEDUÇÃO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -121.866,40 | -121.866,40 | -85.954,79 | -88.103,66 | -90.306,25 | -92.565,91 |
| 9190.00.0.0.00.40.00.00 | DEDUÇÕES DE TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA | 0,00 | 0,00 | -54.384,41 | -79.973,52 | -8.385,11 | -8.385,11 | -36.679,93 | -37.596,93 | -38.536,85 | -39.500,77 |
| 9190.00.0.0.00.50.00.00 | EMOLUMENTOS E CUSTAS EXTRAJUDICIAIS - DEDUÇÃO DO PRINCIPAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -2.592,44 | -2.592,44 | -301,88 | -309,43 | -317,16 | -325,09 |
| 9500.00.0.0.00.00.00.00 | (R) DEDUÇÕES DO FUNDEB | -18.828.024,74 | -21.220.778,66 | -22.199.125,74 | -30.204.397,89 | -26.010.177,90 | -26.010.177,90 | -26.110.650,04 | -26.763.416,27 | -27.432.501,68 | -28.118.314,23 |
| 9510.00.0.0.01.00.00.00 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA ME | -6.497.833,81 | -7.005.159,61 | -7.060.618,71 | -9.479.955,95 | -8.017.737,93 | -8.017.737,93 | -8.237.694,90 | -8.443.637,27 | -8.654.728,20 | -8.871.096,41 |
| 9510.00.0.0.03.00.00.00 | COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL | -627.327,13 | -764.612,29 | -911.121,36 | -1.433.285,20 | -1.339.452,91 | -1.339.452,91 | -1.159.735,96 | -1.188.729,35 | -1.218.447,59 | -1.248.908,78 |
| 9510.00.0.0.05.00.00.00 | TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS – DESONERAÇÃO – LC Nº 87/96 | -34.144,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 9510.00.0.0.08.00.00.00 | COTA-PARTE DO ICMS - DEDUÇÃO DO PRINCIPAL | -9.341.291,57 | -10.847.991,74 | -11.802.941,07 | -16.465.190,88 | -14.135.828,55 | -14.135.828,55 | -14.180.797,59 | -14.535.317,53 | -14.898.700,46 | -15.271.167,98 |
| 9510.00.0.0.09.00.00.00 | COTA-PARTE DO IPVA - DEDUÇÃO DO PRINCIPAL | -2.327.427,91 | -2.603.015,02 | -2.424.444,60 | -2.825.965,86 | -2.443.941,66 | -2.443.941,66 | -2.454.386,61 | -2.515.746,27 | -2.578.639,93 | -2.643.105,93 |
| 9510.00.0.0.12.00.00.00 | COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - DEDUÇÃO DO PRINCIPAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -73.216,85 | -73.216,85 | -78.034,98 | -79.985,85 | -81.985,50 | -84.035,33 |
| RECEITA TOTAL | | 299.946.248,67 | 337.613.206,19 | 389.323.014,77 | 464.845.560,01 | 451.998.522,53 | 451.998.522,52 | 477.336.529,97 | 428.513.209,21 | 440.164.184,17 | 451.049.311,66 |



VANDER ALBERTO MASSON
PREFEITO MUNICIPAL



Assinado por 1 pessoa: VANDER ALBERTO MASSON
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/0B45-3C5C-E9AE-915C> e informe o código 0B45-3C5C-E9AE-915C

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA**

AV. BRASIL Nº 2351-N BAIRRO JARDIM EUROPA - CNPJ:03788239/0001-66

Orçamento Programa - Exercício de 2023

EVOLUÇÃO DA RECEITA

(Inc.III, Art.22º)

Página 1

Lei: 0, Data: 09/09/2022

| Codigo | Discriminação | Receita Arrecadada | | | Receita Prevista | |
|-------------|---|--------------------|----------------|----------------|------------------|----------------|
| | | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
| 1000.00.0.0 | RECEITAS CORRENTES | | | | | |
| 1100.00.0.0 | IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELF | 67.556.268,00 | 68.754.831,90 | 104.277.506,54 | 85.753.155,62 | 87.661.431,83 |
| 1200.00.0.0 | CONTRIBUIÇÕES | 13.017.295,19 | 16.104.322,30 | 18.242.103,15 | 20.460.372,19 | 19.565.517,97 |
| 1300.00.0.0 | RECEITA PATRIMONIAL | 3.550.761,49 | 2.712.698,23 | 9.281.828,67 | 2.574.844,30 | 3.349.516,02 |
| 1400.00.0.0 | RECEITA AGROPECUÁRIA | | | | | |
| 1600.00.0.0 | RECEITA DE SERVIÇOS | 27.765.269,65 | 26.838.029,66 | 27.743.959,33 | 29.987.044,39 | 28.427.110,55 |
| 1700.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 215.915.256,83 | 269.882.303,90 | 310.234.679,12 | 253.647.400,05 | 265.510.696,59 |
| 1900.00.0.0 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 4.568.469,88 | 3.649.598,38 | 5.207.788,22 | 4.408.346,63 | 4.138.874,87 |
| | Sub Total | 332.373.321,04 | 387.941.784,37 | 474.987.865,03 | 396.831.163,18 | 408.653.147,83 |
| 2000.00.0.0 | RECEITAS DE CAPITAL | | | | | |
| 2100.00.0.0 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO | | 1.555,34 | 4.649,87 | 5.332.552,76 | 15.000.000,00 |
| 2200.00.0.0 | ALIENAÇÃO DE BENS | 788.452,91 | 61.030,62 | 639.565,78 | 6.000.000,00 | 6.000.000,00 |
| 2400.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 9.107.443,34 | 4.908.542,20 | 3.150.510,68 | 51.738.901,16 | 52.229.610,46 |
| | Sub Total | 9.895.896,25 | 4.971.128,16 | 3.794.726,33 | 63.071.453,92 | 73.229.610,46 |
| 7000.00.0.0 | RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS | | | | | |
| 7200.00.0.0 | CONTRIBUIÇÕES - INTRA OFSS | 15.037.172,65 | 16.747.871,46 | 14.194.609,07 | 16.967.046,75 | 20.118.009,07 |
| 7600.00.0.0 | RECEITA DE SERVIÇOS - INTRA OFSS | | | | 796.027,36 | 808.122,00 |
| | Sub Total | 15.037.172,65 | 16.747.871,46 | 14.194.609,07 | 17.763.074,11 | 20.926.131,07 |
| 8000.00.0.0 | RECEITAS DE CAPITAL - INTRA OFSS | | | | | |
| 8900.00.0.0 | OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL - INTRA OFSS | 2.299.645,45 | 2.181.270,12 | 2.486.134,16 | 2.525.371,20 | 2.610.281,83 |
| | Sub Total | 2.299.645,45 | 2.181.270,12 | 2.486.134,16 | 2.525.371,20 | 2.610.281,83 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA**

AV. BRASIL Nº 2351-N BAIRRO JARDIM EUROPA - CNPJ:03788239/0001-66

Orçamento Programa - Exercício de 2023

EVOLUÇÃO DA RECEITA

(Inc.III, Art.22º)

Página 2

Lei: 0, Data: 09/09/2022

| Codigo | Discriminação | Receita Arrecadada | | | Receita Prevista | |
|--------------|---------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
| 9000.00.0.0 | (R) DEDUÇÕES DA RECEITA | | | | | |
| 9100.00.0.0 | (R) RENÚNCIA | -314.274,07 | -319.913,60 | -413.376,69 | -2.182.361,98 | -1.971.991,18 |
| 9500.00.0.0 | (R) DEDUÇÕES DO FUNDEB | -21.220.778,66 | -22.199.125,74 | -30.204.397,89 | -26.010.177,90 | -26.110.650,04 |
| | Sub Total | -21.535.052,73 | -22.519.039,34 | -30.617.774,58 | -28.192.539,88 | -28.082.641,22 |
| 9990.00.0.0 | RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS AN | | | | | |
| | Sub Total | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | | 338.070.982,66 | 389.323.014,77 | 464.845.560,01 | 451.998.522,53 | 477.336.529,97 |

VANDER ALBERTO MASSON
PREFEITO MUNICIPAL
432.285.341-20

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOIRO E ORÇAMENTO
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL

PORTARIA Nº 1.445, DE 14 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a classificação das fontes ou destinações de recursos a ser utilizada por Estados, Distrito Federal e Municípios.

O SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL DA SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e

Considerando a necessidade de aprimoramento da padronização das classificações por fontes ou destinação de recursos definidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021, e na Portaria STN nº 710, de 25 de fevereiro de 2021, resolve:

Art. 1º Incluir, no Anexo I da Portaria STN nº 710, de 25 de fevereiro de 2021, as classificações por fonte ou destinação de recursos a seguir:

| | | |
|-----|--|---|
| 604 | Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias | Controle dos recursos originários do Governo Federal, referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS), relacionados ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, nos termos do art. 198, §7º da Constituição Federal. |
| 662 | Transferências de Recursos dos Fundos Municipais de Assistência Social | Controle os recursos originários de transferência dos fundos municipais de assistência social. |
| 712 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - FUNPEN | Controla as transferências obrigatórias de recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN. |
| 713 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Segurança Pública - FSP | Controla as transferências obrigatórias de recursos do Fundo de Segurança Pública - FSP |
| 714 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT | Controla as transferências obrigatórias de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT |

Art. 2º Modificar, no Anexo mencionado no art. 1º, a especificação da classificação por fonte ou destinação de recursos a seguir:

| | | |
|-----|---|---|
| 573 | Royalties do Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação | Controle dos recursos vinculados à Educação, originários de transferências recebidas pelos entes, relativos a Royalties e Participação Especial - Art. 2º da Lei nº 12.858/2013. |
| 635 | Royalties do Petróleo e Gás Natural vinculados à Saúde | Controle dos recursos vinculados à Saúde, originários de transferências recebidas pelos entes, relativos a Royalties e Participação Especial - Art. 2º da Lei nº 12.858/2013. |
| 704 | Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais | Controle dos recursos transferidos pela União, originários da arrecadação de royalties do petróleo, do gás natural, da cota-parte do bônus de assinatura de contrato de partilha de produção, exceto os recursos provenientes da Lei nº 12.858/2013, destinados às áreas da saúde ou da educação. |
| 705 | Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais | Controle dos recursos transferidos pelos Estados, originários da arrecadação de royalties do petróleo, do gás natural, da cota-parte do bônus de assinatura de contrato de partilha de produção. |
| 753 | Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos | Controle dos recursos de taxas, contribuições e preços públicos vinculados conforme legislações específicas. |
| 760 | Recursos de Emolumentos, Taxas e Custas | Controle dos recursos de emolumentos, taxas e outros recursos arrecadados, judiciais ou extrajudiciais, observado o disposto em legislações específicas. |
| 761 | Recursos Vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza | Controle dos recursos vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos art. 82 do ADCT e da Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001. |

Art. 3º Modificar, no Quadro 2 do Anexo II da Portaria STN nº 710, de 25 de fevereiro de 2021, a especificação dos códigos de acompanhamento da execução orçamentária a seguir:

| | | |
|------|---|--|
| 3210 | Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais | Transferências decorrentes de emendas parlamentares individuais, na forma prevista nas Constituições Estaduais de forma similar ao previsto no parágrafo 9º do art. 166, da CF/88. Esse marcador será associado às fontes de recursos referentes às transferências decorrentes de emendas obrigatórias, cujos beneficiários são os municípios, devendo ser utilizado na fase da arrecadação da receita, no controle dos ativos e passivos e na fase de execução das despesas custeadas com esses recursos. |
| 3220 | Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares de bancada | Transferências decorrentes de emendas parlamentares de bancada, na forma prevista nas Constituições Estaduais, de forma similar ao previsto no parágrafo 11 do art. 166, da CF/88. Esse marcador deverá ser associado às fontes de recursos referentes às transferências decorrentes de emendas obrigatórias, cujos beneficiários são os municípios, devendo ser utilizado na fase de arrecadação da receita, no controle dos ativos e passivos e na fase de execução das despesas custeadas com esses recursos. |

Art. 4º Incluir no Anexo II da Portaria STN nº 710, de 25 de fevereiro de 2021, a seguinte definição:

"Na definição dos Códigos de Acompanhamento da Execução Orçamentária que integram o Quadro 2, a Secretaria do Tesouro Nacional utilizará a numeração no intervalo de 1000 a 6999."

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, observando-se os prazos estabelecidos no art. 3º da Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021.

PAULO VALLE

PORTARIA Nº 1.446, DE 14 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre o desdobramento da classificação por natureza da receita orçamentária para aplicação no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL, no uso de suas atribuições estabelecidas na Portaria do Ministério da Fazenda nº 285, de 14 de junho de 2018, que aprova o Regimento Interno da Secretaria do Tesouro Nacional, e tendo em vista o disposto no § 2º, do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e

Considerando que, para fins de consolidação das Contas Públicas Nacionais, em obediência ao disposto no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, é necessário utilizar critérios uniformes de reconhecimento e apropriação das receitas orçamentárias no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Considerando que a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que cabe ao órgão central de contabilidade da União a edição das normas gerais para consolidação das contas públicas, enquanto não for implantado o Conselho de Gestão Fiscal, previsto no art. 67 da referida Lei; e

Considerando o disposto no inciso I, art. 17, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e no inciso I, art. 6º, do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando o disposto no art. 2º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001; e

Considerando o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto; resolve:

Art. 1º Incluir, no Anexo da Portaria nº 831, de 7 de maio de 2021, as seguintes naturezas de receitas:

| | |
|----------------|---|
| 1.6.1.1.50.0.0 | Serviços de Administração Previdenciária |
| 1.6.1.1.50.1.0 | Taxa de Administração do RPPS |
| 1.6.1.1.50.9.0 | Outros Serviços de Administração Previdenciária |
| 1.6.9.9.50.0.0 | Serviços Sujeitos à Regulação |
| 1.6.9.9.50.1.0 | Serviços de Saneamento Básico - Abastecimento de Água. |
| 1.6.9.9.50.2.0 | Serviços de Saneamento Básico - Esgotamento Sanitário. |
| 1.6.9.9.50.3.0 | Serviços de Saneamento Básico - Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos. |
| 1.6.9.9.50.4.0 | Serviços de Saneamento Básico - Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas. |
| 1.6.9.9.50.9.0 | Outros Serviços Sujeitos à Regulação |
| 1.7.1.2.53.0.0 | Cota-parte do bônus de assinatura de contrato de partilha de produção |
| 1.7.1.9.59.0.0 | Transferência de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT |
| 2.4.1.9.53.0.0 | Transferências de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN |
| 2.4.1.9.54.0.0 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP |
| 2.4.1.9.54.1.0 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP - Obrigatórias |
| 2.4.1.9.54.2.0 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP - Acordadas |
| 2.4.1.9.59.0.0 | Transferência de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT |

Art. 2º Excluir, no Anexo da Portaria nº 831, de 7 de maio de 2021, as seguintes naturezas de receitas:

| | |
|----------------|---|
| 1.7.1.1.51.3.0 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho |
| 1.7.1.9.51.0.0 | Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 |

Art. 3º Modificar, no Anexo da Portaria nº 831, de 7 de maio de 2021, a especificação da seguinte natureza de receita:

| | |
|----------------|--|
| 1.7.1.1.51.2.0 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias |
|----------------|--|

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir do exercício financeiro de 2023, inclusive no que se refere à elaboração do respectivo Projeto de Lei Orçamentária.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 1.447 DE 14 DE JUNHO DE 2022

Aprova a 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.

O SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 285, de 14 de junho de 2018, que aprova o Regimento Interno da Secretaria do Tesouro Nacional, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e

Considerando o disposto no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 18 da Lei nº 10.180, de 2001, no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 2009, e no art. 51 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019;

Considerando a necessidade de padronização dos demonstrativos fiscais nos três níveis de governo, de forma a garantir a consolidação das contas públicas na forma estabelecida no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000; resolve:

Art. 1º Aprovar a 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, válida a partir do exercício de 2023, que compreende os relatórios e anexos referentes aos demonstrativos descritos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º e nos arts. 48, 52, 53, 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que deverão ser elaborados pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.

Parágrafo único. A 13ª edição do MDF aprovada por esta portaria será disponibilizada no endereço eletrônico < <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos> >.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem seus efeitos aplicados a partir do exercício financeiro de 2023.

PAULO FONTOURA VALLE





Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 112, DE 27 DE OUTUBRO DE 2021

Produção de efeitos

Altera o art. 159 da Constituição Federal para disciplinar a distribuição de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 159 da [Constituição Federal](#) passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 159.

.....

l- do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 50% (cinquenta por cento), da seguinte forma:

.....

f) 1% (um por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de setembro de cada ano;

....."

(NR)

Art. 2º Para os fins do disposto na [alínea "f" do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal](#), a União entregará ao Fundo de Participação dos Municípios, do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), 0,5% (cinco décimos por cento) e 1% (um por cento), respectivamente, em cada um dos 2 (dois) primeiros exercícios, no terceiro exercício e a partir do quarto exercício em que esta Emenda Constitucional gerar efeitos financeiros.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro do exercício subsequente.

Brasília, em 27 de outubro de 2021

| | |
|------------------------------------|---------------------------------------|
| Mesa da Câmara dos Deputados | Mesa do Senado Federal |
| Deputado ARTHUR LIRA Presidente | Senador RODRIGO PACHECO Presidente |

| | |
|---|---|
| Deputado MARCELO RAMOS 1º Vice-Presidente | Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO 1º Vice-Presidente |
| Deputado ANDRÉ DE PAULA 2º Vice-Presidente | Senador ROMÁRIO 2º Vice-Presidente |
| Deputado LUCIANO BIVAR 1º Secretário | Senador IRAJÁ 1º Secretário |
| Deputada MARÍLIA ARRAES 2ª Secretária | Senador ELMANO FÉRRER 2º Secretário |
| Deputada ROSE MODESTO 3ª Secretária | Senador ROGÉRIO CARVALHO 3º Secretário |
| Deputada ROSANGELA GOMES 4ª Secretária | Senador WEVERTON 4º Secretário |

Este texto não substitui o publicado no DOU 28.10.2021

*



Governo do Estado de Mato Grosso
SINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

TERMO DE CONVÊNIO Nº 1722-2022/SINFRA

CONVÊNIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A **SECRETARIA DE
ESTADO DE INFRAESTRUTURA E
LOGÍSTICA - SINFRA** E A
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
TANGARÁ DA SERRA - MT**

Pelo presente instrumento, a **SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**, CNPJ: nº. 03.507.415/0022-79, representado pelo seu Titular Sr. **MARCELO DE OLIVEIRA E SILVA**, residente e domiciliado na Rua: Brigadeiro Eduardo Gomes nº 503/401, Bairro: Popular CEP nº 78.045.350 – Cuiabá - MT, portador do RG nº. 007317 SSP/MT e do CPF nº. 161.913.661-91, doravante denominada simplesmente **CONCEDENTE** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - MT**, inscrito no CNPJ: sob o nº 03.788.239/0001-66, neste ato representado pelo Senhor Prefeito, Sr. **VANDER ALBERTO MASSON**, Residente na Av. Virgílio Faveti S/N Área 01 Jardim Cidade Alta CEP: 78300-000, TANGARÁ DA SERRA – MT, portador do RG nº 03913902 / SSPMT e do CPF nº. 432.285.341-20, doravante denominado simplesmente **CONVENENTE**, com fundamento legal as disposições contidas no Decreto nº 1.004 de 08 de julho de 2021, que Institui o Programa Estadual de Apoio à Pavimentação - Mais MT e o Decreto nº 1.100, de 03 de setembro de 2021, que altera os artigos 2º e 4º do Decreto nº 1.004, de 10 de agosto de 2021; na Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001/2015; na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93; no que couber em conformidade com o Processo Administrativo nº **SINFRA-PRO-2022/06779**, resolvem firmar o Presente Termo, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Convênio tem por objeto formalizar entendimentos entre as partes no sentido de unirem esforços e recursos para Aplicação de Microrrevestimento em diversas vias do Setor W, nos trechos: Rua 17-A (Pedro Camillo Zamparoni), Rua 19-A (Raimundo Dias dos Santos), Travessa 19-A, Rua 21-A (João Martines Garcia), Travessa 21-A, Rua 23-A, Travessa 23-A, Rua 25-A (Valdemar dos Santos), Travessa 25-A, Rua 27-A (Waldomiro Miranda), Rua 29-A, Rua 31-A, Rua 33-A, Rua 48-A, Rua 46-A (Avenida Espanha) Lado Direito e Lado Esquerdo, Rua 44-A (Antelmo Wenceslau Martinelli), Rua 42-A, Rua 40-A, Rua 38-A, Travessa 38-A, Travessa 38-B, Rua 36-A (Marlene Campos Lopes), Travessa 36-A, Travessa 36-B, Rua 34-A (Atalábio Correia Batista), Travessa 34-A, Travessa 34-B, Travessa 34-C, Rua 3 (Arlindo Lopes da Silva), Rua 3-A (Rotary Internacional), Rua 5 (Benedito



Governo do Estado de Mato Grosso

SINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

Pereira de Oliveira), Rua 5-A (Domingos Germano de Souza), Rua 7 (Antônio José da Silva), Rua 7-A (Arlindo Nogueira Gomes), Rua 9 (Antônio Hortolani), Rua 9-A (Antonio Ribeiro da Rocha), Rua 50-A, Rua 52 A, Rua 54-A, Rua 56-A, Rua 58-A, Rua 60-A, Rua 64-A, Rua 66-A, Rua 66-B, Rua 68-A, Rua 68-B, Rua 70-A, Rua 72-A, Rua 72B e Rua 74A, Coordenada da Rua principal: Av. Daury Ryva LD - Trecho 2, Coord. Inicial: 14°27'36.53"S; 56°50'35.01"O Coord. Final: 14°27'33.21"S; 56°50'11.29"O numa extensão total de 182.221,07 m², no Município de Tangará da Serra - MT.

CLÁUSULA SEGUNDA – PLANO DE TRABALHO

2.1. Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho especialmente elaborado para este Convênio e que passa a fazer parte integrante deste Termo, independente da transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

3.1. Os recursos financeiros necessários à execução do presente Convênio são no valor de **R\$ 4.261.807,15** (Quatro milhões, duzentos e sessenta e um mil, oitocentos e sete reais e quinze centavos) sendo que **R\$ 4.091.334,86** (Quatro milhões, noventa e um mil, trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e seis centavos) serão repassados pela **SINFRA** e **R\$ 170.472,29** (Cento e setenta mil, quatrocentos e setenta e dois reais e vinte e nove centavos) serão a título de **contrapartida financeira** por parte da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT, conforme plano de trabalho.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO

4.1. Os recursos correrão por conta do orçamento vigente da SINFRA na seguinte dotação:

Unidade Orçamentária: **25101**

Programa: 338

Projeto/Atividade: 3117

Regionalização: 0800

Natureza de Despesa: 44.40.00.00

Fonte: 396

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE:

- a) Repassar ao **CONVENIENTE** a importância de **R\$ 4.091.334,86** (Quatro milhões, noventa e um mil, trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e seis centavos), conforme Plano de Trabalho;



Governo do Estado de Mato Grosso

SINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

- b) Dar ciência da assinatura deste Convênio à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, conforme determina o artigo 24, da IN 001/2015 de 23.02.2015;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do Convênio, através do Fiscal **Eng.º Ramir Rael Cordeiro de Souza** (Matrícula nº 306596), tendo como substitutos o **Eng.º Mauricio Nunes Neves** (Matrícula nº 126616), e a **Engª Renata Juliano Vaz de Campos** (Matrícula nº 305627), dentro do prazo regulamentar de execução e prestação de contas deste Instrumento, observando se os recursos estão sendo aplicados na execução do objeto conveniado e de conformidade com o Plano de Trabalho;
- d) Publicar o extrato do Convênio na Imprensa Oficial do Estado;
- e) Analisar / aprovar a prestação de contas do presente Termo;
- e) Manter arquivado a documentação pertinente ao convênio inclusive a prestação de contas apresentada pelo MUNICÍPIO à disposição dos Órgãos de Controle Interno e Externo do Estado.

5.2. SÃO OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE:

- a) Aplicar a importância de **R\$ 170.472,29** (Cento e setenta mil, quatrocentos e setenta e dois reais e vinte e nove centavos) que deverá obedecer a Lei n.º 8.666/93, para a realização da obra objeto do presente convênio, conforme Plano de Trabalho;
- b) Executar e fiscalizar fielmente o objeto descrito na Cláusula Primeira deste Termo em conformidade com as informações descritas no Plano de Trabalho/Projeto Básico, aprovado pela CONCEDENTE;
- c) Responsabilizar-se pela execução física do objeto;
- d) Indicar o responsável técnico por meio de ART. de Execução e ou Fiscalização;
- e) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste convenio, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento;
- f) Movimentar os recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE em conta corrente aberta exclusivamente para este fim em Banco Oficial, e somente nas localidades onde não possua agência deste, a conta poderá ser aberta em outro Banco;
- g) A conta corrente deverá identificar em sua denominação o número deste Convênio e a finalidade do mesmo, além do valor de repasse de recursos financeiros da SECRETARIA;
- h) Os recursos decorrentes deste Convênio, enquanto não agregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados no mercado financeiro;
- i) Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente destinados ao objeto deste Convênio, estando sujeitos as mesmas condições de Prestação de Contas exigidas para os recursos transferidos;
- j) Restituir, ao CONCEDENTE, o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia-SELIC, acumulada mensalmente,



Governo do Estado de Mato Grosso

SINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Estadual, quando incorrer em algum dos casos previstos no artigo 20º, inciso XVII, alíneas “a, b e c” da I.N. SEFAZ/CGE/SEPLAN – MT nº 01/2015;

- k) Restituir, ao CONCEDENTE, ou ao Tesouro Estadual, conforme o caso, o valor referente a contrapartida, corrigida monetariamente, quando não for comprovada sua aplicação na consecução do objeto do convênio;
- l) Promover a execução dos serviços objeto do Convênio, por conta da transferência dos recursos, observando a legislação que disciplina a realização da despesa (Lei 8.666/93), conjuntamente com a legislação estadual pertinente, nos termos do que estabelece o art.63, § 2º da LDO.
- m) Alocar recursos complementares à execução do objeto, se necessário;
- n) Receber e movimentar os recursos recebidos por conta deste Convênio em conta bancária exclusivamente aberta para este fim, identificando em sua denominação o número deste Convênio e a participação da CONCEDENTE;
- o) Caso haja contrapartida, depositar o valor, quando este for de caráter financeiro, cujo depósito obedecerá ao especificado no Cronograma de Desembolso constante no plano de Trabalho;
- p) Colocar placas de identificação e/ou cavaletes de sinalização durante a execução dos serviços objeto do presente Convênio, com a devida identificação (logomarca) do CONCEDENTE;
- q) Fornecer ao CONCEDENTE todas as informações solicitadas com relação ao objeto do presente Convênio;
- r) Permitir e facilitar o livre acesso de servidores do sistema de controle interno da CONCEDENTE ou ao qual esteja subordinado, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o presente Convênio, quando em missão de Fiscalização ou Auditoria;
- s) Prestar contas da correta aplicação dos recursos à CONCEDENTE, de conformidade com as orientações estabelecidas na Cláusula Décima;
- t) Alimentar o Sistema de Gerenciamento de Convênios – SIGCon, no endereço www.seplan.mt.gov.br/sigcon, com dados relativos a execução do convênio, como execução de metas, empenhos, liquidações, pagamentos efetuados, etc., bem como fazer lançamento de propostas de aditamento de prazo e/ou valores, quando efetivamente for necessário.

CLAUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste instrumento é de **365** (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da data de sua assinatura, cujo prazo de duração deve ser fixado de acordo com o tempo previsto para a execução do objeto expresso no Plano de Trabalho, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, desde que solicitado no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término da vigência, devidamente justificado.



Governo do Estado de Mato Grosso

SINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

CLAUSULA SÉTIMA - DA PRORROGAÇÃO “EX OFICIO”

A SECRETARIA poderá, "de ofício", prorrogar a vigência do Convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada esta prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLAUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Os órgãos ou entidades da administração direta ou indireta do Estado que celebrarem qualquer tipo de convênio que envolva a transferência de recursos, com órgãos ou entidades da administração pública, entidades sem fins lucrativos deverão nomear, por portaria, um Servidor do Quadro de Pessoal, com vinculação à Área Técnica do objeto pactuado, que terá como atribuição a fiscalização do convênio, responsabilizando-se pelo acompanhamento, fiscalização e análise da prestação de contas da execução física do objeto.

§ 1º O concedente, no exercício das atividades de fiscalização e acompanhamento do convênio, poderá:

I – Valer-se do apoio técnico de terceiros;

II – Delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade, desde que tenham capacidade técnica; e

III – Reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento.

§ 2º Além do acompanhamento de que trata o § 1º, a Controladoria Geral do Estado (CGE) realizará auditorias periódicas nos convênios celebrados pelo Estado.

§ 3º São obrigações do Fiscal do Convênio:

I – Fiscalizar a execução do objeto pactuado.

II – Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas do convênio, de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados.

III – Emitir ou homologar parecer técnico que ateste a realização de etapa prevista no Plano de Trabalho do convênio, como requisito para transferência das parcelas de recursos previstas no cronograma de desembolso.

IV – No caso de convênio, cuja execução se dê através do repasse de somente uma parcela, emitir ou atestar pareceres técnicos, no mínimo em uma ocasião, relativo aos atos que já foram realizados, apontando quais são as perspectivas de cumprimento do objeto no prazo estabelecido.

V – Emitir ou homologar parecer técnico relativo à execução física do convênio na forma de relatório final, independentemente da prestação de contas devida pelo órgão ou entidade conveniente.

CLÁUSULA NONA - DAS LIBERAÇÕES DOS RECURSOS

§ 1º O CONCEDENTE repassará os recursos previstos na Cláusula Quinta, item 5.1, alínea “a”, de acordo com o Plano de Trabalho que compõe este Termo de Convênio.



Governo do Estado de Mato Grosso

SINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

O CONVENETE aplicará os recursos previstos na Clausula Quinta, item 5.2, alínea “a” de acordo com o Plano de Trabalho que compõe este Termo de Convênio.

§ 2º - Quando a liberação dos recursos ocorrer em duas ou mais parcelas, a liberação de cada parcela subsequente à primeira ficará condicionada à apresentação e aprovação da prestação de contas parcial referente à parcela anterior, composta da documentação especificada no artigo 59 da IN 001/2015.

§ 3º - Os recursos de convênios, enquanto não utilizados, deverão ser obrigatoriamente aplicados em:

I – Caderneta de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 01 (um) mês;

II – Fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazos menores que um mês.

§ 4º - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do convênio, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

§ 5º - As receitas oriundas dos rendimentos de aplicações no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida devida pelo MUNICÍPIO, mesmo as que são oriundas dos recursos de contrapartida.

§ 6º - A liberação da parcela de recurso financeiro será suspensa, caso haja impropriedades verificadas, principalmente nos seguintes casos:

- a) Quando não houver comprovação da boa e regular aplicação dos recursos anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimento de fiscalização local, realizados periodicamente pela SECRETARIA e/ou órgão competente do sistema de controle interno e externo do Estado;
- b) Quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos financeiros, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio;
- c) Quando for descumprida pelo MUNICÍPIO, qualquer Cláusula ou condições do Convênio;
- d) Após a constatação da irregularidade ou inadimplência, a SECRETARIA além da suspensão da liberação da parcela, estabelece o prazo não superior a 30 (trinta) dias, para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 7º – Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas em aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao órgão ou entidade concedente, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do MUNICÍPIO, providenciada pela SECRETARIA.



Governo do Estado de Mato Grosso
SINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

Até 30 (Trinta) dias após o término da vigência deste convênio o MUNICÍPIO protocolará na SECRETARIA a prestação de contas final do total dos recursos aplicados, tanto os provenientes da CONCEDENTE quanto do **CONVENENTE**, que será constituída de relatório de cumprimento do objeto, acompanhada dos documentos abaixo relacionados, para imediatamente ser registrado seu recebimento no Sistema de Gerenciamento de Convênios - SIGCon;

- I. Cópia do plano de trabalho (Anexo I a V);
- II. Cópia do Termo de Convênio, de seus Termos Aditivos e respectivas indicações dos extratos;
- III. Demonstrativo da Execução de Receita e Despesa (Anexo VI);
- IV. Relatório de Cumprimento do Objeto (Anexo VII);
- V. Relatório de Execução Física (Anexo VIII);
- VI. Relatório de Execução Financeira (Anexo IX);
- VII. Relação de Pagamentos (Anexo X);
- VIII. Relação dos Bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos do Convênio, quando for o caso (Anexo XI);
- IX. Conciliação Bancária, quando for o caso (Anexo XII);
- X. Cópia das notas fiscais e/ou recibos, com a indicação do número do Convênio;
- XI. Cópia de cheques e/ou nota de ordem bancária;
- XII. Extrato de conta bancária específica do período do recebimento da primeira parcela até o último pagamento;
- XIII. Cópia do termo de aceitação parcial da obra ou laudo de medição das etapas cumpridas, quando se referir à prestação de contas parcial, e do termo de aceitação definitiva da obra, quando se tratar de prestação de contas final;
- XIV. Comprovante do recolhimento do saldo de recursos, à conta indicada pela concedente;
- XV. Cópia dos documentos relativos à licitação, inclusive, despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando a concedente pertencer à administração pública.

§ 1º A prestação de contas final substituirá a prestação de contas da última parcela, no caso de liberação dos recursos em duas ou mais parcelas, e a documentação deverá estar disposta na forma estabelecida pelo Estado.

§ 2º A não apresentação da prestação de contas parcial ou a sua não aprovação ensejará bloqueio das parcelas subsequentes do próprio convênio e impedirá a celebração de novos convênios com o Estado.

§ 3º A não apresentação da prestação de contas final ou a sua não aprovação pelo concedente ou pelo Tribunal de Contas do Estado impedirá a celebração de novos convênios com o Estado.



Governo do Estado de Mato Grosso
SINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PROIBIÇÕES

É vedada a utilização dos recursos previstos neste Convênio, que prevejam ou permitam:

- I. Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerenciamento ou similar;
- II. O pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos órgãos ou de entidades da administração pública estadual, federal ou municipal, que seja lotado em qualquer dos entes partícipes;
- III. O aditamento do convênio para alteração do objeto pactuado;
- IV. A utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no Convênio, ainda que em caráter de emergência;
- V. A realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- VI. O pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizada pela autoridade competente da concedente e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado, bem como não implique atraso da apresentação da prestação de contas final;
- VII. A atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;
- VIII. A realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;
- IX. A transferência de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar;
- X. A realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades e servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

O Plano de Trabalho somente poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante proposta de modificação a ser apresentada no SIGCon, com até 30 (Trinta) dias antes do seu término, devendo ser analisada pela área técnica, não podendo haver mudança do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

O presente Termo de Convênio poderá ser denunciado ou rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, sem prejuízo das atividades em andamento, mediante notificação prévia com 30 (trinta) dias de antecedência, constituindo motivo para rescisão independentemente de formalização.



Governo do Estado de Mato Grosso
SINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

- a) O inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- b) Utilização do recurso em desacordo com o previsto no Plano de Trabalho;
- c) O não cumprimento das obrigações assumidas e previamente estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Elegem as partes o FORO DA COMARCA DE CUIABÁ, capital do ESTADO DE MATO GROSSO, para dirimir qualquer dúvida do presente Convênio, renunciando outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de pleno acordo e compromissados assinam este Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Cuiabá-MT, 1º de agosto de 2022.

MARCELO DE OLIVEIRA E SILVA
SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

VANDER ALBERTO MASSON
PREFEITO MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA – MT

TESTEMUNHAS:

Nome _____
CPF: _____

Nome _____
CPF: _____



Governo do Estado de Mato Grosso
SINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística


TERMO DE CONVÊNIO Nº 1881-2022/SINFRA

CONVÊNIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A SECRETARIA DE
ESTADO DE INFRAESTRUTURA E
LOGÍSTICA – SINFRA E A
PREFEITURA MUNICIPAL DE
TANGARÁ DA SERRA - MT

Pelo presente instrumento, a **SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**, CNPJ: nº. 03.507.415/0022-79, representado pelo seu Titular Sr. **MARCELO DE OLIVEIRA E SILVA**, residente e domiciliado na Rua: Brigadeiro Eduardo Gomes nº 503/401, Bairro: Popular CEP nº 78.045.350 – Cuiabá - MT, portador do RG nº. 007317 SSP/MT e do CPF nº. 161.913.661-91, doravante denominada simplesmente **CONCEDENTE** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - MT**, inscrito no CNPJ: sob o nº 03.788.239/0001-66, neste ato representado pelo Senhor Prefeito, Sr. **VANDER ALBERTO MASSON**, Residente na Av. Virgílio Faveti S/N Área 01 Jardim Cidade Alta CEP: 78300-000, TANGARÁ DA SERRA – MT, portador do RG nº 03913902 / SSPMT e do CPF nº. 432.285.341-20, doravante denominado simplesmente **CONVENENTE**, com fundamento legal as disposições contidas no Decreto nº 1.004 de 08 de julho de 2021, que Institui o Programa Estadual de Apoio à Pavimentação - Mais MT e o Decreto nº 1.100, de 03 de setembro de 2021, que altera os artigos 2º e 4º do Decreto nº 1.004, de 10 de agosto de 2021; na Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001/2015; na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93; no que couber em conformidade com o Processo Administrativo nº **SINFRA-PRO-2022/07374**, resolvem firmar o Presente Termo, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Convênio tem por objeto formalizar entendimentos entre as partes no sentido de unirem esforços e recursos para Aplicação de Aplicação de Microrrevestimento em diversas vias do Setor "S", nos trechos: Bairro Jardim dos Ipês: Rua Dos Cambarus, Rua Das Sucupiras, Rua Dos Piquis, Avenida Das Castanheiras LD e LE, Rua Das Perobas Rua Dos Mognos, Rua Dos Guarapeiros, Rua Dos Marfins, Rua Dos Jequitibás, Rua Dos Jatobás, Rua Dos Jacarandás, Rua Das Itaúbas, Rua Dos Cambarás TR1 a TR10, Rua Das Cabreuvras TR 01 a TR 10, Avenida Das Amoreiras LD e LD TR 01 a TR 05, Rua Dos Angicos TR 01 a TR 04, Rua Dos Angelins TR 01 a TR 05; Bairro Jardim Nazaré (Vila Nazaré): Rua Tereza Ana De Jesus (03), Rua Jerusa N. C. Mendes Da Silva (02), Rua Jordão Rosa Da Silva (01), Rua 05 TR01 e TR02, Rua 06 TR01 e TR02; Bairro Jardim Shangri-lá


1
mt



Governo do Estado de Mato Grosso

SINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

(Jardim Alto Alegre, Jardim Santa Marta, Jardim Shangri-lá) e Bairro Jardim Rio Preto (Jardim Rio Preto, Jardim Itapirapuã, Vila Santa Terezinha, Vila Portuguesa): Rua 43, Rua 41, Rua 39, Rua 37, Rua José Camilo Da Silva (35), Rua Eliseu Pereira Leite (33), Rua Antonio Ferreira De Andrade (31) TR 01 a TR 06, Rua Samuel Corsino (27) TR 01 a TR 03, Rua Manoel Ciriaco Da Silva (25), Rua Francisco Alves Moreira (23), Rua Américo Rodrigues (21) TR 01 a TR 05, Rua 17, Rua Nadir Ferreira De Carvalho (09), Rua Walfrido Antonio De Oliveira (08), Rua Deputado Hitler Sansão (10), Rua Sebastião Barreto (08), Rua Manoel Dionísio Sobrinho (06), Rua Olívio De Lima (04), Rua Avelina Jach Bohn (02), Rua Francisco Souza Da Cruz (22) TR 01 a TR 03, Rua Francisco Antonio Da Silva (20) TR 01 a TR 04, Rua 18 TR 01 a TR 07, Rua Osvaldo Pereira Araújo (16) TR 01 a TR 07, Rua Evelin Crestani (14) TR 01 a TR 06, Rua Alziro Zarur (18-A) TR 01 a TR 04, Rua Matilde TR 01 a TR 04, Rua Luisa TR 01 a TR 05, Rua Marília TR 01 a TR 04, Rua Washington TR 01 e TR 02, Rua 15 De Novembro, Rua Manoela M° De Jesus (13 De Maio), Rua Amílcar, Rua José Duarte, Rua Eunice, Rua D. Amélia; Bairro Cidade Alta: Rua José Gabriel De Matos (06), Rua Dorvalino Minozzo (05), Rua Pastor Valdevino Ferreira Dias (04), Rua José Florencio Godrin (03), Rua Euclides Geraldo Medeiros (02), Rua Júlio Martinez Benevides (11), Avenida José Mansano Vicerra TR 01 a TR 07, Rua Erotildes Padilha (15) TR 01 a TR 03, Rua Alziro Zarur (12) TR 01 a TR 07, Rua Vereador Ramon Sanches Marques (11) TR 01 a TR 07, Rua Vilibaldo Behling (10) TR 01 a TR 07, Rua Juracina Torres De Oliveira (24-A) TR 01 a TR 06, Rua Roberto Valentim Cavallari (26- A) TR 01 a 05. Coordenada da Rua principal: Rua dos Cambarus, Coord. Inicial: 14°38'45"S; 57°27'54"O Coord. Final: 14°38'52"S; 57°28'49"O numa extensão total de 331.713,19 m², no Município de Tangará da Serra - MT.

CLÁUSULA SEGUNDA – PLANO DE TRABALHO

2.1. Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho especialmente elaborado para este Convênio e que passa a fazer parte integrante deste Termo, independente da transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

3.1. Os recursos financeiros necessários à execução do presente Convênio são no valor de **R\$ 7.694.171,73** (Sete milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, cento e setenta e um reais e setenta e três centavos) sendo que **R\$ 7.386.404,86** (Sete milhões, trezentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e quatro reais e oitenta e seis centavos) serão repassados pela **SINFRA** e **R\$ 307.766,87** (Trezentos e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais e oitenta e sete centavos) serão a título de **contrapartida financeira** por parte da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT, conforme plano de trabalho.

2



Governo do Estado de Mato Grosso
SINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO

4.1. Os recursos correrão por conta do orçamento vigente da SINFRA na seguinte dotação:

Unidade Orçamentária: **25101**
Programa: 338
Projeto/Atividade: 3117
Regionalização: 0800
Natureza de Despesa: 44.40.00.00
Fonte: 396

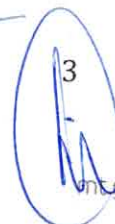
CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE:

- a) Repassar ao **CONVENIENTE** a importância de **R\$ 7.386.404,86** (Sete milhões, trezentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e quatro reais e oitenta e seis centavos), conforme Plano de Trabalho;
- b) Dar ciência da assinatura deste Convênio à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, conforme determina o artigo 24, da IN 001/2015 de 23.02.2015;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do Convênio, através do Fiscal **Eng.º Ramir Rael Cordeiro de Souza** (Matrícula nº 306596), tendo como substitutos o **Eng.º Mauricio Nunes Neves** (Matrícula nº 126616) e a **Eng.ª Renata Juliano Vaz de Campos** (Matrícula nº 305627), dentro do prazo regulamentar de execução e prestação de contas deste Instrumento, observando se os recursos estão sendo aplicados na execução do objeto conveniado e de conformidade com o Plano de Trabalho;
- d) Publicar o extrato do Convênio na Imprensa Oficial do Estado no prazo de 20(vinte) dias, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos do art. 22 da Instrução Normativa Conjunta/SEPLAN/SEFAZ/CGE Nº 001/2015 e suas alterações posteriores;
- e) Analisar / aprovar a prestação de contas do presente Termo;
- e) Manter arquivado a documentação pertinente ao convênio inclusive a prestação de contas apresentada pelo MUNICÍPIO à disposição dos Órgãos de Controle Interno e Externo do Estado.

5.2. SÃO OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE:

- a) Aplicar a importância de **R\$ 307.766,87** (Trezentos e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais e oitenta e sete centavos) que deverá obedecer a Lei n.º 8.666/93, para a realização da obra objeto do presente convênio, conforme Plano de Trabalho;





Governo do Estado de Mato Grosso

SINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

- b) Executar e fiscalizar fielmente o objeto descrito na Cláusula Primeira deste Termo em conformidade com as informações descritas no Plano de Trabalho/Projeto Básico, aprovado pela CONCEDENTE;
- c) Responsabilizar-se pela execução física do objeto, devendo obrigatoriamente a execução indireta ser procedida de processo licitatório ou dispensa deste, nos moldes da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, ou da Lei nº. 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, ou das leis posteriores que vierem a substituir.
- d) Indicar o responsável técnico por meio de ART. de Execução e ou Fiscalização;
- e) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste convenio, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento;
- f) Movimentar os recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE em conta corrente aberta exclusivamente para este fim em Banco Oficial, e somente nas localidades onde não possua agência deste, a conta poderá ser aberta em outro Banco;
- g) A conta corrente deverá identificar em sua denominação o número deste Convênio e a finalidade do mesmo, além do valor de repasse de recursos financeiros da SECRETARIA;
- h) Os recursos decorrentes deste Convênio, enquanto não agregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados no mercado financeiro;
- i) Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente destinados ao objeto deste Convênio, estando sujeitos as mesmas condições de Prestação de Contas exigidas para os recursos transferidos;
- j) Restituir, ao CONCEDENTE, o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia-SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Estadual, quando incorrer em algum dos casos previstos no artigo 20º, inciso XVII, alíneas "a, b e c" da I.N. SEFAZ/CGE/SEPLAN – MT nº 01/2015;
- k) Restituir, ao CONCEDENTE, ou ao Tesouro Estadual, conforme o caso, o valor referente a contrapartida, corrigida monetariamente, quando não for comprovada sua aplicação na consecução do objeto do convênio;
- l) Promover a execução dos serviços objeto do Convênio, por conta da transferência dos recursos, observando a legislação que disciplina a realização da despesa (Lei 8.666/93), conjuntamente com a legislação estadual pertinente, nos termos do que estabelece o art.63, § 2º da LDO.
- m) Alocar recursos complementares à execução do objeto, se necessário;
- n) Receber e movimentar os recursos recebidos por conta deste Convênio em conta bancária exclusivamente aberta para este fim, identificando em sua denominação o número deste Convênio e a participação da CONCEDENTE;

4



Governo do Estado de Mato Grosso

SINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

- o) Caso haja contrapartida, depositar o valor, quando este for de caráter financeiro, cujo depósito obedecerá ao especificado no Cronograma de Desembolso constante no plano de Trabalho;
- p) Colocar placas de identificação e/ou cavaletes de sinalização durante a execução dos serviços objeto do presente Convênio, com a devida identificação (logomarca) do CONCEDENTE;
- q) Fornecer ao CONCEDENTE todas as informações solicitadas com relação ao objeto do presente Convênio;
- r) Permitir e facilitar o livre acesso de servidores do sistema de controle interno da CONCEDENTE ou ao qual esteja subordinado, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o presente Convênio, quando em missão de Fiscalização ou Auditoria;
- s) Prestar contas da correta aplicação dos recursos à CONCEDENTE, de conformidade com as orientações estabelecidas na Cláusula Décima;
- t) Alimentar o Sistema de Gerenciamento de Convênios – SIGCon, no endereço www.seplan.mt.gov.br/sigcon, com dados relativos a execução do convênio, como execução de metas, empenhos, liquidações, pagamentos efetuados, etc., bem como fazer lançamento de propostas de aditamento de prazo e/ou valores, quando efetivamente for necessário.

CLAUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.2. O prazo de vigência deste instrumento é de **365** (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da data de sua assinatura, cujo prazo de duração deve ser fixado de acordo com o tempo previsto para a execução do objeto expresso no Plano de Trabalho, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, desde que solicitado no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término da vigência, devidamente justificado.

CLAUSULA SÉTIMA - DA PRORROGAÇÃO “EX OFICIO”

7.2. A SECRETARIA tem obrigação “de ofício”, prorrogar a vigência do Convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada esta prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLAUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

8.2. Os órgãos ou entidades da administração direta ou indireta do Estado que celebrarem qualquer tipo de convênio que envolva a transferência de recursos, com órgãos ou entidades da administração pública, entidades sem fins lucrativos deverão nomear, por portaria, um Servidor do Quadro de Pessoal, com vinculação à Área Técnica do objeto pactuado, que terá como atribuição a fiscalização do convênio, responsabilizando-se pelo acompanhamento, fiscalização e análise da prestação de contas da execução física do objeto.






Governo do Estado de Mato Grosso

SINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

§ 1º O concedente, no exercício das atividades de fiscalização e acompanhamento do convênio, poderá:

- I – Valer-se do apoio técnico de terceiros;
- II – Delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade, desde que tenham capacidade técnica; e
- III – Reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento.

§ 2º Além do acompanhamento de que trata o § 1º, a Controladoria Geral do Estado (CGE) realizará auditorias periódicas nos convênios celebrados pelo Estado.

§ 3º São obrigações do Fiscal do Convênio:

- I – Fiscalizar a execução do objeto pactuado.
- II – Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas do convênio, de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados.
- III – Emitir ou homologar parecer técnico que ateste a realização de etapa prevista no Plano de Trabalho do convênio, como requisito para transferência das parcelas de recursos previstas no cronograma de desembolso.
- IV – No caso de convênio, cuja execução se dê através do repasse de somente uma parcela, emitir ou atestar pareceres técnicos, no mínimo em uma ocasião, relativo aos atos que já foram realizados, apontando quais são as perspectivas de cumprimento do objeto no prazo estabelecido.
- V – Emitir ou homologar parecer técnico relativo à execução física do convênio na forma de relatório final, independentemente da prestação de contas devida pelo órgão ou entidade conveniente.

CLÁUSULA NONA - DAS LIBERAÇÕES DOS RECURSOS

9.1. A CONCEDENTE repassará os recursos previstos na Cláusula Quinta, item 5.1, alínea "a", de acordo com o Plano de Trabalho que compõe este Termo de Convênio.

9.2. O CONVENENTE aplicará os recursos previstos na Cláusula Quinta, item 5.2, alínea "a" de acordo com o Plano de Trabalho que compõe este Termo de Convênio.

§ 1º - Quando a liberação dos recursos ocorrer em duas ou mais parcelas, a liberação de cada parcela subsequente à primeira ficará condicionada à apresentação e aprovação da prestação de contas parcial referente à parcela anterior, composta da documentação especificada no artigo 59 da IN 001/2015.

6



Governo do Estado de Mato Grosso

SINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

§ 2º - Os recursos de convênios, enquanto não utilizados, deverão ser obrigatoriamente aplicados em:

- I – Caderneta de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 01 (um) mês;
- II – Fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazos menores que um mês.

§3º - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do convênio, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

§ 4º - As receitas oriundas dos rendimentos de aplicações no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida devida pelo MUNICÍPIO, mesmo as que são oriundas dos recursos de contrapartida.

§ 5º - A liberação da parcela de recurso financeiro será suspensa, caso haja impropriedades verificadas, principalmente nos seguintes casos:

- a) Quando não houver comprovação da boa e regular aplicação dos recursos anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimento de fiscalização local, realizados periodicamente pela SECRETARIA e/ou órgão competente do sistema de controle interno e externo do Estado;
- b) Quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos financeiros, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio;
- c) Quando for descumprida pelo MUNICÍPIO, qualquer Cláusula ou condições do Convênio;
- d) Após a constatação da irregularidade ou inadimplência, a SECRETARIA além da suspensão da liberação da parcela, estabelece o prazo não superior a 30 (trinta) dias, para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 6º – Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas em aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao órgão ou entidade concedente, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do MUNICÍPIO, providenciada pela SECRETARIA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

10.1. Até 30 (Trinta) dias após o término da vigência deste convênio o MUNICÍPIO protocolará na SECRETARIA a prestação de contas final do total dos recursos aplicados, tanto os provenientes da CONCEDENTE quanto do **CONVENENTE**, que será constituída de relatório de cumprimento do objeto, acompanhada dos

7





Governo do Estado de Mato Grosso

SINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

documentos abaixo relacionados, para imediatamente ser registrado seu recebimento no Sistema de Gerenciamento de Convênios - SIGCon;

- I. Cópia do plano de trabalho (Anexo I a V);
- II. Cópia do Termo de Convênio, de seus Termos Aditivos e respectivas indicações dos extratos;
- III. Demonstrativo da Execução de Receita e Despesa (Anexo VI);
- IV. Relatório de Cumprimento do Objeto (Anexo VII);
- V. Relatório de Execução Física (Anexo VIII);
- VI. Relatório de Execução Financeira (Anexo IX);
- VII. Relação de Pagamentos (Anexo X);
- VIII. Relação dos Bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos do Convênio, quando for o caso (Anexo XI);
- IX. Conciliação Bancária, quando for o caso (Anexo XII);
- X. Cópia das notas fiscais e/ou recibos, com a indicação do número do Convênio;
- XI. Cópia de cheques e/ou nota de ordem bancária;
- XII. Extrato de conta bancária específica do período do recebimento da primeira parcela até o último pagamento;
- XIII. Cópia do termo de aceitação parcial da obra ou laudo de medição das etapas cumpridas, quando se referir à prestação de contas parcial, e do termo de aceitação definitiva da obra, quando se tratar de prestação de contas final;
- XIV. Comprovante do recolhimento do saldo de recursos, à conta indicada pela concedente;
- XV. Cópia dos documentos relativos à licitação, inclusive, despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando a concedente pertencer à administração pública.

§ 1º A prestação de contas final substituirá a prestação de contas da última parcela, no caso de liberação dos recursos em duas ou mais parcelas, e a documentação deverá estar disposta na forma estabelecida pelo Estado.

§ 2º A não apresentação da prestação de contas parcial ou a sua não aprovação ensejará bloqueio das parcelas subsequentes do próprio convênio e impedirá a celebração de novos convênios com o Estado.

§ 3º A não apresentação da prestação de contas final ou a sua não aprovação pelo concedente ou pelo Tribunal de Contas do Estado impedirá a celebração de novos convênios com o Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PROIBIÇÕES

11.1. É vedada a utilização dos recursos previstos neste Convênio, que prevejam ou permitam:

- I. Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerenciamento ou similar;



Governo do Estado de Mato Grosso

SINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

- II. O pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos órgãos ou de entidades da administração pública estadual, federal ou municipal, que seja lotado em qualquer dos entes partícipes;
- III. O aditamento do convênio para alteração do objeto pactuado;
- IV. A utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no Convênio, ainda que em caráter de emergência;
- V. A realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- VI. O pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizada pela autoridade competente da concedente e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado, bem como não implique atraso da apresentação da prestação de contas final;
- VII. A atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;
- VIII. A realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;
- IX. A transferência de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar;
- X. A realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades e servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

12.1. O Plano de Trabalho somente poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante proposta de modificação a ser apresentada no SIGCon, com até 30 (Trinta) dias antes do seu término, devendo ser analisada pela área técnica, não podendo haver mudança do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. O presente Termo de Convênio poderá ser denunciado ou rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, sem prejuízo das atividades em andamento, mediante notificação prévia com 30 (trinta) dias de antecedência, constituindo motivo para rescisão independentemente de formalização.

- a) O inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- b) Utilização do recurso em desacordo com o previsto no Plano de Trabalho;
- c) O não cumprimento das obrigações assumidas e previamente estabelecidas.



Governo do Estado de Mato Grosso
SINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Elegem as partes o FORO DA COMARCA DE CUIABÁ, capital do ESTADO DE MATO GROSSO, para dirimir qualquer dúvida do presente Convênio, renunciando outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem de pleno acordo e compromissados assinam este Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Cuiabá-MT, 24 de agosto de 2022.

MARCELO DE OLIVEIRA E SILVA
SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

VANDER ALBERTO MASSON
PREFEITO MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA – MT

TESTEMUNHAS:

Nome _____

CPF: _____

Nome _____

CPF: _____





Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E
LOGÍSTICA-SINFRA

Cadastro do Proponente e
Representante Legal

Anexo
I

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

| | | | | |
|--|-----------------------|---|---------------------------------|------------------------|
| 1- Nome do Proponente: PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA | | 2- CNPJ / CPF: 03.788.239/0001-66 | | |
| 3 - Esfera Administrativa: Municipal | | 4 - Status Jurídico: Órgãos e Entidades Municipais | | |
| 5 - Endereço: AV. BRASIL, 50 CENTRO | | | | |
| 6 - Município: TANGARÁ DA SERRA | 7 - CEP: 78300-000 | 8 - DDD: 065 | 9 - Telefone: 3326-5004/1121 | 10 - Fax: 3326-4790 |
| 11 - e-mail: | | 12 - Site: | | |

II - IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DO PROPONENTE

| | | | | |
|--|-------------------------|-----------------------------|-----------------|--|
| 13 - Nome do Proponente: VANDER ALBERTO MASSON | | 14 - CPF: 432.285.341-20 | | |
| 15 - Endereço: AV. VIRGÍLIO FAVETTI S/N AREA 01 JARDIM CIDADE ALTA CEP: 78300-000 | | | | |
| 16 - Município: | | 17 - UF: MT | | |
| 18 - C.I/Orgão Expedidor/Data: 03913902 / SSPMT / 00/00/0000 | 19 - Cargo: PREFEITO | 20 - Função: PREFEITO | 21 - Matrícula: | |

III - IDENTIFICAÇÃO DO OUTRO PARTÍCIPE

Executor Interveniente

| | | | | | |
|-------------------------------|-----------|------------|----------------|-----------------------------|--|
| 22 - Nome do Outro Partícipe: | | 23 - CNPJ: | | 24 - Esfera Administrativa: | |
| 25 - Endereço: | | | | | |
| 26 - Município: | 27 - CEP: | 28 - DDD: | 29 - Telefone: | 30 - Fax: | |

IV - IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DO OUTRO PARTÍCIPE

| | | | | | |
|--|-------------|-------------------------------|------------------------|--------------------------|--|
| 31 - Nome do Dirigente do outro Partícipe: | | | 32 - CPF do Dirigente: | | |
| 33 - C.I/Orgão Expedidor/Data: / / | 34 - Cargo: | 35 - Função: | 36 - Matrícula: | | |
| Local e data | | Assinatura do Outro Partícipe | | Assinatura do Proponente | |

Assinado por 1 pessoa: VANDER ALBERTO MASSON
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tangaradaserra.tooc.com.br/verificacao/08249-905C-CE2A-E45D> e informe o código 08249-905C-CE2A-E45D





**Governo do Estado de
Mato Grosso**
**SECRETARIA DE ESTADO DE
INFRA-ESTRUTURA E
LOGÍSTICA-SINFRA**

**Dados do Projeto da
Proposta**

**Anexo
II**
proposta
1720-2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

I - INFORMAÇÕES BANCÁRIAS

| | | | |
|---------------------|------------|--------------|-------------------------|
| 1 - Conta Corrente: | 2 - Banco: | 3 - Agência: | 4 - Praça de Pagamento: |
|---------------------|------------|--------------|-------------------------|

II - DADOS DO PROJETO

| | |
|---|---|
| 5 - Título do Projeto: CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS COM MICRORREVESTIMENTO CONTEMPLANDO O SETOR N – ETAPA 01 | 6 - Período: 15/06/2022 a 15/06/2023 |
|---|---|

7 - Descrição Sintética do Objeto:

Conservação de vias urbanas com microrrevestimento contemplando o setor N, Bairro Jardim Tarumã nas vias: Rua 10 (João José Rodrigues), Rua 20 (João Pedro Garcia Parra), Rua 30, Av. das Palmeiras lado direito e lado esquerdo, Rua 40, Rua 50 (Altair Pereira Leite), Rua 60, Rua 70, Rua 80, Rua 90, Rua 100, Rua 110 (Antônio Rodrigues de Souza), Rua 120, Rua 130 (Luiz Fernandes de Moura, Rua 140, Rua 150, Rua 160, Rua 170, Rua 180, Av. Zelino Agostinho Lorenzetti lado direito e lado esquerdo, Rua 190, Rua D, Rua J, Rua M (Ranulfo Rodrigues Cunha), Rua N, Rua O, Rua P, com total de 191.405,27 m², no Município de Tangará da Serra-MT.

8 - Justificativa da Proposição:

Tangará da Serra localiza-se na região sudoeste do Estado de Mato Grosso, a 240 quilômetros da capital Cuiabá. Foi criado em 13 de maio de 1976, emergente do município de Barra do Bugres. É o quinto município mais populoso do Estado de Mato Grosso, com população estimada em 107.631 habitantes (IBGE 2021) e possui 11.323,640 km² de extensão territorial. O Município, possui um trecho com mais de 220 mil metros de ruas pavimentadas, pavimentação esta realizada a muito tempo, e sua conservação vem sendo realizada ao longo dos anos com a execução de remendos e tapa buracos, encontrando-se atualmente em estado precário necessitando passar por um processo de conservação de pavimento reforçado utilizando o microrrevestimento. A execução de obras de recuperação asfáltica com Micro Revestimento nas vias, têm por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população, pois em seu atual estado de conservação causam transtornos e incômodo para os moradores que precisam se deslocar por essas vias para atividades diárias, entre outras. As obras de infraestrutura urbana estão sempre entre as principais reivindicações da população das cidades. Além de trazer uma melhoria da qualidade de vida da população, junto à imediata valorização dos imóveis beneficiados, conduz a um incremento nas receitas do Município, bem como a redução das despesas nas áreas da saúde pública e manutenção viária, sendo esses fatores associados a uma imediata melhoria da urbanização pública.

III - DADOS ORÇAMENTARIOS DO CONCEDENTE (Preenchimento pelo Concedente)

| | | | |
|---|---|------------|----------|
| 9 - Programa: 338-INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT INTEGRADO | | | |
| 10 - Projeto/Atividade: 3117-PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO | | | |
| 11 - Natureza | 0 | 0 | |
| 12 - Fonte | 0 | 13 - Valor | R\$ 0,00 |
| | 0 | | R\$ 0,00 |



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA-SINFRA

Cronograma de Execução Física e Plano de Aplicação de Recursos

Anexo III

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

I - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS METAS FÍSICAS

| Meta | Etapa/Fase | Especificação | Unidade de Medida | Qtde | Início | Término |
|------|------------|---|-------------------|------------|------------|------------|
| 01 | | Conservação de vias urbanas com microrrevestimento contemplando o setor N, Bairro Jardim Tarumã nas vias: Rua 10 (João José Rodrigues), Rua 20 (João Pedro Garcia Parra), Rua 30, Av. das Palmeiras lado direito e lado esquerdo, Rua 40, Rua 50 (Altair Pereira Leite), Rua 60, Rua 70, Rua 80, Rua 90, Rua 100, Rua 110 (Antônio Rodrigues de Souza), Rua 120, Rua 130 (Luiz Fernandes de Moura, Rua 140, Rua 150, Rua 160, Rua 170, Rua 180, Av. Zelino Agostinho Lorenzetti lado direito e lado esquerdo, Rua 190, Rua D, Rua J, Rua M (Ranulfo Rodrigues Cunha), Rua N, Rua O, Rua P, com total de 191.405,27 m ² | M ² | 191.405,27 | 01/07/2022 | 01/11/2022 |
| | 01.01 | Administração Local | UN | 1,00 | 01/07/2022 | 01/11/2022 |
| | 01.02 | Canteiro de Obra | UN | 1,00 | 01/07/2022 | 01/08/2022 |
| | 01.03 | Serviços Preliminares | UN | 1,00 | 01/07/2022 | 01/08/2022 |
| | 01.04 | Mobilização e Desmobilização | UN | 1,00 | 01/07/2022 | 01/11/2022 |
| | 01.05 | Pavimentação | M ² | 191.405,27 | 01/07/2022 | 01/11/2022 |
| | 01.06 | Transporte de Materiais para Conservação de Pavimento | UN | 1,00 | 01/07/2022 | 01/11/2022 |

II - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS, POR NATUREZA DE DESPESA

| Plano de Aplicação Detalhado - Memória de Cálculo | | | | |
|---|---|--------------|----------------------------|---------------------|
| Natureza | Discriminação | Concedente | Proponente - Contrapartida | |
| | | Financeira | Financeira | Não Financeira |
| 4490.51 | Obras Civas - Conservação de vias urbanas | 2.724.390,85 | 113.516,29 | 0,00 |
| | Subtotais | 2.724.390,85 | 113.516,29 | 0,00 |
| Valor Total do Convênio: | | | | 2.837.907,14 |





Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA-SINFRA

Cronograma de Desembolso

Anexo IV

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Concedente - 2022

| Meta | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun |
|-------|------|------|------|------|------|--------------|
| Todas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.432.516,10 |

| Meta | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|-------|------|------|------|------|--------------|------|
| Todas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.291.874,75 | 0,00 |

Contrapartida - 2022

| Meta | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun |
|-------|------|------|------|------|------|-----------|
| Todas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 56.758,15 |

| Meta | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|-------|------|------|------|------|-----------|------|
| Todas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 56.758,14 | 0,00 |



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA-SINFRA

Relação de Equipamentos e Material Permanente

Anexo V

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

I - RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

| Natureza | Especificação | Unidade | Qtde | Valor Unit. | Valor Total | Local de Destino | Propriedade |
|----------|--|---------|-------|--------------|--------------|------------------|-------------|
| 4490.51 | Conservação de vias urbanas com microrrevestimento contemplando o setor N, Bairro Jardim Tarumã nas vias: Rua 10 (João José Rodrigues), Rua 20 (João Pedro Garcia Parra), Rua 30, Av. das Palmeiras lado direito e lado esquerdo, Rua 40, Rua 50 (Altair Pereira Leite), Rua 60, Rua 70, Rua 80, Rua 90, Rua 100, Rua 110 (Antônio Rodrigues de Souza), Rua 120, Rua 130 (Luiz Fernandes de Moura, Rua 140, Rua 150, Rua 160, Rua 170, Rua 180, Av. Zelino Agostinho Lorenzetti lado direito e lado esquerdo, Rua 190, Rua D, Rua J, Rua M (Ranulfo Rodrigues Cunha), Rua N, Rua O, Rua P, com total de 191.405,27 m ² , no Município de Tangará da Serra-MT. | UN | 1,000 | 2.837.907,14 | 2.837.907,14 | Tangará da Serra | Uso comum |
| | | | | | 0,00 | | |

Saldo Total: 0,00

II - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do Proponente, **DECLARO**, para fins de prova junto ao Governo do Estado de Mato Grosso e, sob as penas do estabelecido no Código Penal Brasileiro, art. 299, que inexistem qualquer débito em mora com o Tesouro Estadual ou situação de inadimplência junto a qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública Estadual, que impeça a transferência de recursos na forma deste Plano de Trabalho, o qual atesto a sua veracidade.

| | | |
|---------------|---------------------|---------------------------|
| Local e Data: | Nome do Proponente: | Assinatura do Proponente: |
|---------------|---------------------|---------------------------|

III - APROVAÇÃO

Aprovo o presente Plano de Trabalho, na forma proposta, estando de acordo com o objeto e os custos envolvidos.

| | |
|---------------|-----------------------------------|
| Local e Data: | Assinatura do Dirigente do Órgão: |
|---------------|-----------------------------------|



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA-SINFRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

MEMÓRIA DE CÁLCULOS

| Natureza | Produto ou Serviço | Unid de Medida | Qtde | Valor Unit | Valor Total |
|--------------------------------------|--|----------------|------|--------------|--------------|
| 4490.51 | Conservação de vias urbanas com microrrevestimento | UN | 1,00 | 2.837.907,14 | 2.837.907,14 |
| Valor Total: (Obras Civas - 4490.51) | | | | | 2.837.907,14 |
| Valor Total: 2.837.907,14 | | | | | |





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 000D-04AF-CF2A-B43D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ VANDER ALBERTO MASSON (CPF 432.XXX.XXX-20) em 16/05/2022 17:46:08 (GMT-04:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/000D-04AF-CF2A-B43D>





I - IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

| | | | | |
|--|-----------------------|---|---------------------------------|------------------------|
| 1- Nome do Proponente: PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA | | 2- CNPJ / CPF: 03.788.239/0001-66 | | |
| 3 - Esfera Administrativa: Municipal | | 4 - Status Jurídico: Órgãos e Entidades Municipais | | |
| 5 - Endereço: AV. BRASIL, 50 CENTRO | | | | |
| 6 - Município: TANGARÁ DA SERRA | 7 - CEP: 78300-000 | 8 - DDD: 065 | 9 - Telefone: 3326-5004/1121 | 10 - Fax: 3326-4790 |
| 11 - e-mail: | | 12 - Site: | | |

II - IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DO PROPONENTE

| | | | | |
|--|-------------------------|-----------------------------|-----------------|--|
| 13 - Nome do Proponente: VANDER ALBERTO MASSON | | 14 - CPF: 432.285.341-20 | | |
| 15 - Endereço: AV. VIRGÍLIO FAVETTI S/N AREA 01 JARDIM CIDADE ALTA CEP: 78300-000 | | | | |
| 16 - Município: | | 17 - UF: MT | | |
| 18 - C.I/Orgão Expedidor/Data: 03913902 / SSPMT / 00/00/0000 | 19 - Cargo: PREFEITO | 20 - Função: PREFEITO | 21 - Matrícula: | |

III - IDENTIFICAÇÃO DO OUTRO PARTÍCIPE

Executor Interveniente

| | | | | | |
|-------------------------------|-----------|------------|----------------|-----------------------------|--|
| 22 - Nome do Outro Partícipe: | | 23 - CNPJ: | | 24 - Esfera Administrativa: | |
| 25 - Endereço: | | | | | |
| 26 - Município: | 27 - CEP: | 28 - DDD: | 29 - Telefone: | 30 - Fax: | |

IV - IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DO OUTRO PARTÍCIPE

| | | | | | |
|--|-------------------------------|--------------|--------------------------|--|--|
| 31 - Nome do Dirigente do outro Partícipe: | | | 32 - CPF do Dirigente: | | |
| 33 - C.I/Orgão Expedidor/Data: / / | 34 - Cargo: | 35 - Função: | 36 - Matrícula: | | |
| Local e data | Assinatura do Outro Partícipe | | Assinatura do Proponente | | |



**Governo do Estado de
Mato Grosso**
**SECRETARIA DE ESTADO DE
INFRA-ESTRUTURA E
LOGÍSTICA-SINFRA**

**Dados do Projeto da
Proposta**

**Anexo
II**
**proposta
1882-2022**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

I - INFORMAÇÕES BANCÁRIAS

| | | | |
|---------------------|------------|--------------|-------------------------|
| 1 - Conta Corrente: | 2 - Banco: | 3 - Agência: | 4 - Praça de Pagamento: |
|---------------------|------------|--------------|-------------------------|

II - DADOS DO PROJETO

| | |
|---|---|
| 5 - Título do Projeto: CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS COM MICRORREVESTIMENTO CONTEMPLANDO O SETOR W - ETAPA 02 | 6 - Período: 24/06/2022 a 24/06/2023 |
|---|---|

7 - Descrição Sintética do Objeto:

Conservação de vias urbanas com microrrevestimento contemplando o setor W, Bairros Parque Tangará, Jd. Acácia, Parque das Mansões e Jd. Dona Júlia, nas vias: Rua 03-A (Rotary Internacional), Rua 05-A (Domingos Germano de Souza), Rua 07-A (Arlindo Nogueira Gomes), Rua 09-A (Antônio Ribeiro da Rocha), Rua 11-A (Francisco José de Mendonça), Rua 13-A (Antônio Barbeiro Herrero), Rua 15-A (José Mariano), Rua 17-A (Pedro Camillo Zamparoni), Rua 40-A, Rua 38-A, Rua 36-A (Marlene Campos Lopes), Rua 34-A (Atalípio Correia Batista), Rua 32-A (Vicente Bezerra de Lima), Rua 30-A (Luiz Martins Cardoso), Rua 28-A (Valdemar José da Cruz), Rua 26-A (Roberto Valentim Cavalari), Rua 24-A (Juracina Torres de Oliveira), Rua 22-A (Vilivaldo Behling), Rua 20-A (Vereador Ramon Sanches Marques), Rua 18-A (Alziro Zarur), Rua 16-A (Erotildes Padilha), Rua 14-A (Manoel Gomes de Souza), Rua 12-A (Maria Goretti D. Wrobel), Rua 10-A (Francisco A. da Silva), Rua 08-A (Francisco Souza da Cruz), Rua 08-B, Rua 06-A (Pedro Kwiecinski), Rua 06-B, Rua 04-A (Gumerindo Antonietti Marques), Rua 02-A (Avelina Jaci Bohn), Rua 03 (Arlindo Lopes da Silva), Rua 03-B, Rua 05 (Benedito Pereira de Oliveira), Rua 05-B, Rua 16 (São Paulo), Rua 14 (João Prado Arantes), Rua 12 (José Corsino), Rua 10 (Deputado Hitler Sansão), Rua 08 (Sebastião Barreto), Rua 03 (Florianópolis), Rua 05 (Curitiba), Rua 07 (Porto Alegre), Rua 09 (Belo Horizonte), Rua 11 (Natal), Rua 04 (Fortaleza), Rua 06 (Vitória), Rua 08 (Rio de Janeiro), Rua 10 (Av. Campo Grande), Rua 03 (Maria das Candeias Gonçalves), Rua 05, Rua 12, Rua 14, Rua 16, Rua 18, com total de 343.421,55 m², no Município de Tangará da Serra-MT.

8 - Justificativa da Proposição:

Tangará da Serra localiza-se na região sudoeste do Estado de Mato Grosso, a 240 quilômetros da capital Cuiabá. Foi criado em 13 de maio de 1976, emergente do município de Barra do Bugres. É o quinto município mais populoso do Estado de Mato Grosso, com população estimada em 107.631 habitantes (IBGE 2021) e possui 11.323,640 km² de extensão territorial. O Município, possui um trecho com mais de 220 mil metros de ruas pavimentadas, pavimentação esta realizada a muito tempo, e sua conservação vem sendo realizada ao longo dos anos com a execução de remendos e tapa buracos, encontrando-se atualmente em estado precário necessitando passar por um processo de conservação de pavimento reforçado utilizando o microrrevestimento. A execução de obras de recuperação asfáltica com Micro Revestimento nas vias, têm por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população, pois em seu atual estado de conservação causam transtornos e incômodo para os moradores que precisam se deslocar por essas vias para atividades diárias, entre outras. As obras de infraestrutura urbana estão sempre entre as principais reivindicações da população das cidades. Além de trazer uma melhoria da qualidade de vida da população, junto à imediata valorização dos imóveis beneficiados, conduz a um incremento nas receitas do Município, bem como a redução das despesas nas áreas da saúde pública e manutenção viária, sendo esses fatores associados a uma imediata melhoria da urbanização pública.

III - DADOS ORÇAMENTARIOS DO CONCEDENTE (Preenchimento pelo Concedente)

| | | | |
|---|---|------------|----------|
| 9 - Programa: 338-INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT INTEGRADO | | | |
| 10 - Projeto/Atividade: 3117-PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO | | | |
| 11 - Natureza | 0 | 0 | |
| 12 - Fonte | 0 | 13 - Valor | R\$ 0,00 |
| | 0 | | R\$ 0,00 |



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA-SINFRA

Cronograma de Execução Física e Plano de Aplicação de Recursos

Anexo III

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

I - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS METAS FÍSICAS

| Meta | Etapa/Fase | Especificação | Unidade de Medida | Qtde | Início | Término |
|------|------------|--|-------------------|------------|------------|------------|
| 01 | | Conservação de vias urbanas com microrrevestimento contemplando o setor W, Bairros Parque Tangará, Jd. Acácia, Parque das Mansões e Jd. Dona Júlia, nas vias: Rua 03-A (Rotary Internacional), Rua 05-A (Domingos Germano de Souza), Rua 07-A (Arlindo Nogueira Gomes), Rua 09-A (Antônio Ribeiro da Rocha), Rua 11-A (Francisco José de Mendonça), Rua 13-A (Antônio Barbeiro Herrero), Rua 15-A (José Mariano), Rua 17-A (Pedro Camillo Zamparoni), Rua 40-A, Rua 38-A, Rua 36-A (Marlene Campos Lopes), Rua 34-A (Atalíbio Correia Batista), Rua 32-A (Vicente Bezerra de Lima), Rua 30-A (Luiz Martins Cardoso), Rua | M ² | 343.421,55 | 01/07/2022 | 01/11/2022 |
| | 01.01 | Administração Local | UN | 1,00 | 01/07/2022 | 01/11/2022 |
| | 01.02 | Canteiro de Obra | UN | 1,00 | 01/07/2022 | 01/08/2022 |
| | 01.03 | Serviços Preliminares | UN | 1,00 | 01/07/2022 | 01/08/2022 |
| | 01.04 | Mobilização e Desmobilização | UN | 1,00 | 01/07/2022 | 01/11/2022 |
| | 01.05 | Pavimentação | M ² | 343.421,55 | 01/07/2022 | 01/11/2022 |
| | 01.06 | Transporte de Materiais para Conservação de Pavimento | UN | 1,00 | 01/07/2022 | 01/11/2022 |

II - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS, POR NATUREZA DE DESPESA

| Plano de Aplicação Detalhado - Memória de Cálculo | | | | |
|---|---|---------------------------------|----------------------------|---------------------|
| Natureza | Discriminação | Concedente | Proponente - Contrapartida | |
| | | Financeira | Financeira | Não Financeira |
| 4490.51 | Obras Civis - Conservação de vias urbanas | 7.642.138,56 | 318.422,44 | 0,00 |
| | Subtotais | 7.642.138,56 | 318.422,44 | 0,00 |
| | | Valor Total do Convênio: | | 7.960.561,00 |



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA-SINFRA

Cronograma de Desembolso

Anexo IV

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Concedente - 2022

| Meta | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun |
|-------|------|------|------|------|------|--------------|
| Todas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.834.139,94 |

| Meta | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|-------|------|------|------|------|--------------|------|
| Todas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.807.998,62 | 0,00 |

Contrapartida - 2022

| Meta | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun |
|-------|------|------|------|------|------|------------|
| Todas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 159.755,83 |

| Meta | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|-------|------|------|------|------|------------|------|
| Todas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 158.666,61 | 0,00 |



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA-SINFRA

Relação de Equipamentos e Material Permanente

Anexo V

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

I - RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

| Natureza | Especificação | Unidade | Qtde | Valor Unit. | Valor Total | Local de Destino | Propriedade |
|----------|--|---------|-------|--------------|--------------|------------------|-------------|
| 4490.51 | Conservação de vias urbanas com microrrevestimento contemplando o setor W, Bairros Parque Tangará, Jd. Acácia, Parque das Mansões e Jd. Dona Júlia, nas vias: Rua 03-A (Rotary Internacional), Rua 05-A (Domingos Germano de Souza), Rua 07-A (Arlindo Nogueira Gomes), Rua 09-A (Antônio Ribeiro da Rocha), Rua 11-A (Francisco José de Mendonça), Rua 13-A (Antônio Barbeiro Herrero), Rua 15-A (José Mariano), Rua 17-A (Pedro Camillo Zamparoni), Rua 40-A, Rua 38-A, Rua 36-A (Marlene Campos Lopes), Rua 34-A (Atalíbio Correia Batista), Rua 32-A (Vicente Bezerra de Lima), Rua 30-A (Luiz Martins Cardoso), Rua 28-A (Valdemar José da Cruz), Rua 26-A (Roberto Valentim Cavalari), Rua 24-A (Juracina Torres de Oliveira), Rua 22-A (Vilivaldo Behling), Rua 20-A (Vereador Ramon Sanches Marques), Rua 18-A (Alzira Zarur), Rua 16-A (Erotildes Padilha), Rua 14-A (Manoel Gomes de Souza), Rua 12-A (Maria Goretti D. Wrobel), Rua 10-A (Francisco A. da Silva), Rua 08-A (Francisco Souza da Cruz), Rua 08-B, Rua 06-A (Pedro Kwiecinski), Rua 06-B, Rua 04-A (Gumerindo Antonietti Marques), Rua 02-A (Avelina Jaci Bohn), Rua 03 (Arlindo Lopes da Silva), Rua 03-B, Rua 05 (Benedito Pereira de Oliveira), Rua 05-B, Rua 16 (São Paulo), Rua 14 (João Prado Arantes), Rua 12 (José Corsino), Rua 10 (Deputado Hitler | UN | 1,000 | 7.960.561,00 | 7.960.561,00 | Tangará da Serra | Uso comum |

Sansão), Rua 08 (Sebastião Barreto), Rua 03 (Florianópolis), Rua 05 (Curitiba), Rua 07 (Porto Alegre), Rua 09 (Belo Horizonte), Rua 11 (Natal), Rua 04 (Fortaleza), Rua 06 (Vitória), Rua 08 (Rio de Janeiro), Rua 10 (Av. Campo Grande), Rua 03 (Maria das Candeias Gonçalves), Rua 05, Rua 12, Rua 14, Rua 16, Rua 18, com total de 343.421,55 m², no Município de Tangará da Serra-MT.

0,00

Saldo Total: 0,00

II - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do Proponente, **DECLARO**, para fins de prova junto ao Governo do Estado de Mato Grosso e, sob as penas do estabelecido no Código Penal Brasileiro, art. 299, que inexistem qualquer débito em mora com o Tesouro Estadual ou situação de inadimplência junto a qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública Estadual, que impeça a transferência de recursos na forma deste Plano de Trabalho, o qual atesto a sua veracidade.

Local e Data:

Nome do Proponente:

Assinatura do Proponente:

III - APROVAÇÃO

Aprovo o presente Plano de Trabalho, na forma proposta, estando de acordo com o objeto e os custos envolvidos.

Local e Data:

Assinatura do Dirigente do Órgão:



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA-SINFRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

MEMÓRIA DE CÁLCULOS

| Natureza | Produto ou Serviço | Unid de Medida | Qtde | Valor Unit | Valor Total |
|--------------------------------------|--|----------------|------|--------------|--------------|
| 4490.51 | Conservação de vias urbanas com microrrevestimento | UN | 1,00 | 7.960.561,00 | 7.960.561,00 |
| Valor Total: (Obras Civas - 4490.51) | | | | | 7.960.561,00 |
| Valor Total: 7.960.561,00 | | | | | |



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0B45-3C5C-E9AE-915C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ VANDER ALBERTO MASSON (CPF 432.XXX.XXX-20) em 12/09/2022 10:21:32 (GMT-04:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/0B45-3C5C-E9AE-915C>